



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANDIE DE CASTRO LIMA

**MAPAS AFETIVOS E ESTIMA DE LUGAR: RECURSOS PARA A
TERRITORIALIZAÇÃO E A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

FORTALEZA

2023

ANDIE DE CASTRO LIMA

**MAPAS AFETIVOS E ESTIMA DE LUGAR: RECURSOS PARA A
TERRITORIALIZAÇÃO E A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L696m Lima, Andie de Castro.

Mapas Afetivos e Estima de Lugar : recursos para a territorialização e a gestão do território na Política de Assistência Social / Andie de Castro Lima. – 2023.

146 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.

1. Território. 2. Assistência Social. 3. Mapas Afetivos. 4. Estima de Lugar. I. Título.

CDD 150

ANDIE DE CASTRO LIMA

MAPAS AFETIVOS E ESTIMA DE LUGAR: RECURSOS PARA A
TERRITORIALIZAÇÃO E A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Aprovada em: 03/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Zulmira Áurea Cruz Bomfim (orientadora)

Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Veriana de Fátima Rodrigues Colaço (membro externo)

Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros (membro interno)

Universidade Federal do Ceará

Às trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social em Maracanaú-CE, em especial àquelas que estiveram na ponta da Proteção Social Básica trabalhando nos momentos mais agudos da pandemia de Covid-19.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, ressalto a importância de afirmar que a ciência, a pesquisa e a construção do conhecimento não é um trabalho eremita. Além de poder ocupar essa posição dada a divisão de responsabilidades que acontece no nosso tecido social, essas atividades só são possíveis pela interação entre pares. Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Zulmira Áurea Cruz Bomfim, pelo trabalho empenhado para a culminância da dissertação e à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida para a execução do projeto.

Agradeço ainda pelo engajamento dos estudantes de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará que atuaram na iniciação científica no projeto *Estima de Lugar e Representações Sociais de participantes da Política de Assistência Social no território da Colônia Antônio Justa em Maracanaú-CE* (1^a e 2^a fase), vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus): Bruno Souza Barbosa, Petrus da Silva Leite Rodrigues e Maria Yasmin Cordeiro de Oliveira. A iniciativa foi desenvolvida a partir do meu projeto de pesquisa, que resultou na presente dissertação. Sou enormemente grata à equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Antônio Justa, em especial à sua coordenadora Ana Paula da Silva Pereira, por abrir suas portas para que este estudo acontecesse.

Destaco a participação de Halaine Cristina Pessoa Bento, minha colega do Mestrado em Psicologia, que esteve comigo na produção científica e também em vários outros processos da minha jornada acadêmica. Muito obrigada por ter estado comigo! À Silvia Heleny Gomes da Silva, muito obrigada por ter ajudado-me quando eu mais precisei. Só pude passar pelo exame de qualificação e pela defesa final da dissertação por ter tido você comigo.

Agradeço também ao meu namorado, Omar Bokhary Bin Mohamad Norizam, que eu tive a oportunidade de conhecer durante este percurso desafiador e que se fez presente e ofereceu-me seu ombro sempre que pôde. A caminhada traçada durante o mestrado está indissociavelmente pareada ao germinar de nosso amor.

Por fim, agradeço ao empenho da banca avaliadora: Prof.^a Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Prof. João Paulo Pereira Barros e Prof.^a Nara Maria Forte Diogo (que ainda como membro suplente participou ativamente do processo). Suas contribuições fizeram possível o que aqui se materializa e eu tenho vocês como inspiração para continuar minha trajetória acadêmica.

Ter como referência o sentir para compreender a cidade é estar implicado na experiência, no cotidiano, é ter afeto, as emoções como palco mediador das construções e das descobertas. A forma como o habitante se implica na cidade já é um indicador da sua ação. Por isso, a afetividade é um indicador de ética e cidadania na cidade (BOMFIM, 2010, p. 52).

RESUMO

A Política Nacional de Assistência Social objetiva garantir o acesso a direitos sociais e atuar na prevenção de riscos e vulnerabilidades, promovendo aquisições e potencialidades por meio de serviços e benefícios e tem como um de seus princípios é a territorialidade, devendo suas ações ocorrerem em consonância com as especificidades locais. A produção de dados acerca dos territórios torna-se então bastante importante. Apesar disso, os diagnósticos realizados não dão conta de aspectos psicossociais, o que promove um entrave no enfrentamento aos riscos e vulnerabilidades. De forma a sanar tal problemática, a referida dissertação tem por objetivo analisar a dimensão vivencial-afetiva da relação dos moradores de um território referenciado por um Centro de Referência de Assistência Social de Maracanaú e seu lugar de moradia a partir da construção de Mapas Afetivos e da aferição da Estima de Lugar. Para tanto, foram utilizados os referenciais da Psicologia Social de base Sócio-Histórica (representada principalmente pelas categorias Afetividade, Vivência e Sofrimento Ético-Político), da Psicologia Ambiental de vertente transacionalista e da perspectiva dos Estudos Decoloniais em ciências humanas e sociais. Ancorado numa perspectiva qualitativa, foram utilizados como métodos de levantamento de informações I) Revisão narrativa da literatura e II) o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos. Como resultados, verificou-se a prevalência de uma Estima de Lugar despotencializadora entre a amostra, com destaque para as imagens afetivas de Insegurança e Contraste Despotencializador. A média do Índice de Estima de Lugar da amostra marca -35,6, corroborando com as imagens afetivas listadas. Por fim, a pesquisa suscita reflexões sobre a construção e avaliação de práticas de territorialização e de gestão do território que deem conta da complexidade territorial, contemplando os fatores vivenciais e afetivos na leitura das vulnerabilidades e potencialidades psicossociais.

Palavras-chave: Território; Assistência Social; Mapas Afetivos; Estima de Lugar.

ABSTRACT

The Brazilian National Social Assistance Policy aims to guarantee access to social rights and act in the prevention of risks and vulnerabilities, promoting acquisitions and potentialities through services and benefits and has territoriality as one of its principles, and its actions must occur in line with the local specificities. The production of data about the territories then becomes very important. Despite this, the diagnoses made do not account for psychosocial aspects, which promotes an obstacle in coping with risks and vulnerabilities. In order to solve this problem, the aforementioned dissertation aims to analyze the experiential-affective dimension of the relationship between residents of a territory referenced by a Reference Center for Social Assistance in Maracanaú and their place of residence based on the construction of Affective Maps and of the assessment of the Esteem for the Place. For this purpose, the references of Socio-Historical Social Psychology (represented mainly by the categories of Affectivity, Perekhivaniye/Experience and Ethical-Political Suffering), Environmental Psychology with a transactional approach and the perspective of Decolonial Studies in human and social sciences were used. Anchored in a qualitative perspective, were used as methods of gathering information I) Narrative review of the literature and II) the Affective Maps Generator Questionnaire. As a result, there was a prevalence of a depotentiating Esteem for the Place among the sample, with emphasis on the affective images of Insecurity and Depotentiating Contrast. The average of the Esteem for the Place Index of the sample scores -35.6, corroborating with the affective images listed. Finally, the research raises reflections on the construction and evaluation of practices of territorialization and management of the territory that take into account the territorial complexity, contemplating the experiential and affective factors in the reading of psychosocial vulnerabilities and potentials.

Keywords: Territory; Social Assistance; Affective Maps; Esteem for the Place.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Expondo o lugar de fala da autora: antecedentes, contextos, justificativas e motivações	11
1.2	Apresentando o desenho do estudo	22
2	MARCOS LEGAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ AOS DIAS DE HOJE	25
2.1	Assistência Social e sua articulação territorial	29
3	APORTES PARA A COMPREENSÃO DA DIMENSÃO TERRITORIAL A PARTIR DAS RELAÇÕES HUMANO-AMBIENTAIS	32
3.1	A Psicologia Social Sócio-Histórica e seu direcionamento decolonial	32
3.2	A Vivência como unidade de análise: demonstrações a partir da categoria Lugar de Fala	37
3.3	A Afetividade enquanto categoria de leitura do Sofrimento Ético-Político	45
3.4	Psicologia Ambiental e Simbolismo do Espaço: a construção de Mapas Afetivos	49
4	OBJETIVOS	58
5	PERCURSO METODOLÓGICO	59
5.1	Caráter do estudo	59
5.2	Caracterização do campo: o território coberto pelo CRAS Antônio Justa .	59
5.3	Instrumento de construção de dados	60
5.4	Desenho da amostra	66

5.5	Aspectos éticos e legais do estudo	66
5.6	Procedimentos de análise dos dados construídos	67
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	71
6.1	Caracterizando a amostra a partir dos marcadores sociais da diferença	71
6.2	Imagens afetivas e suas leituras	76
6.3	Representações dos lugares do território e seus atravessamentos	88
6.4	Representações dos afetos das relações moradoras-território e suas implicações	92
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS	105
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	111
	APÊNDICE C – MAPAS AFETIVOS DA AMOSTRA DO ESTUDO	114
	ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DO ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MARACANAÚ PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO	130
	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	132

1 INTRODUÇÃO

Apesar de atípico, optei discorrer sobre o tema deste escrito iniciando por contar sobre minha quem eu sou e sobre como cheguei ao problema de pesquisa apresentado no ponto 1.1: “Expondo o lugar de fala da autora: antecedentes, contextos, justificativas e motivações”. Tal apresentação visa mostrar o ponto do qual a pesquisa iniciou, desmistificando a ideia de uma ciência neutra e impessoal¹ e expondo também possíveis atravessamentos, escolhas, leituras e aferições.

A partir disso, apresento como o trabalho se estrutura no ponto 1.2 “Apresentando o desenho do estudo”, no qual descrevo a estrutura do trabalho: desde seus problemas e objetivos, passando por sua fundamentação histórica, teórica e epistemológica e culminando na apresentação dos métodos e materiais empregados para construção, análise e apresentação dos dados, bem como os planos para suas utilizações.

1.1 Expondo o lugar de fala da autora: antecedentes, contextos, justificativas e motivações

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. [...] Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017, pp. 39-40).

O conceito de *lugar de fala* é exposto por Ribeiro (2017) como uma categoria para a leitura dos atravessamentos dos marcadores sociais da diferença² na dialética das dinâmicas de opressão/colonialidade e subalternização nos processos de subjetivação. Decidir abordar o lugar de fala é, então, decidir mostrar de qual posição no tecido social surge determinado discurso. Com base nisso, apresento resumidamente de qual posição surgiu o presente projeto de pesquisa.

¹ A fim de romper com a impessoalidade, adoto o pronome “eu” (primeira pessoa do singular) para a conjugação dos verbos que dizem sobre as ações que foram realizadas por mim durante a realização da pesquisa, bem como para descrever os juízos que eu, como autora, faço ao longo do escrito.

² Os marcadores sociais da diferença (FACCHINI, 2008; VEGA, 2009) podem ser entendidos como as condições sociais que participam do desenho das subjetividades, tais como classe social, renda, etnia, gênero, local de vivência — seja urbana ou rural —, bem como as demais influências históricas e culturais.

Meu contato com a Psicologia enquanto ciência e profissão ocorreu quando eu ingressei na graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC) em março de 2014, quando eu tinha dezenove anos. A minha entrada no curso foi resultado da desistência de outra graduação: a Licenciatura em Ciências Biológicas, na qual ingressei em 2012 e cursei três semestres.

Quando desisti das Ciências Biológicas, acreditava que o ensino superior não era uma possibilidade para mim. Em 2012 ainda não havia ações afirmativas para o ingresso de pessoas de diferentes etnias e perfis socioeconômicos e educacionais. Eu, pobre e egressa do ensino básico público, não conseguia me sentir parte da comunidade acadêmica à época. Ainda assim, sob influência de amigos, decidi mais uma vez fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para tentar iniciar um novo curso de graduação – no qual obtive uma nota satisfatória, suficiente para escolher um novo curso dentre várias possibilidades, ainda mais considerando o início das ações afirmativas para o ingresso no ensino superior público brasileiro³.

Eu sonhava em ser professora (em especial professora de biologia), ainda que eu tivesse desistido da licenciatura. Contudo, diferente da maioria dos meus colegas de turma durante a graduação em Psicologia, nunca tinha sonhado em ser psicóloga. Nunca tinha ouvido que eu tinha o “perfil” de psicóloga, nem que eu era boa em “dar conselhos”, nem que eu era boa “ouvinte” ou que eu tinha um ar “sofisticado e misterioso”. Eu não tinha certeza sobre o que eu deveria fazer e o que me fez escolher dar início ao curso foi o conselho de uma grande amiga, que na época estudava Psicologia (e hoje é psicóloga).

Decidi seguir seu conselho de ingressar no curso de Psicologia. O prazo para a candidatura à vaga estava prestes a encerrar quando eu entrei na concorrência. Era o segundo ano da promulgação da Lei Federal de n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispunha sobre o “ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio” (BRASIL, 2012, p. 1), o que me permitiu conseguir a vaga pleiteada como estudante egressa de escolas públicas.

Assim iniciei minha graduação em Psicologia: na condição de cotista, egressa de escola pública, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com vínculos familiares e comunitários fragilizados pela condição de fazer parte da comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexos, Assexuais e outras identidades

³ “Lei de Cotas completa 10 anos: qual o impacto dessa política na educação?”, disponível em <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/03/26/lei-de-cotas-completa-10-anos-qual-o-impacto-dessa-politica-na-educacao.htm>>. Acesso em 12 jul. 2022.

de gênero e orientações sexuais). Além de tudo isso, carregava a chaga de haver desistido de uma graduação, o que tradicionalmente é lido como uma fraqueza ou demonstração de incapacidade. Essa representação me atravessou e eu precisei conviver minha graduação inteira com o medo de desistir dela.

Esse medo foi intensificado a partir do contato com a diversidade de conhecimento que o curso de Psicologia na UFC carrega. Logo no meu primeiro semestre, cursei a disciplina obrigatória de *Introdução à Sociologia*, ministrada pela Prof.^a Glória Diógenes. De início, já me via interessada nos autores fundamentais da sociologia (Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx) além de me sentir atraída pela antropologia. A metodologia e os conteúdos compartilhados pela Prof.^o Glória me saltaram aos olhos. Um dos trabalhos que fiz em sua disciplina foi uma experiência etnográfica de observação participante em uma “barraca de praia GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes)⁴” explorando o que se entende por *territorialidade homoerótica* (TONELI; PERUCCHI, 2006). A partir de tal experiência, não me via continuando a cursar Psicologia.

Tal sentimento ganhou mais espaço em mim em experiências subsequentes: decidi, a partir de então, cursar a disciplina *Sociologia do Corpo e da Sexualidade*, ministrada pelo Prof. Cristian Paiva e *Práticas Etnográficas: Arte e Cidade*, ministrada pela Prof.^a Glória Diógenes. Ambas as disciplinas faziam parte do Projeto Político-Pedagógico da graduação em Ciências Sociais, o que me fez pensar bastante sobre abandonar a psicologia e seguir carreira nas ciências sociais. Além disso, minhas dúvidas me fizeram chegar a cursar um componente curricular da graduação em Filosofia, tendo tal experiência provocado em mim o desejo de iniciar tal curso.

Apesar disso, meu desejo maior estava próximo às ciências sociais, em especial ao que estudei na disciplina *Práticas Etnográficas: Arte e Cidade*. A partir da experiência que tive na disciplina, concluí que o que eu ansiava estudar eram pessoas e seus espaços e lugares, em específico pessoas e suas interações com as cidades.

Prestes a encerrar a disciplina, a Prof.^a Glória fez o anúncio de que, no semestre seguinte, estaria ofertando a disciplina *Sociologia Urbana*, em parceria com a Prof.^o Irllys Barreira. Fiquei bastante empolgada e decidi cursar a disciplina. Considerava esse o último passo antes de chegar à decisão final de permanecer ou não na graduação em Psicologia. Porém, durante o período de matrículas do semestre seguinte, descobri que o horário da

⁴ Sigla utilizada durante a década de 1980 para se referir à comunidade LGBTQIAP+. Fonte: “LGBTQIAP+: Você sabe o que essa sigla significa?”, disponível em <<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934>>. Acesso em 12 jul. 2022.

disciplina coincidia com o horário de uma disciplina optativa do curso de Psicologia. Decidi conversar sobre isso com o meu namorado à época, que me disse “tu não acha (*sic*) que já tá (*sic*) hora de fazer alguma coisa no teu curso não?”.

Foi então que vi que eu estava correndo o risco de cometer a mesma coisa que fiz em 2012: desistir de um curso. Decidi não cursar a disciplina do curso de Ciências Sociais e focar mais no quadro curricular da minha graduação.

Coincidentemente, minha amiga e colega de turma Priscila Borba (com quem cursei a disciplina de *Práticas Etnográficas: Arte e Cidade* e que fazia parte do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental – Locus – na época), convidou-me para facilitar um grupo de estudos que tinha bastante a ver com o que tivemos contato nas Ciências Sociais.

O grupo de estudo seria sobre Psicologia Ambiental, Arte e Cidade. Priscila era bolsista de extensão do projeto *Nas Trilhas da Psicologia Ambiental* e havia pensado nessa atividade como parte do seu trabalho no Locus. Aceitei seu convite, pois via-me bastante animada em estudar a cidade e a arte, mas não conhecia absolutamente nada sobre Psicologia Ambiental. Apenas havia tido contato com o campo na disciplina de *Práticas Integrativas I*, ministrada pela Prof.^a Maria Inês de Queiroz. Foi então que decidi iniciar também, paralelamente, a disciplina de Psicologia Ambiental, ministrada pela Prof.^a Zulmira Bomfim.

Quando iniciei o contato com a Psicologia Ambiental, encontrei-me no curso. Percebi que para estudar pessoas e cidades eu não precisava ingressar em outro curso ou seguir outra profissão: cidades, pessoas e suas interações também eram Psicologia! E eu poderia ser uma psicóloga que estudaria e trabalharia com tais questões.

No decorrer do semestre, enquanto ofertávamos o grupo de estudos, Priscila se desvinculou do Locus e entregou sua bolsa de extensão. A partir de então, a Prof.^a Zulmira me convidou para fazer parte do Laboratório enquanto bolsista, ocupando o lugar de Priscila. Assim, desde 2015, há sete anos, estou ininterruptamente vinculada ao Locus.

No Locus, adotamos os preceitos da Pesquisa-Ação na maioria das ações de investigação, por acreditarmos que o conhecimento não se constrói desatrelado das intervenções. Logo, o processo de pesquisar é também processo de intervir e de possibilitar o desvelar de novas realidades. Nossas atividades são de relevância não apenas acadêmica, mas também social, por acreditarmos em uma Psicologia comprometida com as demandas do nosso contexto. A Pesquisa-Ação ainda possibilita o rompimento com a dicotomia pesquisador-pesquisado, por ter como pressuposto que o pesquisado também é sujeito do conhecimento que é produzido, participando ativamente do processo.

Em geral, nossas atividades estão direcionadas ao combate às múltiplas opressões gestadas em um contexto de desigualdade social. Atuamos sempre em consonância com a noção de política pública, privilegiando a garantia de direitos. O que nos guia é a racionalidade ético-afetiva em vez da racionalidade técnico-instrumental. Rompemos, assim, com a visão de sujeito destacado do social, com a noção de homem “compartimentalizável”, com a ideia de que sentimentos e emoções devem ser desconsiderados em uma leitura da realidade e que o sujeito em vulnerabilidade é resumível à sua própria vulnerabilidade.

Estando no Locus, dei-me conta de que meu desejo em estudar a cidade estava mais relacionado a compreender como se davam as relações entre as pessoas e os ambientes, incluindo nisso a cidade. Por conta disso, passei pelo projeto de extensão *Nas Trilhas da Psicologia Ambiental* (2015), fui contemplada com uma bolsa de iniciação científica e trabalhei nas fases 1 e 2 do projeto *Afetividade e Sustentabilidade: um estudo de caso da Universidade Federal do Ceará* (2015-2017), trabalhando integradamente com o programa de extensão *Vida no Campus*, e participei do projeto de extensão *Diagnóstico-Ação pelos Mapas Afetivos* (2017-2019).

Meu ingresso no projeto de extensão *Diagnóstico-Ação pelos Mapas Afetivos* ocorreu sob demanda da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) do município de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza. O Locus recebeu a visita da então secretária de Assistência Social e Cidadania Glauciane Oliveira e sua equipe para a realização de uma reunião. O objetivo da mesma era aventar a possibilidade da participação do Locus em de suas iniciativas: o *Diagnóstico Socioterritorial de Maracanaú*, a ser realizado e publicado ainda naquele mesmo ano.

O Diagnóstico Socioterritorial é um dos instrumentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua utilização permite visualizar territorialmente as situações de vulnerabilidade social e de violações de direitos sociais, além de mapear também suas potencialidades e possíveis aquisições. Tal diagnóstico deve ser realizado quadrienalmente pelos municípios e serve como um norte para o desenho do Plano Plurianual (PPA) de Assistência Social. A proposta da SASC era que, além da investigação acerca de aspectos econômicos (como acesso à renda), infraestruturais (como acesso a equipamentos) e sociais (acesso à serviços para a garantia de direitos sociais, como educação e saúde) da população local, o Diagnóstico Socioterritorial abarcasse também as impressões, os sentimentos, as emoções e as representações que os residentes do município tinham do seu território de moradia. Em outras palavras, a ideia era conhecer as relações entre os territórios referenciados

pelos centros de referência em Assistência Social do município com os usuários da Política de Assistência que residiam nesses territórios.

Assim, foi em 2017 que tive contato com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pela primeira vez, embora minha mãe já tivesse sido atendida em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS⁵), minha família já fizesse parte do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico⁶) e eu já tivesse um Número de Identificação Social (NIS⁷). Desconhecendo o meu *lugar* (minhas condições e meus direitos), eu fui convidada para realizar um trabalho de pesquisa-intervenção na Política de Assistência Social. Prontamente, aceitei a tarefa.

O que a SASC esperava era que, a partir da Psicologia Ambiental (campo do saber do qual o Locus faz parte), o Diagnóstico Socioterritorial pudesse ir além de dados socioeconômicos, demográficos e também da avaliação dos serviços promovidos pela própria Política de Assistência Social e também dar conta de conhecer a vida da população maracanaense, seu cotidiano, suas particularidades e suas relações com seus territórios, desvelando assim as particularidades presentes em um dos municípios mais populosos de nosso estado⁸.

Nessa tarefa engajou-se o projeto de extensão Diagnóstico-Ação pelos Mapas Afetivos. Iniciamos os trabalhos promovendo um momento formativo junto às trabalhadoras⁹ da SASC. O objetivo do curso era capacitá-las para a construção dos dados para a composição

⁵ O CRAS é um equipamento de proteção social básica na Política de Assistência Social. Conhecido como sua porta de entrada, o CRAS “[...]É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade”. Fonte: “Centro de Referência de Assistência Social - Cras”, disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em 12 jul. 2022.

⁶ Sistema gerido pelo Governo Federal para acessar às condições socioeconômicas de famílias em situação de vulnerabilidade e alocá-las em projetos, programas, serviços e benefícios sociais, sendo parte importante do funcionamento da Política de Assistência Social no país. Fonte: “Cadastro Único”, disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>>. Acesso em 12 jul. 2022.

⁷ O Número de Identificação Social é o número de identificação “do cidadão que se enquadra nas condições estabelecidas pelas Políticas Públicas de Governo Federal, Estadual ou Municipal”. Tal registro é gerado a partir da inserção de uma família no Cadastro Único e é a chave para o acesso aos direitos por meio de programas sociais. Fonte: “Cadastro NIS”, disponível em <<https://www.caixa.gov.br/servicos/nis/paginas/default.aspx>>. Acesso em 12 jul. 2022.

⁸ Atualmente, estima-se que Maracanaú seja o quarto município mais populoso do Ceará. Fonte: “População estimada do Ceará ultrapassa 9,2 milhões em 2021, aponta IBGE”, disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/populacao-estimada-do-ceara-ultrapassa-92-milhoes-em-2021-aponta-ibge-1.3128300>>. Acesso em 12 jul. 2022.

⁹ Utilizo a flexão de gênero feminino para caracterizar o conjunto dos trabalhadores do SUAS para destacar que o perfil laboral da SASC (LIMA *et al.*, 2017; MARACANAÚ, 2018) é predominantemente feminino, bem como os quadros da Assistência Social pelo país (RHEIN, 2013). Tomo essa posição, principalmente, para contestar a representação social das mulheres que as invisibiliza por meio do mascaramento de suas presenças em determinados postos de trabalho.

do Diagnóstico Socioterritorial, visto que o Locus não contava com estrutura e pessoal suficiente para abarcar uma pesquisa de dimensões municipais. Contudo, durante o percurso formativo, as trabalhadoras demonstraram evasão à proposta, expondo como razão para tal postura as frágeis condições de trabalho experimentadas por elas à época. A soma de novas atividades poderia, então, comprometer a qualidade dos serviços já prestados. Além disso, muitas delas declararam que apenas a experiência formativa não seria o suficiente para a construção de dados. Por último, as trabalhadoras demonstraram resistência no estabelecimento de vínculos com a academia. Segundo as mesmas, muitos pesquisadores vinculados à Instituições de Ensino Superior (IES) já haviam passado por ali, realizado muitas pesquisas e apresentado poucos ou nenhum resultado, utilizando-as apenas como campo para levantamento de dados e obtenção de títulos.

Dada a baixa adesão para a realização da pesquisa e haja visto que havia uma outra demanda sendo apresentada, decidimos que, em vez de continuar a proposta da pesquisa para a composição do Diagnóstico Socioterritorial, deveríamos primeiramente utilizar teorias e métodos em Psicologia Ambiental e Social para conhecer as relações das trabalhadoras com seu lugar de trabalho a partir de um diálogo entre o método de construção de Mapas Afetivos e de aferição da Estima de Lugar (BOMFIM, 2010) e as pesquisas de clima organizacional¹⁰.

Desenvolvemos a pesquisa em conjunto com a Diretoria de Gestão Integrada (DGI) da SASC nos últimos meses de 2017. Alcançamos 269 respondentes de um quadro com 427 trabalhadoras, o que corresponde a 67% da população em questão. O estudo mostrou que, nos mais diversos setores, da gestão à ponta, predominavam estimas despotencializadoras em relação ao lugar de trabalho, situação intensificada entre sujeitos com ensino superior completo como grau de instrução formal, com mais idade e com mais tempo de serviço.

Tais resultados foram apresentados pela equipe às trabalhadoras no início de 2018. As trabalhadoras mostraram sentir-se representadas pelos dados apresentados e pelas propostas de intervenção, o que fez com que a gestão da SASC demonstrasse interesse pela minha contratação como estagiária de Psicologia vinculada à gerência de Gestão do Trabalho (GT), parte da coordenação de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GESUAS). Tal interesse coincidiu com a época em que eu deveria cumprir com minha carga horária de Estágio Curricular Obrigatório, o que me fez atender ao chamado. A oportunidade também foi

¹⁰ Segundo Menezes e Gomes (2010, p. 158), o clima organizacional “pode ser caracterizado como um conjunto de percepções compartilhadas por trabalhadores sobre diferentes aspectos do ambiente organizacional, sendo um dos construtos mais investigados no campo do comportamento organizacional”.

bastante celebrada, visto que havia escolhido seguir a ênfase curricular *Processos Psicossociais e Construção da Realidade*, mas, à época, não havia possibilidades de estágio na ênfase. Além disso, meu contato com a Política de Assistência Social durante a formação foi bastante limitado (só havia tido uma aula sobre isso, durante a disciplina de *Teorias e Práticas em Psicologia Social III*, ministrada pela Prof.^a Zulmira no primeiro semestre de 2017).

No geral, posso citar minha inquietação com a seleção dos conteúdos que estudamos. Apesar de serem regidas por um Projeto Político-Pedagógico (atualmente chamado Projeto Pedagógico Curricular) bem elaborado, algumas disciplinas pareceram-me uma permanente introdução à alguma coisa ou uma contação de histórias. As teorias e epistemologias quase sempre estiveram apartadas da prática e geralmente foram importadas do contexto europeu ou do contexto norte-americano. Em algumas disciplinas, como *Teorias e Práticas em Psicologia Social III* e *Psicologia Comunitária*, pude ter contato com teóricos latino-americanos, alguns até brasileiros, que foram bastante inovadores e constituíram marcos em seus campos de atuação, além de pensar uma teoria que não esteja apartada da prática – ou seja, pensar a partir do que o filósofo Karl Marx denomina como *práxis*.

Para mim, esse contato também foi muito significativo por mostrar que há Psicologia para dar conta dos problemas particulares de nosso contexto. Muitas vezes considerei o que estudávamos um pouco deslocado e anacrônico, apesar de ter lido nas diretrizes do Ministério da Educação para o funcionamento dos cursos de graduação em Psicologia que o que estudamos precisa estar alinhado ao contexto brasileiro¹¹. Não acredito que haja disciplinas mais ou menos importantes no currículo, nem que haja conteúdos que devam ser privilegiados. Creio, porém, que algumas disciplinas precisam ser repensadas para atender as necessidades do nosso contexto, para fomentar nossa criticidade e possibilitar o desenvolvimento de ações que objetivem a emancipação humana.

Iniciei o estágio formalmente no segundo semestre de 2018 e no segundo semestre de 2019 fui aprovada em uma seleção pública da Prefeitura Municipal de Maracanaú (PMM) como assistente técnica. Do início ao fim do meu vínculo com a PMM, estive lotada na Gestão do Trabalho/GESUAS e empenhei-me, de acordo com os princípios da Administração Pública brasileira¹², na elaboração do primeiro Plano Municipal de Educação

¹¹ Resolução CNE/CES 5/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2011 – Seção 1 – p. 19.

¹² Segundo Pinto (2008, pp. 132-133), “são princípios básicos da Administração Pública: a legalidade, segundo o qual, ao administrador somente é dado realizar o que estiver previsto na lei; impessoalidade, que exige que a atuação do administrador público seja voltada ao atendimento impessoal e geral, ainda que venha a interessar a pessoas determinadas, não sendo a atuação atribuída ao agente público, mas à entidade estatal a que se vincula;

Permanente (PMEP) do SUAS no município¹³; das normas técnicas referentes à realização de estágios¹⁴ e pesquisas¹⁵ em Assistência Social no município; do *design*, confecção e lançamento dos *websites* da Gestão do Trabalho¹⁶ e do Observatório de Práticas do Sistema Único de Assistência Social (ObservaSUAS)¹⁷; da criação do canal de *newsletter* Radar¹⁸ e da organização e execução da I Semana do Servidor SASC¹⁹ e do III Seminário da Política de Assistência Social de Maracanaú²⁰. Tais iniciativas foram pautadas nas potencialidades levantadas a partir da análise das estimas despotencializadoras e potencializadoras mapeadas por meio dos Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010) construídos na pesquisa-ação anterior.

Contudo, a inquietação para compreender como se davam as relações entre as pessoas usuárias da Assistência Social no município com os seus territórios de moradia continuava presente. A partir da aproximação com as trabalhadoras da Política, fui convidada a desenvolver algumas atividades em alguns equipamentos. Primeiramente, a equipe de técnicas de referência do CRAS Timbó, uma das unidades de Proteção Social Básica do município, expressou interesse em conhecer um pouco mais sobre o que acontecia no território coberto pelo CRAS. Segundo elas, a dita *territorialização* ocorria muito focada em aspectos socioeconômicos (como acesso à renda e ao emprego formal) e infraestrutural (como presença de infraestrutura urbana adequada e condições de moradia). Pouco se sabia sobre

moralidade, que estabelece a necessidade de toda a atividade administrativa atender a um só tempo à lei, à moral e à equidade, em suma, aos deveres da boa e honesta administração; publicidade, que faz com que sejam obrigatórios a divulgação e o fornecimento de informações de todos os atos praticados pela Administração Pública, e eficiência, que impõe a necessidade de adoção, pelo administrador, de critérios técnicos e profissionais, que assegurem o melhor resultado possível, rechaçando-se qualquer forma de atuação amadorística e ineficiente do Poder Público”.

¹³ “PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS 2018-2021”, disponível em <<https://sites.google.com/view/gtsuas/documentos/plano-municipal-de-educa%C3%A7%C3%A3o-permanente-do-suas>>. Acesso em 14 jul. 2022.

¹⁴ “Nota técnica n.º 01/2020 – GT/GESUAS/SASC: Procedimentos para a realização de estágios curriculares de nível superior na Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) de Maracanaú”, disponível em <<https://sites.google.com/view/gtsuas/documentos/notas-t%C3%A9cnicas>>. Acesso em 14 jul. 2022.

¹⁵ “Nota técnica n.º 02/2020 – GT/GESUAS/SASC: Procedimentos para a realização de pesquisas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social em Maracanaú”, disponível em <<https://sites.google.com/view/gtsuas/documentos/notas-t%C3%A9cnicas>>. Acesso em 14 jul. 2022.

¹⁶ “Gestão do Trabalho (SUAS)”, disponível em <<https://sites.google.com/view/gtsuas>>. Acesso em 14 jul. 2022.

¹⁷ “Observatório de Práticas do Sistema Único de Assistência Social - ObservaSUAS”, disponível em <<https://sites.google.com/view/observasuas>>. Acesso em 14 jul. 2022.

¹⁸ “Radar Gestão do Trabalho: a *newsletter* oficial do SUAS em Maracanaú”, disponível em <<https://sites.google.com/view/gtsuas/newsletter>>. Acesso em 14 jul. 2022.

¹⁹ “I SEMANA DO SERVIDOR SASC”, disponível em <<https://sites.google.com/view/gtsuas/acervo/i-semana-do-servidor-sasc>>. Acesso em 14 jul. 2022.

²⁰ “III Seminário da Política de Assistência Social - Direitos Humanos: territórios de resistência”, disponível em <<https://sites.google.com/view/observasuas/acervo/iii-semin%C3%A1rio-da-pol%C3%ADtica-de-assist%C3%Aancia-social>>. Acesso em 14 jul. 2022.

como as vulnerabilidades eram experimentadas (em suas vivências e afetos) no território, assim como era difícil inferir suas possíveis potencialidades e aquisições.

[...] As profissionais do CRAS Timbó trouxeram em seus discursos durante as reuniões realizadas sobre o estudo que queriam conhecer o que era “invisível” no território: o que acontece durante a noite e aos fins de semana (quando o equipamento está fechado), como as pessoas se divertem, quais equipamentos do lugar elas acessam, quais não acessam, como percebem a segurança/violência e quais os sentidos que atribuem ao seu lar/sua vizinhança (LIMA, 2019, p. 39).

Assim nasceu o projeto de iniciação científica *Afetividade, Território e Políticas Públicas: Estima de Lugar de usuários dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) em Maracanaú-CE*²¹, que teve por objetivo conhecer, além dos aspectos sociodemográficos, infraestruturais e econômicos, os aspectos subjetivos (sentimentos, emoções, representações, vivências e impressões) das relações da população coberta pelo CRAS Timbó com o seu território de moradia. A pesquisa resultou na monografia *Estima de Lugar e Território: construção de Mapas Afetivos de moradores do Timbó em Maracanaú-CE* (LIMA, 2019). Posteriormente, a equipe técnica de outro CRAS – Parque São João – mostrou interesse pela mesma pesquisa, o que fez com que criássemos uma segunda fase para o projeto, executada em 2020.

É importante também destacar alguns fatos da macropolítica brasileira que atravessaram e motivaram o presente estudo: o golpe sofrido em 2016 pela então presidenta Dilma Rousseff, que pôs em xeque o Estado Democrático de Direito brasileiro²²; as ocupações nas escolas e universidades do país²³ que ocorreram no mesmo ano, reagindo aos desmontes das políticas sociais (em especial da Educação) projetados pelo Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de n.º 55/2016, que impõe um teto de gastos públicos que compromete a qualidade dos serviços prestados à população²⁴; o corte orçamentário ferino que a Assistência Social sofreu por conta da diminuição dos repasses da União para os estados e municípios a partir de 2016 (entre 2017 e 2018, os cortes representaram um decréscimo

²¹ Projeto de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da UFC em 2018. Contou com fomento da própria UFC por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

²² “Queda de Dilma Rousseff sela fim da era PT no poder”, disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/politica/1472649402_496679.html>. Acesso em 14 jul. 2022.

²³ “Sobe para 24 o número de ocupações na Universidade Federal do Ceará”, disponível em <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/11/sobe-para-24-numero-de-ocupacoes-na-universidade-federal-do-ceara.html>>. Acesso em 14 jul. 2022.

²⁴ “Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55”, disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55/>>. Acesso em 14 jul. 2022.

orçamentário de mais de 99%²⁵) e a eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente da república, que atualmente (em 2022, às vésperas do período eleitoral para a escolha do nosso futuro presidente) utiliza sua gestão para transformar a Assistência Social em uma política clientelista²⁶ por meio de iniciativas como a PEC de n.º1/2022, que altera as regras de utilização de recursos para ações de transferência de renda e benefícios sociais em ano eleitoral, estabelecendo o *status* de estado de exceção no país para justificar sua tentativa ilegal de empregar recursos públicos em prol da ascensão de sua popularidade²⁷.

No meio de tantas circunstâncias macropolíticas também desdobram-se as micropolíticas. Entrei no Mestrado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFC no primeiro semestre de 2020 e logo fomos atravessados pela avassaladora pandemia causada pelo vírus Covid-19, o que interrompeu não apenas nossas atividades presenciais (dadas as recomendações de distanciamento e isolamento social para evitar a transmissão do vírus), mas também vidas.

Ainda que não tenha sido acometida por Covid-19, sofri uma encefalite – inflamação no encéfalo, parte de meu sistema nervoso – em 2021, comprometendo minhas dimensões cognitivo-afetivas e deixando-me bastante afastada das minhas atividades acadêmicas. Além disso, assumi minha real identidade de gênero: abracei minha condição de mulher trans, de travesti, e alterei legalmente meu nome e meu gênero via processo longo e árduo. Encontrar-me, ser aceita como eu sou socialmente, reatar laços, apaixonar-me e sentir-me amada por alguém foram processos fundamentais para conseguir prosseguir com a vida acadêmica em meio a tanto caos. Dentro dessas dinâmicas, a partir desse lugar, desdobrou-se o presente projeto, cujo desenho é apresentado a seguir.

1.2 Apresentando o desenho do estudo

A Política Nacional de Assistência Social tem por objetivo garantir o acesso a direitos sociais e atuar na prevenção de riscos e vulnerabilidades, promovendo aquisições e

²⁵ “CNM aponta que redução orçamentária da Assistência Social compromete futuro do Suas”, disponível em <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-aponta-que-reducao-orcamentaria-da-assistencia-social-compromete-futuro-do-suas>>. Acesso em 14 jul. 2022.

²⁶ De acordo com Carvalho (1997, p. 134, *apud* SABOURIN, 2020, p. 1), o clientelismo “[...] indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.

²⁷ “Câmara aprova, em 1º turno, texto-base de 'PEC Kamikaze' que permite benefícios em ano eleitoral”, disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/12/camara-aprova-pec-kamikaze-que-permite-beneficios-em-ano-eleitoral.ghtml>>. Acesso em 14 jul. 2022.

potencialidades por meio de serviços e benefícios a serem ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seu advento representa uma tímida “emergência do olhar multidimensional sobre a pobreza” (MOURA JR. *et al.*, 2014, p. 344), apesar de mantida a centralidade da dimensão monetária, como é verificado pela importância dos grandes programas de transferência de renda.

A produção de dados a respeito dos territórios nos quais é executada a PNAS é algo de extremo valor, dado o caráter territorial da referida Política (BRASIL, 2004). Às metodologias de construção do diagnóstico, porém, escapam os aspectos psicossociais do território, tendo em vista que versam apenas sobre aspectos socioeconômicos, materiais e objetivos como acesso à renda e presença de infraestrutura urbana. Os territórios, por sua vez, demandam uma leitura ampliada, pois “são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (BRASIL, 2008, p. 54).

Neste contexto, torna-se necessário compreender como o processo de territorialização pode ser construído de modo a dar conta dos aspectos físico-estruturais e simbólicos, objetivos e subjetivos, micro e macrosociais que envolvem as relações do homem em seus ambientes. Pensar a partir dessa perspectiva permite superar a leitura materialista/objetivista das vulnerabilidades, ainda hegemônica entre os atores da PNAS, resgatando a centralidade do território prevista pela Política (BRASIL, 2004). A partir do exposto, a presente pesquisa surge com a seguinte pergunta de partida: como realizar uma territorialização que abarque as múltiplas dimensões das vulnerabilidades, tendo no centro seus aspectos psicossociais?

Tendo isso em vista, o projeto tem como objetivo geral analisar a dimensão afetiva da relação dos moradores do território referenciado por um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Maracanaú e seu lugar de moradia a partir da Estima de Lugar a fim de fomentar os processos de territorialização e de gestão do território do referido CRAS. Como posturas teóricas, adoto a Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica (LANE; SAWAIA, 1994; SAWAIA, 1999; BOMFIM, 2010;2015), a Psicologia Ambiental de vertente transacionalista (FREIRE; VIANA, 2006; MOSER, 1998; 2005) e a perspectiva dos Estudos Decoloniais em ciências humanas e sociais (SANTOS, 2008). Tais psicologias imbricadas numa perspectiva socioambiental, como apresentada nas pesquisas desenvolvidas no Locus,

demarkam uma posição de construção de conhecimento ético-politicamente engajado que pode possibilitar uma contribuição para a práxis no âmbito da Assistência Social.

O referido projeto norteia-se pela problemática da territorialização da Política de Assistência Social em Maracanaú. Apesar de ser conhecido nacionalmente pela gestão acurada da Política de Assistência Social²⁸, o município sofre com alguns nós no tocante ao conhecimento do território. A partir destas dificuldades, foi apontada a necessidade de conhecer os territórios para além de sua dimensão geográfica, espacial e objetiva, destacando a importância de aspectos subjetivos, psicossociais e simbólicos da construção desses lugares.

Essa não é uma questão particular à cidade de Maracanaú. Segundo levantamento bibliográfico realizado por Augusto *et al.* (2016), o caráter territorial da PNAS não tem recebido a devida atenção, tendo os autores encontrado apenas quatro trabalhos a partir dos descritores “territorialização”, “CRAS” e “Política Nacional de Assistência Social” no Portal de Periódicos da Capes. Assim como a territorialização na Política de Assistência Social não está sendo discutida academicamente, os espaços têm ocupado posição coadjuvante nas discussões da ciência psicológica. Entendidos apenas como a exterioridade e, geralmente, em sua dimensão físico-estrutural, os ambientes são negligenciados pela Psicologia e relegados aos estudos de disciplinas tais como a Geografia, a Arquitetura, o Urbanismo e o Design.

Faz-se necessário que a Psicologia aproxime-se das discussões acerca dos ambientes, entendendo-os não apenas em seus aspectos físicos, estruturais e naturais, mas também como seus aspectos subjetivos, seus símbolos e as inter-relações humanas que atravessam suas construções (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 2000), atentando também para as dimensões cultural, social e temporal (MOSER, 2005).

Assim, desenvolvi a presente dissertação motivada pelas seguintes perguntas: Como é a relação afetivo-vivencial entre usuárias²⁹ da Política de Assistência Social residentes na Colônia Antônio Justa em Maracanaú-CE e seu território de moradia? Como as vulnerabilidades e riscos sociais experimentados no território atravessam essas relações? Como a investigação acerca dessas relações pode colaborar com o apontamento de estratégias de superação de vulnerabilidades e riscos, com foco em potencialidades e aquisições?

²⁸ “Equipe técnica da Sasc apresenta prêmios conquistados na área da Vigilância Socioassistencial”, em: <<http://www.maracanau.ce.gov.br/equipe-tecnica-da-sasc-apresenta-premios-conquistados-na-area-da-vigilancia-socioassistencial/>>. Acesso em 18 Ago. 2019.

²⁹ O público assistido pela política de Assistência Social será representado sob a flexão de gênero feminina, visto que as responsáveis familiares que representam suas famílias para a aquisição de serviços e benefícios são majoritariamente mulheres (AZEVEDO; LIMA; VASCONCELOS, 2018).

A partir das justificativas apresentadas e da estruturação das perguntas de partida supracitadas, estruturei esta dissertação. No decorrer do texto, apresentarei recursos teórico-epistemológicos e metodológico-instrumentais. No capítulo 2 – *Marcos legais da Assistência Social no Brasil: da Constituição Cidadã aos dias de hoje* – apresento a Política de Assistência Social no país, seus principais marcos legais e sua operacionalização, mostrando também sua dimensão territorial. No capítulo 3 – *Aportes para a compreensão da dimensão territorial a partir das relações humano-ambientais* – exponho aspectos históricos, teóricos e epistemológicos dos Estudos Decoloniais, da Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica e da Psicologia Ambiental para fundamentar a pesquisa.

A seguir, apresento os objetivos da referida pesquisa (capítulo 4 – *Objetivos*). O capítulo 5 – *Percurso metodológico* – contém a caracterização do campo de pesquisa, bem como os passos tomados para a construção, sistematização e análise de dados, assim como também é descrita a forma a partir da qual os resultados da pesquisa são apresentados. A partir disso são apresentados os resultados e suas leituras (capítulo 5 – *Resultados e discussões*) e, por fim, discorro algumas reflexões a partir do estudo no capítulo 6 – *Considerações finais*.

2. MARCOS LEGAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ AOS DIAS DE HOJE

Para compreender completamente a natureza do trabalho, é essencial apresentar o que é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), detalhando sua estrutura, origens e objetivos. Nos estágios iniciais, a Assistência Social no país manifestou-se por meio de iniciativas filantrópicas, caritativas e clientelistas, influenciadas por orientações religiosas e pelas figuras políticas dominantes na época. Nesse contexto, essas ações eram paliativas, fragmentadas e centradas na assistência, não sendo consideradas um direito assegurado à população nem uma obrigação do Estado.

Desde o período inicial da colonização até a década de 1930, as atividades de Assistência Social eram conduzidas por entidades privadas, frequentemente promovidas por organizações não governamentais com orientação religiosa. Essas organizações baseavam-se no princípio da caridade, negligenciando a pobreza como uma questão social e associando-a, em vez disso, a uma suposta inadequação individual do sujeito pobre (CARVALHO, 2008).

Durante o governo de Getúlio Vargas, uma nova forma de Assistência Social foi introduzida no país. A crise global do capitalismo em 1929 levou a uma reinterpretação da pobreza como um problema social, tornando-se, assim, uma responsabilidade do Estado resolvê-lo. Essa mudança também ocorreu no contexto brasileiro. No entanto, o acesso à seguridade social (saúde, assistência social) não era universal, sendo restrito aos trabalhadores contribuintes (CARVALHO, 2008).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a Assistência Social foi estabelecida como uma política pública, integrando o sistema de Seguridade Social. Esse direito, inicialmente previsto na Constituição, foi regulamentado em 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que define a Assistência Social em seu artigo 1º como

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Apesar de ser um direito legalmente estabelecido, a execução da Assistência Social passou por um período sem marcos regulatórios claros até 2004. No entanto, entre

1993 e 2004, diversas transformações nos âmbitos político, social e econômico ocorreram, resultando em mobilizações para garantir o pleno acesso a esse direito.

Foi nesse cenário que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi introduzida em 2004, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja principal promessa de campanha era superar a fome e a miséria. A PNAS visa facilitar o acesso aos direitos sociais, prevenir riscos e combater vulnerabilidades, promovendo aquisições e potencialidades por meio de serviços e benefícios oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2004).

A PNAS destaca a importância de conhecer os grupos sociais "invisíveis", reconhecendo os riscos e vulnerabilidades em diferentes territórios brasileiros, bem como as diferenças sociais em diversas escalas. Além disso, enfatiza as potencialidades das comunidades para enfrentar suas fragilidades (BRASIL, 2004). É crucial ressaltar que a Assistência Social visa proteger a vida, reduzir danos, prevenir riscos sociais, independente de contribuição prévia, sendo financiada pelos recursos do orçamento da Seguridade Social (BRASIL, 2012, p. 16).

A proteção social atua em três frentes: indivíduos, famílias e territórios, visando promover as capacidades da comunidade. Assim, a PNAS busca desenvolver a autonomia de sujeitos e comunidades, rompendo com as noções de tutela e assistencialismo presentes nas ações de Assistência Social do século passado (BRASIL, 2004).

A PNAS é estruturada com base em diversas diretrizes. A descentralização político-administrativa é uma delas, preconizando a distribuição de responsabilidades entre os entes federados: governo municipal, estadual e federal. A participação da população na construção da política é outra diretriz fundamental, refletida na existência de conselhos que fiscalizam e deliberam sobre a execução da PNAS, com representantes tanto do governo quanto da sociedade civil (BRASIL, 2004).

Outra diretriz crucial é a responsabilidade central do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo, refletindo a nova compreensão dos riscos e das vulnerabilidades sociais como problemas sociais e estruturais. A família também ocupa posição central na concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, sendo considerada o núcleo fundamental em que se manifestam as vulnerabilidades e as potencialidades sociais (BRASIL, 2004).

Em resumo, a PNAS representa um avanço significativo na garantia e promoção dos direitos sociais, abordando as transformações sociais e econômicas ocorridas entre 1993 e 2004 e

[...] realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2004).

Dessa forma, a PNAS tem o propósito de oferecer serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que necessitem deles. Seu objetivo é promover a inclusão das usuárias e dos grupos específicos atendidos, tanto em áreas rurais quanto urbanas, assegurando a convivência familiar e comunitária.

Para garantir a plena execução dos serviços, programas, projetos e benefícios, foi instituída em 2005 (atualizada em 2012) a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). A NOB/SUAS busca efetivar o acesso aos direitos estabelecidos pela LOAS e às garantias previstas pela PNAS. Ela regula o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, que constitui uma rede de proteção e promoção social.

Conforme destacado por Dantas (2016), o SUAS introduz novas abordagens na gestão da Assistência Social, na estruturação dos serviços, na composição e na qualificação das equipes de trabalho, bem como no monitoramento e avaliação dessa política. Portanto, o SUAS visa assegurar direitos que foram negados a muitos, seja por meio da inclusão em programas e projetos ou do recebimento de benefícios e serviços. Essas ações visam contribuir para a construção da autonomia dos beneficiários (DANTAS, 2016).

É importante destacar que, na atenção da promoção de direitos sociais, a Assistência Social se subdivide em eixos: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), podendo a última ser de caráter de média ou de alta complexidade.

Caracteriza-se por Proteção Social Básica a atenção às situações de *vulnerabilidade* – situação de fragilização de vínculos familiares e comunitários, exemplificados pelo acesso insuficiente à renda; pelas dificuldades no acesso à escolarização formal; pelo acesso precário à coleta de lixo; pelo acesso precário ao transporte urbano; pela insegurança alimentar leve e moderada e pelas condições inadequadas de moradia. O principal equipamento de promoção da PSB no SUAS são os Centros de Referência em Assistência

Social, os CRAS, conhecidos como as portas de entrada para a garantia de direitos sociais de populações vulneráveis.

Já a Proteção Social Especial define-se pela atenção às situações de *risco* – iminência do rompimento de vínculos familiares e comunitários, exemplificados pela perda da moradia; violências domésticas; exploração do trabalho infantil; evasão escolar; deslocamentos forçados; insegurança alimentar grave (fome); violência patrimonial contra a pessoa idosa, etc. A PSE divide-se entre média complexidade – que ocorre quando o rompimento dos vínculos familiares e comunitários é iminente, como nos casos de violências domésticas – e alta complexidade – que ocorre quando os vínculos familiares e comunitários estão rompidos. O principal equipamento de atenção às famílias em situação de risco são os Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), além das Unidades de Acolhimento (instituições para acolhida de pessoas – crianças, adolescentes, adultos e idosos – em situação de rompimento de vínculos familiares e comunitários).

É importante lembrar que “[...] a garantia de proteção socioassistencial compreende [...] precedência da proteção social básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal” (BRASIL, 2012, p. 18). Em outras palavras, a Assistência Social orienta-se a atender às situações de vulnerabilidade com maior atenção, para assim prevenir a ocorrência de situações de risco e as violações de direitos implicadas nessas situações.

Quanto às situações de risco, essas são o foco da Proteção Social Especial, visto que

demandarão intervenções em problemas específicos e, ou, abrangentes. [...] É preciso desencadear estratégias de atenção sociofamiliar que visem a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia (BRASIL, 2004, p. 37).

Mesmo com todos os avanços demonstrados com os marcos regulatórios expostos acima, a PNAS atravessa ainda alguns entraves, havendo, segundo Lonardoní *et al.* (2006), um abismo entre os direitos garantidos constitucionalmente e a sua efetiva afirmação.

2.1 Assistência Social e sua articulação territorial

Nos parágrafos anteriores, descrevi o surgimento, as diretrizes e os objetivos da PNAS. Uma das diretrizes expostas foi a descentralização político-administrativa. Retomo tal diretriz para ressaltar que a divisão de responsabilidades entre os entes federados diz sobre o caráter territorializado da PNAS. Ao município cabe a operacionalização da Política: a oferta de serviços, a concessão de benefícios, bem como a execução dos programas e projetos (BRASIL, 2004).

Apesar de a PNAS ser executada sob um comando único, a participação dos municípios permite que a Política adeque-se às diferentes realidades territoriais presentes no Brasil. Essa tarefa não é algo fácil, dadas as dimensões continentais do país e a sua pluralidade cultural. Para sondar e trabalhar tais questões territoriais, com vista a não ignorar centralidade da dimensão territorial da política, foi desenvolvida a Vigilância Socioassistencial:

A instituição de monitoramento sistemático e a territorialização dos equipamentos de assistência social nas áreas de maior vulnerabilidade e risco resultaram em um grande desafio para a gestão do SUAS: a implantação da vigilância socioassistencial, estratégia fundamental para o reconhecimento e localização das vulnerabilidades e riscos e das violações de direito nos territórios, que oriente e avalie a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades de seus usuários (BRASIL, 2012, p. 13).

Assim constitui-se a tal divisão da Gestão do SUAS , que

deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata: I - das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; II - do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial (BRASIL, 2012, p. 40).

Presente na gestão a nível federal, estadual e municipal, sua principal responsabilidade é o monitoramento e mapeamento das vulnerabilidades e riscos experimentados pelos territórios. O resultado técnico desse trabalho é conhecido por *Diagnóstico Socioterritorial*.

O diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (BRASIL, 2012, p. 25).

O Diagnóstico Socioterritorial tem sua confecção guiada pela NOB/SUAS, que prevê algumas diretrizes para sua realização. Cabe às técnicas de referência em Vigilância Socioassistencial (assistentes sociais, psicólogas, pedagogas, administradores e demais

profissões previstas em Assistência Social pela NOB-RH/SUAS), em esfera municipal, estadual e federal, nortearem-se pela construção do Diagnóstico como

- I - processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas;
- II - identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários;
- III - reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social.
- IV - utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações (BRASIL, 2012, p. 25).

Ao ser produzido, o Diagnóstico Socioterritorial, parte do trabalho da Gestão do SUAS, deve ser utilizado como guia para balizar os procedimentos a serem realizados pelos setores de provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais. Reciprocamente, as equipes engajadas no provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais devem participar ativamente da produção de dados e de suas leituras. É esperado que os Diagnósticos

- I - contribuam para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação;
- II - ampliem o conhecimento das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes;
- III - proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea (BRASIL, 2012, p. 41).

É importante citar que o Diagnóstico Socioterritorial também pode ser construído em diálogo com consultorias externas estabelecer parcerias com órgãos e instituições federais de pesquisa visando à produção de conhecimentos sobre a política e o Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2012, p. 42).

A ênfase na capilarização territorial torna visíveis os marginalizados socialmente, a exemplo a população em situação de rua, os jovens em conflito com a lei, os indígenas, os quilombolas, os idosos e as pessoas com deficiência. Porém é pulsante a necessidade de compreendê-los em sua territorialidade, e não apenas localizá-los e visualizá-los, para a efetividade da PNAS.

O território do qual trata a PNAS

representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos,

de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54).

Para tanto, necessita-se de uma abordagem que leve em consideração todas essas dimensões da territorialidade. “Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste território” (KOGA, 2003 *apud* BRASIL, 2004, p. 45).

Para a construção dessa abordagem mais ampla, parto da premissa de que o ambiente não se resume somente a seus componentes físico-estruturais. O ambiente é também sócio-físico, o que o constitui como um palco de trocas simbólicas (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 2000). Além disso, os sujeitos relacionam-se com seus ambientes em uma via de mão dupla: são atravessados pelo ambiente na medida em que o constroem física e simbolicamente. Entender a relação homem e ambiente convida-nos a aceitar que uma série de questões perpassam esse processo, tais como o viés político, econômico, social e histórico e psicológico.

A partir de tais premissas, construo o arcabouço teórico-metodológico do presente projeto de pesquisa nos tópicos posteriores. Valho-me do posicionamento epistemológico decolonial para abordar categorias da Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica como lentes de leitura das relações humano-ambientais – objeto da Psicologia Ambiental – como base para discutir formas de conhecer relações de usuárias/es/os da Política de Assistência Social com seus territórios de moradia, dando ênfase aos processos de vulnerabilidades e riscos, mas também destacando suas potencialidades e aquisições.

3. APORTES PARA A COMPREENSÃO DA DIMENSÃO TERRITORIAL A PARTIR DAS RELAÇÕES HUMANO-AMBIENTAIS

Situando o projeto em uma postura comprometida com o rompimento de relações de opressão e de subalternidade, valho-me dos Estudos Decoloniais em ciências humanas e sociais para argumentar por uma construção de conhecimento que posicione as pessoas convidadas para a investigação como protagonistas do processo de pesquisa.

A construção de conhecimento em uma perspectiva decolonial também diz sobre a postura de quem pesquisa. De acordo com Santos (2008, p. 85), “é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos”. Nessa corrente epistemológica, a pesquisa “não se trata [apenas] do local que pesquisamos ou trabalhamos, trata-se de como nos colocamos em campo, como habitamos este lugar de pesquisa e de trabalho, ou seja, como fazemos corpo com a pesquisa, com o trabalho e com as pessoas” (OLIVEIRA; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019, p. 123, acréscimo da autora). É sob esta égide que construo a referida (investig)ação.

3.1 A Psicologia Social Sócio-Histórica e seu direcionamento decolonial³⁰

Pensar a construção e a distribuição do conhecimento é também pensar os arranjos geopolíticos em que vivemos, incluindo os seus jogos de poder. Conforme Ballestrin (2013) afirma, há um consenso de que vivemos em uma era pós-colonial, visto que hoje a maioria dos países que um dia já foram colônias encontram-se independentes e têm sua soberania reconhecida.

Admitir que vivemos em uma era pós-colonial, porém, não é o suficiente para que nos posicionemos. É necessário que, além de reconhecermos que vivemos em uma era pós-colonial, também tomemos uma postura *decolonial* – ou seja, que questionemos a forma colonial de organização geopolítica, epistemológica, social e cultural (BALLESTRIN, 2013).

³⁰ O presente subtópico foi publicado como capítulo “A vivência como unidade de análise em Psicologia Social: uma proposta decolonial a partir da Psicologia Sócio-Histórica”, de minha autoria em parceria com Halaine Cristina Pessoa Bento, minha colega de pós-graduação, e Zulmira Áurea Cruz Bomfim, orientadora da presente dissertação, no livro “Descolonizando a Psicologia: contribuições para uma prática popular”, organizado por Wesley Henrique Alves da Rocha e disponível em <https://www.google.com.br/books/edition/Descolonizando_a_Psicologia_contribui%C3%A7%C3%A3o/mGQREAAAQB-AJ?hl=pt-BR&gbpv=0>. Acesso em 2 fev. 2023.

O pensamento abissal (SANTOS, 2010) é a expressão da forma de conhecer da humanidade dita ocidental e setentrional. Afirmamos que é a forma de conhecer de uma humanidade “dita” ocidental e setentrional pois esses marcadores geográficos não são muito precisos. Na verdade, a divisão mais evidente é de natureza geopolítica: epistemologicamente, o mundo está dividido entre os países colonizadores e os países colonizados, entre senhores e subalternos.

Como a maioria dos países ao norte e ao oeste na representação cartográfica de mundo mais comumente utilizada (a projeção de Mercator) faz parte da categoria dos colonizadores, acaba por se utilizar esse marcador geográfico. Porém, alguns países fogem à essa regra, como a Austrália (que, mesmo estando ao sul e no oriente, alinha-se ideologicamente ao bloco ocidental e setentrional).

O pensamento abissal pressupõe a eliminação do que difere da experiência humana ocidental e eurocentrada. Sua expressão não permite a existência de outras etnias, culturas e saberes, que são considerados como não humanos. Dessa forma, tudo que não é ocidental e eurocêntrico é invisível (SANTOS, 2010).

Segundo Boaventura de Souza Santos (2010), o pensamento abissal propõe uma divisão do mundo entre o *lado de cá da linha* e o *lado de lá da linha*. No lado de cá haveria o ocidente eurocêntrico, a “verdadeira” humanidade que atende aos critérios de civilidade e é capaz de produzir conhecimento válido e gerir a conduta de seus participantes, enquanto no lado de lá haveria o oriente em toda sua diversidade étnico-cultural, misterioso, exótico, místico, sub-humano e passível de ser explorado.

Com o advento da modernidade e seu marco inicial, que são as revoluções burguesas pela instauração de repúblicas e pelo fim da monarquia seguindo os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, propôs-se um giro na organização político-social, que agora é centrada na existência de Estados-nação soberanos que devem relacionar-se entre si de forma a garantir suas soberanias e a liberdade de seu povo.

Porém, esse modelo não dirimiu as diferenças entre o lado de cá e o lado de lá da linha. Segundo o lado de cá, o lado de lá permanece inábil de viver segundo esses preceitos, cabendo a ele ser dominado pelo lado de cá. O lado de cá incumbe-se da colonização, enquanto ao lado de lá resta ser colonizado. Essa colonialidade se expressa em diferenças no que tange às dicotomias das formas de organização social, de produção do conhecimento e da expressão do direito em ambos os lados da linha (SANTOS, 2010).

Quanto à organização social, o ocidente se estrutura na dicotomia entre regulação e emancipação. A regulação é manifesta nas tentativas de controle da sociedade, enquanto a emancipação é a expressão do estatuto do indivíduo, das lutas pela garantia das liberdades individuais. Segundo o pensamento abissal, essa dicotomia não faria sentido para o oriente, que se organizaria a partir da dicotomia entre apropriação e violência: aos povos colonizados resta ou a apropriação pelos colonizadores ou a violência empregada para exterminá-los. Como são não existentes segundo a lógica ocidental, a legitimidade desses povos está na dominação pelos povos eurocêtricos (SANTOS, 2010).

No tocante à construção do conhecimento, no lado ocidental da linha há a dicotomia entre conhecimentos válidos e não válidos. Os válidos são aqueles produzidos de acordo com as designações da ciência, enquanto os não válidos – aqueles aos quais não se pode creditar verdade – estão no domínio da religião, da filosofia e do senso comum. De acordo com o pensamento abissal, para o lado oriental essa dicotomia sequer faz sentido, pois não há construção de conhecimento do outro lado da linha. O conhecimento produzido no oriente está no domínio do natural, não humano, e, portanto, não tem *status* de verdade. Assim, o conhecimento ocidental se propõe universal e suprime as construções orientais (SANTOS, 2010).

No plano do direito, o ocidente organiza-se a partir da dicotomia legal/ilegal. Há normas – leis – que regem as condutas dos indivíduos. Quando desrespeitadas, são aplicadas sanções. Já no lado oriental, segundo o pensamento abissal, essa dicotomia não faz sentido. Estabelece-se que o oriente, não civilizado, vive um constante estado de anomia (completo caos social), e que só se “civiliza” a partir da colonização/catequização pelo ocidente, cuja tarefa é transmitir o conhecimento e a moral ocidental (SANTOS, 2010).

É preciso entender que, como defende Boaventura de Souza Santos (2010), a injustiça social global é expressa na injustiça cognitiva global. Portanto, considerar essas desigualdades no campo da construção do conhecimento é muito profícuo quando são analisados os nossos problemas sociais.

Entendendo o pensamento abissal é possível compreender os movimentos que o lado ocidental da linha tem feito para manter sua hegemonia, renovando assim a desigualdade. O combate aos problemas sociais é atravessado pelo combate à hegemonia epistemológica sustentada pelo pensamento abissal. A partir disso, Santos (2010) propõe um novo modelo de globalização pautado por um “cosmopolitismo subalterno”. Nessa proposição estão implicadas uma globalização contra-hegemônica, que reconheça que o conhecimento

eurocêntrico não é capaz de resolver todos os problemas do mundo (podendo, inclusive, agravá-los), e a construção de uma diversidade epistemológica do mundo.

A esse novo paradigma Santos (2010) chama de *ecologia de saberes*. Nele, parte-se da compreensão de que conhecimento é troca e deve-se estimular a convivência entre epistemologias diferentes, substituindo a homogeneidade pela heterogeneidade e promovendo a pluralidade de saberes.

Aliando essa discussão à construção e disseminação do conhecimento em Psicologia, abordaremos o surgimento da Escola de São Paulo de Psicologia Social como um movimento decolonial orientado a uma ecologia de saberes.

A Psicologia Social é uma área científica que visa compreender o comportamento dos indivíduos influenciados pelo meio social. Assim, tal situação se inicia no nascimento das pessoas, ou antes mesmo da sua geração, em razão das condições enquanto família, convívio entre pares, circunstâncias de trabalho e atividades diárias que influenciam no modo de lidar e cuidar de uma gestação (LANE, 1981).

Segundo Bernardes (1998), a história da Psicologia Social que nos é contada é a história da Psicologia Social de vertente positivista norte-americana. Para o autor, o curso da história apresenta o positivismo como única alternativa para se fazer ciência e para produzir um conhecimento que seja válido. Essa Psicologia Social acabou se cristalizando como a única Psicologia Social possível, ainda que desdobramentos muito distintos tenham ocorrido de forma significativa, como é o caso da Psicologia Social da Escola de São Paulo (também conhecida como Psicologia Social Crítica ou Psicologia Social Sócio-Histórica).

Para recontar a história da Psicologia Social de maneira a não se limitar a um recorte específico, Bernardes (1998, p. 20) estabelece o pressuposto de entender os processos como contínuos, porém não lineares, além de contar uma história que parta das instituições e práticas sociais em vez de focar em autores – indivíduos – consagrados.

A Psicologia Social positivista dispõe de métodos quantitativos e generalizantes de análise, bem como pressupõe uma "ateoricidade" no processo de construção do conhecimento. Na forma positivista de construir conhecimento, o pesquisador parte de experimentação para a formulação de conceitos, e o que resulta desses conceitos é a mera generalização, em outras palavras, a leitura da realidade – que se supõe única e estática – a partir das categorias levantadas experimentalmente.

Os métodos da ciência positivista pressupõem um controle de variáveis a fim de estabelecer mudanças direcionadas a um progresso inquestionável, em uma relação de

controle da natureza. A Psicologia, no geral, sempre apresentou esforços para se "cientificizar". Nessas investidas, a filosofia – a metafísica – precisou ser abandonada para dar lugar ao experimento, do que é observável, tangível, no que se configura como um ajuste das ciências humanas aos moldes das ciências naturais.

Wilhelm Wundt, tido por Bernardes (1998) como o "pai" da Psicologia Social, é um exemplo da necessidade de abandono da filosofia para dar lugar à construção de uma Psicologia experimental. Wundt tinha objetivo de construir uma metafísica que desse base à sua Psicologia, porém os estudos em Psicologia, em seu contexto, aconteciam em sua maioria nos moldes das ciências naturais e sua validade residia apenas no uso do método experimental.

A conformidade às urgências da época possibilitou a continuidade dos estudos de Wundt em seu laboratório, na universidade em que ele atuava como professor e pesquisador. Isso possibilitou também a boa recepção que sua produção teve, o que, por conseguinte, resultou na propagação de suas ideias. O que pouco se sabe é sobre o seu projeto de construir um sistema filosófico, tampouco se sabe sobre suas intenções quanto a formulação de uma psicologia social, para a qual Wundt já havia apontado a insuficiência do seu método introspectivo-experimental.

Esse recorte do pensamento de Wundt que abarca apenas seus métodos experimentais e a predileção pelo método introspeccionista é o que Danziger (1979, apud BERNARDES, 1998, p. 22) chama de "repúdio positivista de Wundt". A metonímia da psicologia social positivista como a Psicologia Social faz parte dos processos sociais de construção e compartilhamento de ideais, o que torna possível inferir que o recorte privilegiado da obra de Wundt assim o é por conta de arranjos socioculturais que perpassam as dimensões econômicas, políticas e ideológicas de seu contexto histórico.

Um exemplo dos desdobramentos da Psicologia Social é a Psicologia Social brasileira. Atravessada pela Psicologia Social norte-americana, a Psicologia Social de nosso país sofre profundas transformações durante a década de 1980 (SAWAIA, 2002). Até então, a Psicologia Social brasileira consistia hegemonicamente na reprodução/aplicação dos preceitos e métodos norte-americanos.

A partir das contribuições de Sílvia Lane e de outros pesquisadores comprometidos com a realidade latino-americana, com seus problemas e com suas possibilidades, surgiu uma nova vertente em psicologia social no Brasil, que estava alinhada com as discussões acerca das teorizações dos soviéticos (Marx e Vygotsky, por exemplo),

cujas obras estavam começando a serem discutidas por estudiosos da Psicologia no Brasil da época (SAWAIA, 2002).

Com o tom dado pelo materialismo histórico-dialético, tal psicologia social emerge comprometida com a transformação social, atentando ao contexto de opressão e desigualdade experimentado na América Latina – já que o movimento não se encerra apenas no Brasil (SAWAIA, 2020). Os pesquisadores que trabalharam por essa vertente assumiam – e assumem – uma postura de engajamento político, crendo que não há neutralidade no fazer científico e optando por mexer com as colunas que sustentam o *status quo* (LANE; CODO, 2006; SAWAIA, 2002).

Na visão de Silvia Lane (1981), a Psicologia Social – ao estudar as relações essenciais entre indivíduo e meio – constitui um modo de entender como as pessoas conseguem garantir a sua sobrevivência, construir culturas, valores e costumes. Além do que a própria influência histórico-social é uma potencializadora para aquisição da linguagem de um grupo social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de palavras, visão de mundo, sentimentos, ações e emoções.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a história não é estática, pelo contrário, está em constante movimento e transformando-se qualitativamente ao longo dos anos. Desse modo, o cuidado apresentado pela Psicologia Social é entender como o homem se introduz na história, bem como tornar-se agente desta, influencia e é transformado por ela (LANE, 1981).

A Escola de São Paulo de Psicologia Social tem como uma de suas principais referências teórico-epistemológicas a Psicologia Histórico-Cultural, corrente do pensamento psicológico desenvolvida no território anteriormente ocupado pela União Soviética por autores como Vygotsky, Luria e Leontiev – dentre os quais Vygotsky acaba por ganhar mais projeção. É com base nesses autores que se discutem na Psicologia Sócio-Histórica as categorias de *consciência, atividade, linguagem, mediação, afetividade*, entre outras.

3.2 A Vivência como unidade de análise: demonstrações a partir da categoria Lugar de Fala

Uma categoria pouco estudada, porém, é a *vivência* – entendida por Vygotsky (2006a) como a unidade de análise da dialética indivíduo/meio. Descrita sem muitos aprofundamentos por Vygotsky, o conceito permanece pouco investigado – salvo exceções como a publicação de Toassa e Souza (2010).

Justo por tratar da dialética indivíduo/meio, defendo a vivência como chave de compreensão para fenômenos psicossociais – o que inclui as relações de subalternidade e colonialidade. Por esse motivo, abordaremos como a vivência surge no pensamento de Lev Vygotsky, traçando, para isso, um panorama de suas bases epistemológicas a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

Lev Semionovich Vygotsky foi um grande pensador do século XX nascido em 1896 na Orsha, Bielorrússia, e falecido em 1934, em Moscou, Rússia, aos 38 anos. Seus primeiros estudos acadêmicos datam de 1912 e encontravam-se nos campos do Direito, da Filosofia e da História. Ao longo de sua carreira, Vygotsky demonstrou bastante domínio das ciências humanas, principalmente em áreas como Literatura, História, Filosofia, Linguística e Estética. Apesar disso, o autor é conhecido por sua vasta contribuição ao campo da Psicologia.

As ideias de Vygotsky demoraram a chegar no Ocidente, sendo difundidas, até então, apenas na União Soviética. De acordo com Oliveira (2005), isso aconteceu por causa do isolamento político, cultural e linguístico que esse país se encontrava em relação aos outros, além de as obras desse autor terem sofrido censura pelo regime stalinista vigente na época.

Tomando as bases de sua compreensão acerca dos fenômenos psicológicos – a sociabilidade do homem e a interação social –, Vygotsky aponta uma nova forma de entender o desenvolvimento humano: somos seres construídos a partir da inserção na cultura. Em outras palavras, fundamo-nos como seres humanos com base no social (VYGOTSKY, 2006). Isso implica dizer que não somos dotados de uma psique abstrata e autônoma: as relações sociais que fundam nosso psiquismo são fenômenos materiais. Tal como não somos determinados pelo meio, uma vez o meio é parte de nossa construção e, também, atuamos no mundo, operando de forma a transformar nossas condições de vida e a própria História.

Vale ressaltar, ainda, que Vygotsky buscou no teórico Karl Marx (1818-1883) a base materialista histórica e dialética para fundamentar sua visão de sujeito e a relação com o meio. O homem, enquanto ser histórico, desenvolve-se enquanto espécie (filogênese, ontogênese e sociogênese) e, também, em sua trajetória particular concernente ao seu ciclo de vida (microgênese). Assim, ele constrói a cultura e é construído por ela simultaneamente (SILVA; DAVIS, 2004). Por conta do exposto, esta corrente do pensamento psicológico tem sido chamada de Psicologia Histórico-Cultural.

Para entender os fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos que baseiam o pensamento de Vygotsky, é necessário partir do fato de que o autor teve direcionado seus estudos a solucionar o que ele chamou de “crise da Psicologia” (VYGOTSKY, 2006b). As correntes psicológicas da época (psicologia introspectiva, behaviorismo e psicanálise) apresentavam visões parciais e fragmentadas do sujeito (cada uma com um conceito central: consciência, comportamento e pulsão, respectivamente). Vygotsky adota a perspectiva monista de Espinosa e argumenta que era preciso que o indivíduo seja compreendido em sua totalidade, sendo assim necessária uma teoria global acerca do que é o homem (VYGOTSKY, 2006b).

Vygotsky estabelece como objeto comum de seu projeto de uma psicologia global o psiquismo humano. Esse psiquismo, em sua visão, é necessariamente social e seus fatos são as funções psicológicas. O homem, então, não é naturalmente homem, mas se humaniza no contato com a cultura.

O autor busca em Marx a base materialista histórica e materialista dialética para fundamentar sua visão de sujeito. O homem, enquanto ser histórico, desenvolve-se enquanto espécie (filogênese, ontogênese e sociogênese) e também em sua trajetória particular concernente ao seu ciclo de vida (microgênese). Neste jogo, ele constrói a cultura e é construído por ela simultaneamente.

Sendo assim, contamos com aspectos inatos que dizem respeito a um desenvolvimento biológico do ser humano (funções psicológicas elementares) e com aspectos adquiridos a partir de nossa socialização (funções psicológicas superiores), sendo a relação entre esta dialética. O que diferencia as funções psicológicas elementares das superiores é o processo de mediação, no qual algo (um instrumento, um signo) medeia a relação entre o estímulo e a resposta.

A Psicologia Histórico-Cultural idealizada por Lev Vygotsky (2006b) constitui uma ciência psicológica baseada nas ideias do materialismo histórico e dialético. Quando o teórico propõe compreender o ser humano a partir de uma visão sócio-histórica é com o intuito de analisar o homem no seu processo histórico de desenvolvimento e de relações com outros indivíduos e mundo. Desse modo, levando em consideração tais aspectos, a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky preconiza unidades de análise de fenômenos psicológicos. Ao idealizarmos este estudo, optamos por abordar a *vivência* por considerar esta, atrelada aos sentidos e afetos, fundamental para a constituição histórica do ser humano.

Vygotsky (2006a) – inquieto com a dicotomia entre meio e indivíduo e tendo como base o pensamento dialético – trouxe em sua teoria que meio e sujeito são concomitantes e não cindidos. Para Vygotsky (2006a), o entorno não é algo objetivo e externo, todavia encontra-se presente em nós. O meio é enquanto é para nós e ele existe enquanto a capacidade humana de sentir e de significar. Dessa forma, o teórico constrói o conceito de vivência como a unidade de análise dessa dialética.

A concepção de vivência apresentada por Vygotsky vem do verbo russo *pereživát* (viver) originando o substantivo *pereživânie* que significa a vivência. Através da sua obra “Tragédia do Hamlet, Príncipe da Dinamarca”, de 1916, é possível entender a vivência como processo básico da vida humana na sua relação imediata, direta, irrefletida, pois para Vygotsky “as características pessoais de Hamlet (de seu ser singular) são um filtro para o modo como ele vivencia diversas situações [...]. Também nelas a vivência relaciona o sujeito, em suas características pessoais, ao meio em que se encontra” (TOASSA; SOUZA, 2010, p 762).

É sabido que

As vivências são um conceito-coringa que delimita a nossa relação com o mundo desde o nascimento, relação que se complexifica com a estruturação dos sistemas psicológicos terciários (como consciência e personalidade) [...]. As vivências são unidades da relação entre a personalidade/consciência e o meio; da relação interior da criança com um ou outro acontecimento externo, ou as circunstâncias particulares que a envolvem (TOASSA; SOUZA, 2010, p. 9-10).

Nesse sentido, a vivência é percebida como fundamental para o desenvolvimento humano em razão dos impactos que o sujeito sofre e ao mesmo tempo transforma o meio. Quando o ser ajusta uma *pereživânie* (vivência) nada é como antes, pois a atitude do homem muda em relação ao contexto vivido. Assim, o indivíduo passa a manifestar outro sentido na dialética com a situação experienciada.

Um aspecto importante a ser levantado é a intersecção entre as vivências e a afetividade, a maneira como as afecções podem influenciar nas vivências do ser. A título de exemplo, Vygotsky (2006a) explica que a criança, no que ele intitula de “crise dos sete anos”, começa internalizar como ela se sente diante dos contextos vivenciados no seu ambiente, possibilitando uma compreensão consciente dos seus afetos.

Desse modo, ao considerar a teoria vygotskyana de que o ser humano é constitutivamente social – entendendo que o sujeito não é simplesmente influenciado pelo meio, porém o meio é constitutivo dele –, constata-se pelo supracitado que as vivências contêm as singularidades dos indivíduos envolvidos nesse processo de desenvolvimento.

Vygotsky (2006a, 2010) aponta que a vivência tem a sua dimensão interna e a sociocultural, isto é, o crescimento humano ocorre na interação social.

Partindo das discussões anteriores sobre vivências e suas dimensões sociais e afetivas, é possível lançar um paralelo da vivência enquanto unidade de análise na Psicologia Social e o pensamento decolonial, visto que o conteúdo que emerge das vivências dos indivíduos enquanto povo colonizado pode ser motor para pensar as relações coloniais.

A vivência pode ainda possibilitar a construção de um conhecimento cujos protagonistas sejam as pessoas em situação de opressão – os povos do lado de lá –, empoderando-os, ressignificando e combatendo as relações de subalternidade. É pensando nisso que decidimos abordar o conceito de lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e de como a vivência pode operar como forma de enfrentamento das relações coloniais.

O conceito de lugar de fala tem se tornado bastante popular no Brasil nos últimos anos. As discussões sobre a categoria no Brasil têm como principal expoente a filósofa Djamila Ribeiro (2017). Ribeiro, que é mulher e negra, teoriza acerca da sua própria condição e defende a ideia de que a posição que ocupamos na estratificação social diz sobre nossas condições objetivas de vida e sobre as opressões às quais estamos sujeitos. Quanto à origem da categoria, Ribeiro (2017, p. 32) expõe que

[...] não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa, acreditamos que este surge a partir da tradição de discussão sobre *feminist stand point* – em uma tradução literal “ponto de vista feminista” – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial.

O termo “lugar de fala” está bastante associado às discussões do feminismo negro. Ribeiro tem como referência autoras desse movimento, como Patricia Hill Collins e Grada Kilomba. O lugar de fala também surge bastante associado às discussões sobre a interseccionalidade na produção das vulnerabilidades sociais. O conceito surge como uma forma de apresentar uma síntese de como as estruturas opressoras (racistas e machistas, por exemplo) operacionalizam a subalternização a partir de determinados determinantes sociais (como gênero e raça).

Em sua análise, Collins (1990) lança mão do conceito de matriz de dominação para pensar a intersecção das desigualdades, na qual a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características. Assim, o elemento representativo das experiências das diferentes formas de ser mulher estaria assentado no entrecruzamento entre gênero, raça, classe, geração, sem predominância de algum elemento sobre outro (SOTERO, 2013, p. 36 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 33).

As congruências com o conceito de vivência na Psicologia Histórico-Cultural residem justo no fato de, assim como na vivência, o lugar de fala constituir-se enquanto

unidade de análise da dialética indivíduo/meio, sendo a confluência de aspectos da história de vida, das condições materiais, da forma de perceber, de classificar e valorar a si e ao mundo.

O lugar de fala, assim como a vivência, possibilita um conhecimento acerca das relações de subalternidade/colonialidade cujo protagonista é a própria pessoa em situação de opressão. Nas palavras de Ribeiro (2017, p. 36), “pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”.

Para elucidar a categoria *lugar de fala*, Mombaça (2021) argumenta pela necessidade de demarcar posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa a partir da organização desigual do mundo. A autora relaciona o conceito a um instrumento de barreira a vozes hegemônicas, dando possibilidade ao surgimento de vozes historicamente silenciadas e desestruturando os modos de violência a partir do desvelamento do que não era visto anteriormente.

Dito isso, ambas as categorias se alinham com a perspectiva do paradigma da ecologia de saberes (SANTOS, 2010), que pretende que todos os tipos de conhecimento de todas as partes do mundo convivam harmoniosamente, minando as relações colonizador/colonizado. Além disso, a vivência e o lugar de fala deslocam o universalismo eurocêntrico no qual nossos saberes hegemônicos foram pautados. A branquitude masculina como modelo de humanidade universal, por exemplo, passa a ser questionada:

Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma (RIBEIRO, 2017, p. 34).

A partir do exposto, concluímos que a vivência enquanto unidade de análise da dialética indivíduo/meio pode constituir um importante recurso da Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica para a compreensão das implicações psicossociais manifestas pela dialética colonizador/colonizado – bem como para o enfrentamento da situação de dominação –, o que é reiterado pela pertinência da categoria de lugar de fala.

No que toca especificamente a vivência, essa é uma categoria de síntese do meio e da experiência particular e diz respeito àquilo que experimentamos em determinado contexto. Sendo assim, todos nós temos uma forma particular de experimentar o mundo e esse conhecimento infinitamente diverso congrega com a ideia da ecologia de saberes – que versa sobre a possibilidade do convívio entre diferentes saberes.

Ademais, a vivência pode ser um ponto de partida para pensarmos a colonialidade e a decolonialidade. O conteúdo que emerge da nossa vivência enquanto povo colonizado

pode ser motor para pensarmos essas relações coloniais, além de dar-nos mais propriedade para tratar do tema – tal como propõe a filósofa Djamila Ribeiro (2017, p. 39) ao elucidar o conceito de lugar de fala:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva.

Por fazer surgirem conteúdos a partir do que nós vivemos (situações que acabam ganhando o *status* de familiar), a vivência pode acabar minando os questionamentos que fariam avançar o processo de construção de conhecimento. Tais questionamentos são mais presentes em situações de estranhamento. Portanto, é necessário que, ao partir da vivência, sustentemos a postura de questionar, ainda que determinado tópico seja familiar.

É importante, porém, termos em consideração que um dos principais limites da aproximação entre os dois pensamentos é o tempo histórico. Na época em que Vygotsky viveu e escreveu, muitas das questões levantadas pelo pensamento decolonial ainda não se faziam presentes. Ainda que em princípios gerais – como a construção sócio-histórica do conhecimento e a constituição do sujeito simultânea à constituição da sociedade e da cultura, os pensamentos aproximem-se – muitas questões levantadas hoje – como a crítica ao marxismo e a leitura do mundo para além do conceito de classe econômica – não estavam postas há tempos atrás.

Colonizar implica na imposição de um padrão cultural, epistemológico, de crenças, valores e normas, com o intuito de dominar acima de tudo desde seu aspecto cultural, simbólico, imaginário, cognitivo-afetivo (FIGUEIREDO, 2010). Quijano (2010) apresenta que a violência e opressões acontecem no processo histórico da colonialidade, pois esta é um poder estrutural operado na América Latina que possibilitou a criação de um novo padrão de racionalidade, o eurocentrismo.

Com a emergência de criar um novo sistema de dominação social, foi intensificando as formas de exploração, acúmulo primitivo de riquezas através das colônias e desenvolvendo o sistema capitalista a nível mundial. Na dominação dos países europeus (eurocentrismo) em todos os segmentos e instituições da sociedade latino-americana, fez com que muitas construções de populações históricas fossem apagadas (QUIJANO, 2010).

Assim, trago a reflexão de que reconhecer que vivemos em uma era pós-colonial, contudo não é o bastante para nos posicionarmos. Além de um reconhecimento de que vivemos em uma era pós-colonial, é fundamental que tomemos uma *postura decolonial*.

A *postura decolonial* consiste em questionarmos a maneira colonial de organização epistemológica, social e cultural nos espaços na qual vivemos. A exemplo disso, as vulnerabilidades sociais fazem parte de uma construção sócio-histórica, atravessada por diversos marcadores sociais da diferença (FACCHINI, 2008; VEGA, 2009), tais como classe social, acesso à renda, etnia, gênero, local de vivência — seja urbana ou rural, bem como as demais influências.

Nesse cenário, podemos apresentar uma *postura decolonial* nos espaços das vulnerabilidades perpassada pelos marcadores sociais da diferença. Entender que as problemáticas no campo das classes sociais, etnia, gênero e local de vivência devem ser compreendidas a partir das particularidades do sujeito. O papel do pesquisador é justamente trazer o seu compromisso com a mudança, caso contrário o cenário de violência e opressão de um sistema colonizador pode acentuar-se. Mas, então, é possível produzir conhecimento decolonial em Psicologia?

Tendo em vista que as vivências dos sujeitos em campo são dotadas de experiências significativas, emoções, novos sentidos e significados, conhecê-las é fundamental para que planejemos, executemos, monitoremos e avaliemos políticas públicas voltadas para o enfrentamento de vulnerabilidades sociais, como é o caso da Política de Assistência Social. Compreender as vivências desses indivíduos oferece uma interessante oportunidade de deslocar o olhar materialista/objetivista das vulnerabilidades sociais, bem como passa a integrar também as potencialidades que os sujeitos manifestam.

Ademais, o suporte teórico da Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vygotsky a partir da categoria vivência e os futuros resultados oriundos das referidas pesquisas configuram-se como uma oportunidade – à academia e à comunidade de modo geral – de conhecer, entender e refletir sobre a realidade dos participantes dos estudos e, assim, buscar estratégias para alcançar melhores condições de vida. Em consonância com o argumento apresentado, Pino (2002, p. 64) defende que

É importante lembrar que a tese das relações sociais, tal como é proposta por Marx e Engels e formulada por Vigotski, constitui uma problemática que envolve dois planos diferentes mas interligados: o plano estrutural da organização social, com suas dimensões políticas e econômicas, e o das relações pessoais entre indivíduos concretos. Embora teoricamente diferentes, estes dois planos têm que ser regidos pelas mesmas leis históricas, caso contrário as estruturas sociais não passariam de meras abstrações sem fundamento na realidade. A relação entre esses dois planos

constitui, sem dúvida, um complexo problema teórico para as ciências sociais e psicológicas, fonte permanente de soluções incompletas. É o problema da articulação das decisões pessoais e os determinantes históricos decorrentes dos modos de organização social das sociedades. Sem decisões pessoais a organização social é impensável; mas sem organização social é impossível falar em decisões pessoais sem retornar à pré-história do contrato social, como o mostram, entre outros, os trabalhos de Locke, Hobbes e Rousseau.

Por fim, do ponto de vista social, a articulação dos campos de pesquisa com o conceito de vivência possibilita conhecimentos orientados para ações acerca das temáticas pesquisadas. Tais fatos poderiam minimizar os estigmas e as estratégias de exclusão que atingem usuários de políticas públicas de Assistência Social. Portanto, espero contribuir com reflexões que possibilitem à psicóloga e a outros profissionais que trabalham direta e/ou indiretamente com esta população o aprimoramento de sua atuação profissional, bem como suscitar o interesse pelo estudo dessas temáticas.

Para tanto, além da *Vivência*, sugiro a categoria *Afetividade* como unidade de análise dos fenômenos imbricados nas relações humano-ambientais, tal como propôs Bomfim (2010). A Afetividade surge, então, como forma de alcançar as vivências em uma postura decolonial de compreensão das mais diversas manifestações de subjetividade, o que inclui as experiências partilhadas pelas usuárias da Política de Assistência Social, exemplificadas também pela categoria de *sofrimento ético-político*.

3.3 A Afetividade enquanto categoria de leitura do Sofrimento Ético-Político nas relações humano-ambientais

Para integrar os mais diversos aspectos das relações humano-ambientais, valho-me da Afetividade (SAWAIA, 1999) enquanto categoria de análise da inter-relação humano-ambiental. Essa categoria tem sido cara à Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica (LANE; SAWAIA, 1994). Sawaia (1999, p. 98) define Afetividade como

[...] a tonalidade afetiva e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e que se apresenta como: a) Sensação: reações moderadas de prazer e desprazer, que não faz referência a objetos específicos, b) A emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado nos fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta.

A autora, com base em autores como Vigotski, Heller e Espinosa, retoma a positividade dos sentimentos e das emoções, entendidos historicamente na Psicologia e nas demais ciências humanas como um empecilho à razão. Para Sawaia (1999), as emoções não são mero apêndice do ser humano, não podendo ser entendidas apenas como um conjunto de reações fisiológicas. A emoção participa da razão e da cognição, não como algo rudimentar e

anterior, mas como elemento integrador do psiquismo humano em sua unidade pensamento-atividade, sendo construída sócio-historicamente e compondo o rol das funções psicológicas superiores.

A Afetividade atravessa dicotomias, em direção ao que Vigotski (*apud* SAWAIA, 1999) preconizou acerca da superação das dicotomias psicológicas, sendo a síntese da objetividade e da subjetividade, da necessidade e da ética. Conhecer os afetos é conhecer não apenas a subjetividade enclausurada em si mesmo, mas os processos psicossociais que marcam a constituição dos sentimentos e das emoções.

A compreensão dos afetos supera também a dimensão da necessidade e do imediato – associações comumente feitas aos sentimentos e às emoções – dando conta da ética dos sujeitos (suas condutas e seus valores). Nesse sentido, Heller (1979) defende que sentir é estar implicado em algo, considerando os sentimentos em sua capacidade orientativa. Além disso, a Afetividade desfoca o olhar fatalista sobre as vulnerabilidades abarcando também as potencialidades, visto que as afecções podem ser promotoras de potência de padecimento ou de potência de ação (SAWAIA, 1999; BOMFIM, 2015).

A Afetividade mostra-se profícua para os estudos que envolvem políticas públicas. Considero a política pública como um conjunto de ideias, diretrizes, concretizadas em ações, projetos, programas, promovidos pelo Estado, que objetivem o atendimento de direitos, previstos em lei e consonante com as reivindicações dos segmentos sociais (SOUZA, 2006; SADER, 2011).

A política pública não é a única forma de gerência das necessidades da coletividade. Paralela à ela há a política de mercado, que se guia não pela atenção aos direitos, mas sim pela geração de lucro. A política pública parte do pressuposto que nem todos estão em um patamar igual, já que nem todos vivem uma vida plena de direito. Isso é o que justifica a criação de ações que privilegiem o atendimento a esses direitos, de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

Na política de mercado, a ideia é que nos encontramos em um nível comum e que precisamos mover-nos a fim de nos destacarmos, de conseguirmos mais. Essa ideia põe de escanteio a discussão sobre direito e mascara opressões e desigualdades. Além disso, tal ideia também tira de foco a discussão sobre o coletivo e volta os holofotes para o sujeito, individualizando os méritos e insucessos.

Na contemporaneidade, vivemos um momento de ascensão da política de mercado, ascensão essa fomentada pela disseminação dos ideais neoliberais, como descrito

por Sader (2011). É importante, porém, pontuar que Estado e mercado não são antagônicos. Segundo o mesmo autor, as políticas públicas podem ser realizadas conjuntamente com as iniciativas privadas, bem como o Estado pode se caracterizar como apenas mais um braço auxiliar do mercado, relegando a segundo plano a garantia dos direitos dos cidadãos.

O trabalho em políticas públicas pode ser norteado pelo que preconiza a categoria do sofrimento ético-político. Podemos definir o sofrimento ético-político como o sofrimento que possui gênese nos processos de inclusão/exclusão social. Como bem resume a fala de um dos entrevistados de Bader Sawaia em seu processo de pesquisa, é o sofrimento por “não ser gente”, que possui sua materialidade nas relações desiguais e opressoras experimentadas pelas coletividades.

Sawaia defende que a desigualdade é originada na dialética exclusão/inclusão. A exclusão social por si só não existe. Ao criar-se a qualidade de “estar dentro”, automaticamente se constrói como possibilidade o “estar fora”. Para que alguns estejam incluídos, outros precisam estar excluídos. É algo dialético, visto que não compreende esses fenômenos como cindidos, mas como faces de uma mesma unidade e em constante cruzamento. Nesse movimento de tese e antítese, as pessoas são excluídas e incluídas o tempo inteiro. Apesar de acontecer, a inclusão das populações mais vulneráveis não acontece de forma a garantir sua dignidade. É o que Sawaia chama de *inclusão perversa*.

A definição de sofrimento ético-político por si só bastaria para justificar sua importância como categoria de análise para o trabalho do psicólogo em políticas públicas, porém é possível destacar mais alguns pontos que tornam a categoria uma chave de compreensão mais adequada à leitura e transformação do social.

Sawaia (2001, p. 99) afirma que a construção da categoria foi balizada pela necessidade de constituir-se como uma “categoria desestabilizadora” e, de acordo com Santos (117, *apud* SAWAIA, 2001, p. 99), Sawaia afirma que são tais “categorias desestabilizadoras”, contra-hegemônicas, que questionam o *status quo* que fazem caminhar mais significativamente a ciência.

A autora orienta-se, então, a romper com antigos preconceitos dos estudos sobre exclusão social. Acaba também por romper com dicotomias que por vezes viciaram o trabalho dos psicólogos, como corpo/mente, razão/emoção, social/individual, dentre outras. A própria exclusão divide foco de análise com os processos de inclusão, pois a autora direciona-se a questionar também as propostas de inclusão existentes e verifica, em suas análises, que a exclusão e a inclusão ocorrem de forma dialética, ou seja, ocorrem concomitantemente,

havendo exclusão também em iniciativas de inclusão. Essa forma de leitura da realidade auxilia o psicólogo cujo trabalho se dá em políticas públicas, já que instrumentaliza o profissional de psicologia para questionar o que está posto – a exemplo políticas públicas assistencialistas, reducionistas, mantenedoras de opressões e renovadoras de desigualdades.

A compreensão de Sawaia acerca dos afetos também justifica a adoção do sofrimento ético-político como categoria de análise dos processos de exclusão/inclusão. A autora – suportada por Heller, Vygotski e Espinosa – compreende os afetos como integradores da razão, e não contrários a esta, o que rompe com a tradição da Psicologia de ler a afetividade como um entrave à razão e que, por esta razão, deve ser descartada de análise. Tal noção fomenta a ideia de profissional em políticas públicas não-neutro, engajado, que assume um compromisso ético e político com a plena garantia de direitos, que é o principal interesse das ações de políticas públicas.

O resgate feito por Sawaia da afetividade na análise dos processos de exclusão/inclusão, além de apontar para uma psicologia social que retorna à materialidade e deixa de resumir-se a abstrações macroeconômicas, aponta também para uma noção mais integral de sujeito. A autora defende que, entendendo o homem também a partir de seus sentimentos e emoções, desfaz-se a ideia de que aquele que encontra-se em sofrimento ético-político será reduzível apenas às suas necessidades mais imediatas, fisiológicas, entendendo que “o homem da necessidade não é antagônico ao homem da ética” (SAWAIA, 2001, p. 115). Aquele que se encontra em sofrimento ético-político é, concomitantemente às suas necessidades mais básicas, suas emoções, sentimentos, e estes constituem um modo de agir consigo e com o outro – estão implicados em uma ética – que não é resumível ao prisma das necessidades biológicas como comer ou dormir, por exemplo.

Por fim, as categorias *consciência* e *linguagem* surgem como aporte para a construção da categoria do sofrimento ético-político e, portanto, são de extrema relevância para o trabalho em políticas públicas. Sawaia (2001) afirma que as emoções e os sentimentos – que são manifestações humanas nas quais emerge o sofrimento ético-político – são fenômenos sociais, e que o processo de desenvolvimento dessas funções psicológicas superiores é mediado pela linguagem. A consciência surge como organização dos significados, sendo estes parte da linguagem. Os sentimentos e as emoções configuram motivos – que são a base para as ações.

3.4 Psicologia Ambiental e Simbolismo do Espaço: a construção de Mapas Afetivos

Com vistas na problemática de pesquisa e nos questionamentos, elejo elementos da Psicologia Ambiental, cuja especificidade é a de “analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente” (MOSER, 1998, p. 8), para elucidar aspectos da inter-relação sujeito-ambiente. Por entender a complexidade de tal inter-relação, adoto a vertente transacionalista em Psicologia Ambiental, que “compreende pessoa e ambiente como aspectos de uma unidade holística de análise e não como partes ou elementos separados” (FREIRE; VIEIRA, 2006, p. 33). Assim, trarei algumas referências teóricas que justificam o nosso ponto e oferecem uma luz para pensar a Psicologia Ambiental em sua dimensão psicossocial. Compreender um pouco dos tópicos abordados colaborará bastante com o entendimento da construção dos Mapas Afetivos e da aferição da Estima de Lugar e como esse recurso teórico-metodológico se estrutura e se operacionaliza.

Na obra da Prof.^a Zulmira Bomfim, *Cidade e Afetividade: estima e construção de mapas afetivos de Barcelona e São Paulo* (2010), é defendida uma Psicologia Socioambiental, ainda que não com este nome. A autora argumenta que é necessário dar mais atenção ao que é chamado de *Simbolismo do Espaço*. Este simbolismo é manifesto na relação das pessoas com os lugares, que é já objeto da Psicologia Ambiental, porém transcende a visão do espaço como um cenário externo e inerte, agregando o entendimento dos significados, dos sentidos e da construção de si a partir das relações humano-ambientais (BOMFIM, 2010).

Na perspectiva do Simbolismo do Espaço, “o espaço é um elemento ativo em interação que transmite significados para as pessoas, que os indivíduos reelaboram e interpretam como parte de um processo de categorização social” (BOMFIM, 2010, p. 74). Em síntese, o Simbolismo do Espaço desvela a dimensão psicossocial da relação das pessoas com os ambientes.

Zulmira Bomfim justifica sua preocupação com o Simbolismo do Espaço e argumenta por sua relevância tendo como base estudos anteriores das mais diversas áreas. No campo da Antropologia, é destacado o estudo da gestão dos espaços micro pelo humano: a proxêmica, conceito bastante desenvolvido por Edward Hall (1981).

No campo da Geografia Humana contemporânea, temos a defesa de uma ciência do espaço que abarque a dimensão subjetiva do espaço (BETTANINI, 1976). Nesta perspectiva, Yi-Fu-Tuan (geógrafo sino-americano) desenvolve o estudo da *Topofilia*, que se

detém na compreensão da percepção, das atitudes e dos valores das pessoas com relação ao ambiente (BOMFIM, 2010).

Tuan (1980) argumenta que, a partir da Topofilia, somos capazes de construir vínculos com espaços e, a partir disso, dotá-los de significado e construir nossa própria identidade. Nesse procedimento, transformamos o *espaço* (dimensão abstrata) em *lugar* (espaço vivido, significado, de permanência). É a partir disso que transformamos em lugares nossas casas, bairros, cidades e a nossa pátria, por exemplo.

A Sociologia Urbana também colabora com a demarcação do Simbolismo do Espaço quando defende a tese de que há um espaço social contido no espaço urbano (BOMFIM, 2010). A cidade é, então, um espaço que contém não apenas sua estrutura física construída, mas também interações simbólicas que a dotam de significados, que geram identificação e vínculos e formam condutas – que possibilitam inclusive a mudança da estrutura física.

Não tão distante, a Psicologia Social – em específico a psicologia social francesa, cujo principal expoente é Serge Moscovici – deteve-se ao estudo das condutas territoriais por meio das *Representações Sociais*. Objetivando entender o conhecimento enquanto senso comum e a comunicação entre sujeitos, o estudo das Representações Sociais alcançou a “construção simbólica do cotidiano dos habitantes de uma cidade” (BOMFIM, 2010, p. 76), como visto nos estudos de Milgran e Jodelet (1976) acerca das cidades de Paris e Nova York.

Na própria Psicologia Ambiental – campo transdisciplinar cujo interesse maior é estudar as inter-relações humano-ambientais – há a discussão acerca do Simbolismo do Espaço. Muitos estudos numa perspectiva transacionalista já versaram acerca de aspectos psicossociais das relações humano-ambientais, incluindo nisso vínculos, representações e relações identitárias com espaços naturais e construídos.

A interação entre aspectos psicossociais e sociofísicos das relações humano-ambientais ganhou bastante destaque em estudos da Psicologia Ambiental nos anos 1990, o que ficou conhecido por ênfase psicossocial ou histórico-cultural da Psicologia Ambiental (BOMFIM, 2010). Vários estudos foram desenvolvidos a partir das categorias de Apropriação (CAVALCANTE; ELIAS, 2011), Identidade de lugar (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011), Identidade social urbana (MOURÃO; BOMFIM, 2011), Apego ao lugar – *Place attachment* (ELALI; MEDEIROS, 2011) e Cognição ambiental (HIGUCHI; KUHNEN; BOMFIM, 2011). Porém, muitas vezes essas categorias não dialogaram entre si,

formando poucas interconexões no estudo do Simbolismo do Espaço. Esta é uma das lacunas que desejamos sanar com a proposição de uma Psicologia Socioambiental.

Detendo-nos mais ao conceito de *Apropriação*, vemos o esforço em apreender o Simbolismo do Espaço. A Apropriação do espaço é definida como um processo iterativo do indivíduo com seu entorno, produzindo uma representação subjetiva de posse de determinado lugar. Em síntese, a Apropriação é a dinâmica pela qual os sujeitos sentem os lugares como seus, mantendo relações de identidade com ele e transformando-se a partir dessas interações.

Não à toa, o espaço apropriado – em outras palavras, um lugar – colabora na manutenção de uma identidade pessoal (BOMFIM, 2010). Isso nos leva a pensar em outra categoria: a *Identidade de lugar*, que pode ser compreendida como um conjunto de ideias, sentimentos, valores e tendências de conduta relacionadas a determinado ambiente (BOMFIM, 2010).

Apesar de todos os esforços citados no campo da Psicologia Ambiental, a maioria dos estudos ainda versam sobre aspectos cognitivos e/ou psicofísicos das relações humano-ambientais. Aspectos psicossociais são menos comumente abordados em estudos de Psicologia Ambiental, apesar de haver muitos estudos de Psicologia Social, de Geografia, de Urbanismo e de outras áreas tratando da relação entre pessoas e lugares em sua dimensão sócio-interacional e simbólica.

Exemplo dessa hegemonia cognitiva nos estudos de Psicologia Ambiental é a relevância de conceitos como *Cognição Ambiental*, definida por Aragonés (apud BOMFIM, 2010) como conhecimento, imagens, impressões e crenças que os indivíduos e grupos têm acerca dos ambientes.

O foco na apreensão do que os sentidos são capazes de captar e na formação dessas imagens imediatas da experiência com os lugares fica explícito também na expressiva utilização de procedimentos metodológicos como a construção de Mapas Mentais/Mapas Cognitivos. Desenvolvido pelo urbanista Kevin Lynch (1998), o *Mapa Cognitivo* é um processo que permite que as pessoas apreendam a realidade do entorno, codifiquem-na e manipulem-na durante o desenvolvimento de suas condutas no espaço. Apesar da centralidade em aspectos cognitivos, os Mapas Cognitivos também abarcam aspectos simbólicos como significados e sentidos atribuídos aos lugares, porém com menor ênfase.

Tendo como principal finalidade de conhecer processos orientação na cidade, os mapas cognitivos são utilizados para extrair dos residentes nas cidades imagens ambientais

tangíveis e passíveis de serem estudadas. Esta *imageabilidade* da cidade sustenta-se em três componentes nos mapas cognitivos: *identidade*, *estrutura* e *significado*.

A *identidade* refere-se ao que torna único cada item representado nos mapas cognitivos. A *estrutura* refere-se às relações espaciais entre o observador e os objetos da cidade. O *significado* é o conteúdo simbólico atribuído às imagens ambientais. Esse último componente foi pouco explorado por Lynch (1988), o que constituiu uma lacuna importante para que, a partir da tal, fossem pensados os Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010).

A partir do exposto, o Simbolismo do Espaço, justifica a necessidade de falar em uma Psicologia Ambiental. Porém, para tratar do aporte teórico-metodológico empregado na presente pesquisa, é necessário abordarmos categorias da Psicologia Social que dialoguem com as relações humano-ambientais. Por exemplo, é sabido que aspectos afetivos compõem nossa relação com o ambiente. Como defende Corraliza, “o ambiente é um território emocional” (CORRALIZA, 1998). Sustentados nisso, nós, o Locus, elegemos a Afetividade em sua dimensão psicossocial como categoria norteadora dos nossos estudos acerca do que chamamos de Simbolismo do Espaço.

A relação entre Afetividade em estudos ambientais é profícua, como demonstra Bomfim (2010) ao traçar a teoria da construção dos mapas afetivos e da aferição da Estima de Lugar, categoria de mediação para a avaliação dos ambientes e territórios, sendo essa definida como sentimentos e emoções sintetizados em representações acerca de determinado lugar, podendo manifestar-se de forma potencializadora (levando a um aumento na capacidade de agir em benefício de si e do outro) ou despotencializadora (levando a uma diminuição na capacidade de agir em benefício de si e do outro) (BOMFIM, 2010).

As categorias *Mapas Afetivos* e *Estima de Lugar* surgiram a partir da tese de doutorado *Cidade e Afetividade: Estima e construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e de São Paulo*, de Zulmira Bomfim (2003). Apesar de essa ter sido a obra seminal, a inquietação que motivou o desenho desse arcabouço teórico-metodológico data de antes disso.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Representações Sociais do local de moradia, de si próprio e do outro em um grupo de moradores do Pedregal e do Novo Gama: um estudo introdutório* (BOMFIM, 1990), Bomfim sondou as representações sociais (JODELET, 1983; 1984; MILGRAN; JODELET, 1976; MOSCOVICI, 1978) de moradores de dois territórios vizinhos do Distrito Federal: o Novo Gama – um bairro planejado, e o Pedregal – um bairro surgido de um assentamento irregular. Com o estudo, Bomfim objetivava compreender como as representações sociais acerca do lugar de moradia

atravessavam a imagem que os habitantes de cada território tinham de si e dos seus vizinhos (BOMFIM, 1990).

No estudo, foi utilizado como método de construção de dados a entrevista semi-estruturada e como método de análise a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Tanto o instrumento de construção quanto a análise mostraram-se bastante dispendiosos, o que motivou a autora a pensar em uma nova forma de sondar as relações humano-ambientais. Essa motivação veio a ser melhor trabalhada durante sua tese de doutorado.

Em 2003, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a autora defendeu a tese *Cidade e Afetividade* (BOMFIM, 2003), na qual desenvolveu o arcabouço teórico-metodológico dos Mapas Afetivos e da Estima de Lugar. Na obra, Bomfim vale-se da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental para a construção dos Mapas Afetivos e aferição da Estima de Lugar de estudantes de Barcelona e de São Paulo a fim de comparar os mapas e as imagens das duas cidades.

A autora argumenta que é necessário aprofundar a discussão sobre o Simbolismo do Espaço nos estudos em Psicologia Ambiental. Na compreensão do Simbolismo do Espaço, transcende-se a visão do espaço como um cenário externo e inerte, agregando o entendimento dos significados, dos sentidos e da construção da identidade a partir das relações humano-ambientais (BOMFIM, 2010).

Nessa perspectiva, “o espaço é um elemento ativo em interação que transmite significados para as pessoas, que os indivíduos reelaboram e interpretam como parte de um processo de categorização social” (BOMFIM, 2010, p. 74). Em síntese, o Simbolismo do Espaço desvela a dimensão psicossocial da relação das pessoas com os ambientes.

Bomfim busca pela utilização de categorias de análise das relações humano-ambientais que deem conta da dimensão simbólica dos espaços e das expressões do comportamento socioespacial. A autora, em aproximação à Escola de São Paulo de Psicologia Social – cujos principais representantes foram e são professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-SP – adotou a vertente Sócio-Histórica em Psicologia Social (LANE, 1994; SAWAIA, 1999; 2000), tendo eleito a categoria Afetividade (SAWAIA, 1999) como norteadora da sua investigação sobre as relações pessoa-ambiente.

Assim, foi a partir dessa discussão que Bomfim (2003; 2010) pensou nos Mapas Afetivos como desveladores dos sentidos movidos pelos afetos na cidade na Estima de Lugar como indicador da implicação e da ação dos sujeitos com relação aos lugares.

Os Mapas Afetivos são uma categoria que diz respeito a uma estratégia teórico-metodológica de compreensão dos afetos manifestos nas relações pessoa-ambiente. Eles constituem um conjunto de recursos imagéticos, representacionais e cognitivos que desvelam os sentidos movidos pelos afetos na experiência do sujeito com os lugares. Podemos defini-los como sendo

orientadores das estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não pertencer a um lugar), apego (vinculação incondicional a um lugar) e de identidade social urbana (conjunto de valores, representações, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar). Como sínteses dos afetos, eles também apontam o nível de implicação do indivíduo no lugar. Dado seu caráter representacional e criativo, são recursos de acesso à dialética subjetividade/objetividade na cidade (BOMFIM, 2010, p. 222).

Assim, os Mapas Afetivos fornecem pistas sobre os sentimentos, as emoções, as representações, as percepções e a conduta das pessoas com relação aos ambientes em seus mais diversos níveis – sejam eles naturais ou construídos, como a casa, a praça, o parque, o bairro, a cidade ou a pátria. Os Mapas como estratégia de sistematização dos afetos com relação aos ambientes apontam para a Estima de Lugar como categoria de mediação da avaliação dos lugares, sendo essa

[...] uma forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente [...]. Como categoria social, a estima pode ser compreendida como uma forma de pensamento social que caminha em paralelo a outros de simbolismo do espaço, derivado da categoria de identidade social urbana ou de uma afetividade do lugar (BOMFIM, 2010, p. 218).

A Estima de Lugar, para além de permitir conhecer a avaliação e valoração dos ambientes pelos sujeitos, também é indicativa da implicação dos indivíduos com relação aos lugares. Visto que sentir é estar implicado em algo (HELLER, 1979), a Estima de Lugar serve como índice da participação, da conduta e da ética.

Em síntese, os Mapas Afetivos funcionam como uma carta dos afetos de indivíduos com relação a lugares. A Estima de Lugar é a categoria de análise dos Mapas Afetivos, emergindo de sua sistematização. Dado o caráter sintético da categoria Afetividade, que serve à análise das dialéticas interno/externo, indivíduo/meio, objetivo/subjetivo e cognitivo/simbólico, além do seu caráter sociohistórico e cultural, os afetos permitem que se conheça as percepções, os significados, os sentidos, os sentimentos, as emoções e as representações sociais acerca de determinado ambiente.

A construção dos Mapas Afetivos e a aferição da Estima de Lugar têm sido amplamente utilizadas nas pesquisas do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza. O Locus foi fundado em

2003 por Zulmira Bomfim, que é professora da instituição, em parceria com a também professora Lúcia Siebra. Ainda em 2003, Bomfim ingressou como docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFC, tendo, desde então, orientado estudantes de mestrado e de doutorado cujos trabalhos versam acerca destas categorias.

Tais trabalhos fizeram importantes aportes teóricos e metodológicos para o estudo das categorias. As primeiras dissertações de mestrado orientadas por Bomfim (BERTINI, 2005; MARTINS, 2005) aprofundaram a discussão acerca do caráter ético-político da Estima de Lugar. Bomfim (2010) havia apontado em sua obra que a Estima de Lugar poderia ter caráter positivo e negativo. Martins (2005) e Bertini (2005), por sua vez, adensaram os estudos em Espinosa e em Sawaia e passaram a categorizar a Estima de Lugar em *potencializadora* e *despotencializadora*.

Essa mudança a classificação da Estima de Lugar é bastante importante, pois, de acordo com Espinosa (1996), a forma como as afecções tomam parte no corpo e constituem os afetos pode aumentar a potência de ação dos indivíduos promovendo a emancipação (Estima de Lugar potencializadora) ou diminuí-la, dando espaço à potência de padecimento e promovendo a servidão (Estima de Lugar despotencializadora).

Outros aportes importantes deram-se na sistematização e descrição das imagens afetivas por meio das quais se expressam a Estima de Lugar. Os Mapas Afetivos, como recurso que explora a imageabilidade do lugar, conduz à formação de imagens afetivas que sintetizam a experiência dos indivíduos com os ambientes. Bomfim (2010, pp. 159-160) apresentou *Contrastes, Atração, Destruição, Agradabilidade, Movimento e Caixa de surpresas* como imagens afetivas emergentes dos Mapas Afetivos. Porém, estudos posteriores criticaram, reformularam e sugeriram imagens, de forma que, atualmente, as imagens afetivas apontadas são *Pertencimento, Agradabilidade, Contrastes, Destruição e Insegurança*.

Importante destacar que os Contrastes, comumente lidos como indicador de uma Estima de Lugar despotencializadora (BOMFIM, 2010), passaram a ser entendidos como uma imagem ambivalente, que pode indicar tanto uma Estima potencializadora quando despotencializadora. Conforme Alencar (2010, p. 101):

A imagem de Contraste tem sido considerada como despotencializadora da ação nas investigações dos mapas afetivos por ser atravessada por uma avaliação afetiva ambígua por parte do respondente com relação ao lugar em questão. A *ambigüidade* na avaliação afetiva do lugar denota insegurança e indecisão por parte do avaliador, o que pode lhe surtir efeito *paralizante* de sua ação. Nesse sentido continuamos esse estudo considerando o Contraste como imagem despotencializadora. Entretanto, se consideramos o caráter ambivalente desta imagem, veremos que ela pode revelar não simplesmente uma avaliação dúbia do lugar, mas uma avaliação complexa e dialética, que

traz aspectos positivos e negativos, os quais além de não se anularem podem apresentar causas complexas.

O quadro a seguir, elaborado por Lima (2019) e adaptado pela autora, sintetiza o estado atual das imagens afetivas:

Quadro 1 – Descrição das imagens afetivas da Estima de Lugar

Caráter	Imagem afetiva
Potencializadoras (aumentam a potência de ação)	Pertencimento
	Agradabilidade
	Contraste potencializador
Despotencializadoras (diminuem a potência de ação)	Contraste despotencializador
	Destruição
	Insegurança

Fonte: adaptado de Lima (2019, p. 28).

Por fim, é com base nesse referencial teórico-metodológico de investig(ação) que são orientados os processos de *rapport*, de construção, de tabulação e de análise de dados, bem como a apresentação dos possíveis resultados da presente pesquisa acerca das relações humano-ambientais contextualizadas no âmbito da Política de Assistência Social.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Analisar a dimensão vivencial-afetiva da relação dos moradores de um território referenciado por um Centro de Referência de Assistência Social de Maracanaú e seu lugar de moradia a partir da construção de Mapas Afetivos e da aferição da Estima de Lugar.

4.2 Objetivos específicos

- Compreender a afetividade das pessoas em situação de vulnerabilidade social usuárias da Política de Assistência Social nas vivências do ambiente em que residem a partir dos Mapas Afetivos e da Estima de Lugar;
- Analisar a relação entre as dinâmicas afetivas e os processos psicossociais relacionados às vulnerabilidades e à desigualdade social;
- Apontar possíveis estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades a partir de potencialidades expressas no território.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 Caráter do estudo

Esta pesquisa ancora-se, predominantemente, na perspectiva qualitativa, a partir da qual é possível responder a questões particulares em um nível de profundidade que, muitas vezes, as pesquisas quantitativas não alcançam (MINAYO, 1994). Dado seu objetivo de analisar fenômenos já descritos anteriormente na literatura em um novo contexto, bem como “levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42) e “descobrir a existência de associações entre variáveis” (*Ibidem*), a pesquisa situa-se no campo das pesquisas descritivas, que

têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (*Ibidem*).

A pesquisa de campo foi realizada no município de Maracanaú, mais especificamente no território referenciado pelo CRAS Antônio Justa. As comunidades referenciadas por esta unidade de proteção social básica enfrentam situações de violação de direitos, constituindo-se como um dos territórios mais vulneráveis do município.

5.2 Caracterização do campo: o território coberto pelo CRAS Antônio Justa

Maracanaú possui a segunda maior renda *per capita* do estado do Ceará em decorrência da presença massiva de indústrias. Seu pólo industrial é o maior do estado que, além de gerar riqueza, é responsável pelo adensamento populacional – o município já quase não possui zona rural, sendo mais de 99% de sua área ocupada por zona urbana (MARACANAÚ, 2018). Fruto da exclusão/inclusão, a Colônia Antônio Justa permanece como território dos invisíveis. Sua ocupação data de antes da emancipação política do município, visto que o território foi, no início do século XX, uma colônia de tratamento para pacientes com hanseníase. Apesar de a colônia já ter sido desativada há muitos anos, a sombra do estigma ainda paira sobre a comunidade e seu isolamento permanece como algo característico do lugar.

A ocupação ilegal pelos moradores é algo também proeminente no território, sendo expressão do déficit habitacional do município (SILVA, 2016). Segundo o Diagnóstico

da Realidade Social (2013, *apud* SILVA, 2006) define Antônio Justa, além de Assentamento Precário, como cortiços não consolidáveis, visto que as ocupações se dão em prédios históricos remanescentes da colônia de tratamento para pacientes com hanseníase.

Fatores psicossociais como segregação socioespacial e estigma estão acompanhados de indicadores socioeconômicos e ambientais alarmantes: dentre os indivíduos cadastradas na base do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal, os do Antônio Justa possuem a menor renda *per capita* média (R\$166,60); 27,19% declararam não saber ler nem escrever. Somam-se a isso quatorze casos de trabalho infantil notificados em 2016 e 62 domicílios que descartam seu lixo em terreno baldio (MARACANAÚ, 2018).

Com relação à Política de Assistência Social, a gestão do território da Colônia Antônio Justa pelos seus profissionais é deficiente. Para se ter exemplo, no território referenciado pelo CRAS Antônio Justa, em 2016, apenas uma família foi incluída no Cadastro Único por busca ativa (MARACANAÚ, 2018), o que demonstra, dentre outros fatores, uma falha no trato da questão territorial.

Apesar do exposto, o território possui potencialidades. A organização da sociedade civil e a articulação de movimentos sociais fazem-se presentes, como é o caso do MORHAN – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – que teve papel importante na abertura dos portões da Colônia e na luta pelos direitos dos que sofreram com a política higienista de isolamento dos pacientes com hanseníase (SILVA, 2016). Por essas características, e em consonância com o ideal de fazer ciência com transformação social, que escolhi o território em questão para o desenvolvimento da pesquisa.

5.3 Instrumento de construção de dados

Para a construção dos dados em campo, tendo em vista a intenção de conhecer as dinâmicas afetivas dos sujeitos, foi utilizado o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) – em versão adaptada para o estudo (Apêndice A) –, que consiste em um método qualitativo com análise quantitativa complementar. O IGMA é composto por quatro componentes e etapas: o desenho do ambiente pesquisado; o inquérito sobre o desenho; a aplicação da Escala de Estima de Lugar e o questionário de perfil socioeconômico (BOMFIM *et al.*, 2014).

Na parte qualitativa, os respondentes foram estimulados a desenhar o ambiente a ser estudado, sendo realizado, posteriormente, um inquérito a fim de colher informações sobre o significado do desenho, os sentimentos referentes a ele e as qualidades relacionadas ao ambiente desenhado. Com relação aos dados quantitativos, foi aplicada uma bateria de escalas *Likert* de cinco pontos, com a qual foi possível calcular o Índice de Estima de Lugar e, assim, desvelar nuances da implicação psicossocial do indivíduo em relação ao lugar.

O IGMA foi pensado de forma a simplificar os processos de construção e de análise de dados, bem como para conseguir dar conta da complexibilidade dos afetos. Uma das características dos afetos notada pela autora foi sua intangibilidade (BOMFIM, 2010). Dado esse caráter, foi necessário criar estratégias para tornar tangível algo que é difícil de ser enunciado. Para tanto, a autora se vale de três elementos centrais. O primeiro deles, com foco no que Bomfim (2010) categoriza como “imageabilidade da cidade”, é um desenho, o qual deve ser realizado pelo respondente. O *desenho* possui a mais as funções de evocar imagens e de suscitar afetos mais do que constituírem em si um dado a ser analisado.

O segundo elemento central é o *inquérito* realizado acerca do desenho. Tendo levantado sua dinâmica afetiva ao explorar a imageabilidade dos ambientes, o respondente é convidado a responder abertamente uma bateria de perguntas que sondam acerca dos seus sentimentos, das suas emoções, das suas percepções, dos valores e das qualidades atribuídas ao lugar em questão. Um dos principais itens do inquérito é a *metáfora*, que surge como recurso para “captar o subtexto da linguagem, a linguagem da emoção, durante o processo interativo” (VYGOTSKY *apud* BOMFIM, 2010, p. 138) graças “a sua capacidade de fornecer informação intraduzível e, ao mesmo tempo, *insight* da realidade” (RICOUER, 1992 *apud* BOMFIM, 2010, p. 139).

Como terceiro elemento central há uma *bateria de escalas de tipo Likert* (Escala de Estima de Lugar – EEL) pontuadas de um a cinco acompanhadas de itens que dizem respeito ao ambiente em pauta na investigação. Além dos elementos centrais, Bomfim (2010) utiliza também questões que sondam acerca dos caminhos feitos pelo sujeito no lugar e da sua participação em grupos – o que é sustentado pelas suas teses de que os Mapas Afetivos contém os Mapas Cognitivos e que a Estima de Lugar é um indicador da participação dos habitantes na cidade. O quadro a seguir sintetiza o conteúdo do IGMA.

Quadro 2 – Componentes do IGMA

Componente	Descrição
------------	-----------

1) Desenho		O respondente é convidado a desenhar o que para si representa o lugar em questão. O sujeito deve ser estimulado a desenhar o que desejar, sem se preocupar com a qualidade do traço ou com a fidedignidade da representação.
2) Inquérito	Significado	O participante deve declarar detalhadamente o que significa seu desenho.
	Sentimentos	O respondente é convidado a narrar detalhadamente quais sentimentos seu desenho lhe evoca. A seguir, o sujeito deve sintetizar os sentimentos que narrou em seis palavras.
	Qualidades	O sujeito responde a respeito do que diria caso lhe perguntassem sobre o lugar em questão.
	Metáfora	O respondente é convidado a estabelecer uma comparação entre o lugar e algo. O sujeito deve ser estimulado a comparar o ambiente com o que desejar, seja com outro lugar, com um objeto, com uma pessoa ou com uma situação.
3) Caminhos		O participante deve descrever dois caminhos que costuma percorrer no lugar. Para isso, deve listar ordenadamente as coordenadas, que podem ser desde ruas até quaisquer outros pontos de referência, sejam naturais ou construídos.
4) Engajamento em grupos		O respondente deve responder se participa/pertence ou não de/a algum grupo no lugar e, caso a resposta seja afirmativa, descrever tal grupo.
5) Escala de Estima de Lugar (EEL)		O sujeito deve responder a uma bateria de 41 escalas do tipo Likert. Cada escala é composta por um item que é uma afirmação sobre o lugar sobre a qual o respondente deve posicionar-se de acordo com seu grau de concordância marcando um número entre 1 e 5 em uma escala numérica (onde 1 representa sua completa discordância e 5 a plena concordância).
6) Perfil da amostra		O participante responde a questões adicionadas pelo pesquisador com a finalidade de obter dados que caracterizem a amostra e/ou sirvam para testar correlações com os aspectos dos Mapas Afetivos e/ou da Estima de Lugar.

Fonte: adaptado de Lima (2019, p. 41).

A EEL foi um dos itens do IGMA que mais foi revisto ao longo dos anos. Inicialmente, Bomfim (2010) propôs uma bateria de escalas Likert com dezesseis itens que se distribuíam equitativamente em quatro dimensões construídas a partir de um pré-teste: *Pertencimento, Contrastes, Agradabilidade e Insegurança*.

Entre 2011 e 2013, desenvolveu-se no Locus uma pesquisa de iniciação científica acerca da relação de adolescentes de escolas públicas com suas escolas e com seus bairros (BOMFIM *et al.*, 2014). Durante essa pesquisa, desenhou-se uma nova EEL, com 56 itens,

distribuídos equitativamente entre quatro dimensões: *Pertencimento*, *Agradabilidade*, *Insegurança* e *Destruição*.

A análise estatística demonstrou a fatorabilidade dos itens. Porém, ao passarem por tratamento estatístico – em parceria com o Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP) da UFC –, as dimensões não resultaram em fatores. Verificou-se que, ao invés de medir *Pertencimento*, *Agradabilidade*, *Insegurança* e *Destruição*, a EEL era capaz de medir apenas dois fatores, os quais foram intitulados *Estima Potencializadora* e *Estima Despotencializadora*, seguindo a teorização acerca da Afetividade (ESPINOSA, 1996; SAWAIA, 1999).

The factorability of the data matrix was confirmed by a KMO = 0.88 and a statistically significant chi-square test extracted from the Bartlett Sphericity, $\chi^2(1540) = 5526.53$, $p < 0.001$. These findings indicate that the data matrix was suitable for the factor analysis (Tabachnick & Fidel 2001). Hence a Principal Component Analysis showed that it was possible to verify the prevalence of two main factors with *eigenvalues* exceeding 1, which responds to the Kaiser criterion, and together explains 36.75% of total variance. However, in order to better evaluate how many components should be extracted, it was decided to take into account the graphical distribution of *eigenvalues* (used as a tool for the Cattell criterion). According to this criterion, it was possible to consider also two components [...]. Thus, the two-factor structure of this measure seems consistent (BOMFIM *et al.*, 2014, p. 139).

Além disso, dos 56, apenas 41 itens mostraram-se capazes de medir efetivamente algo (Bomfim *et al.*, 2014).

Then, this factor structure obtained was tested using a rotating type of oblimin (when there is the hypothesis of correlation between the components) for extracting factors. Out of 56 items on the pilot version, 15 items showed no satisfactory saturations in any of the two factors and were therefore excluded from the scale in its final version. Was arbitrated loadings higher than |0.40| as cutoff factor values, since values above |0.30| are already considered, as a rule, as satisfactory. It is noteworthy that two items originally belonging to the dimensions of Factor I (Items 5 and 24) obtained saturations in Factor II, but with negative charges, i.e. their contents inversely measure the construct of Factor II (BOMFIM *et al.*, p. 140).

Desde a publicação dos resultados do estudo de validação estatística da EEL do IGMA (BOMFIM *et al.*, 2014), a bateria de escalas conta com itens contidos no Quadro 3. Apesar de o estudo datar de 2014, as primeiras pesquisas a utilizarem a EEL validada estatisticamente são bastante recentes (LIMA *et al.*, 2017; PACHECO, 2018; LIMA, 2019; MARTINS, 2020).

Quadro 3 – Itens da EEL.

1. Considero como algo meu.
2. Está poluído.
3. Tenho a sensação de que estou desamparado.
4. Me sinto sossegado.
5. Não trocaria por nada.
6. Considero parte da minha história.
7. Parece abandonado.
8. Desconfio das pessoas.
9. Me envergonha.
10. Há riscos.
11. Sinto medo.
12. É ruim.
13. O perigo é constante.
14. Acho feio.
15. Me indigna.
16. Tenho oportunidades.
17. Me sinto tranquilo.
18. Com estruturas precárias.
19. Se não estou nele, quero voltar.
20. Me sinto identificado com ele.
21. Admiro por sua beleza.
22. Me deixa com raiva.
23. Sinto que faço parte.
24. Me sinto sufocado.
25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim.
26. Tenho prazer.
27. É atraente para mim.
28. Sinto que estou desprotegido.
29. Me deixa orgulhoso.

30. Me sinto inseguro.
31. É desprezível.
32. Amo.
33. Devo estar alerta.
34. Me divirto.
35. Tem tudo a ver comigo.
36. Está destruído.
37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer.
38. Há sujeira.
39. Defenderia se necessário.
40. Tudo pode acontecer.
41. Me sinto apegado.

Fonte: adaptado de Lima (2019, pp. 79-80).

O IGMA categoriza os dados obtidos em cinco imagens afetivas, a saber, Pertencimento, Agradabilidade, Insegurança, Destruição e Contrastes. As imagens de Agradabilidade e de Pertencimento configuram uma estima de lugar potencializadora da relação pessoa-ambiente, denotando maior implicação psicossocial e participação cidadã do sujeito; já as imagens de Destruição e de Insegurança revelam uma estima de lugar despotencializadora, caracterizando uma implicação negativa com o ambiente e passividade diante das problemáticas existentes (BOMFIM, 2010). Os Contrastes, por sua vez, expressam a confluência de aspectos potencializadores e despotencializadores.

5.4 Desenho da amostra

Quanto à amostra, esta é composta por métodos não probabilísticos, dada a natureza qualitativa do estudo, sendo o foco a amostragem por conveniência. A amostra é composta principalmente por pessoas maiores de 18 anos usuárias da Política de Assistência Social que frequentam o CRAS Antônio Justa (pessoas que participem do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que buscam realizar atualização cadastral do CadÚnico, entre outros grupos), com vistas a acessar a população assistida pela Política.

Visto que nem todas as pessoas que frequentam o CRAS Antônio Justa são usuárias da Política de Assistência Social (já que muitas encontram-se no equipamento para buscar informações e/ou atendimento pela primeira vez), a abordagem para construção da amostra foi adaptada para abranger também possíveis usuárias.

A construção dos dados em campo contou com a anuência da Prefeitura Municipal de Maracanaú por meio da SASC (Anexo A) e foi monitorada por profissionais da Assistência Social do município. Em vista da situação sanitária especial, dada a pandemia de COVID-19 (SARS-Cov-19), todos os protocolos de segurança para evitar o contágio e a transmissão do coronavírus (uso de máscaras respiratórias, álcool em gel e distância mínima entre corpos) foram atendidos.

5.5 Aspectos éticos e legais do estudo

A referida pesquisa não contou a aquisição de capitais. O custeio (transporte, materiais de escritório e papelaria, despesas com alimentação e etc.) foram cobertos pela própria pesquisadora a partir do uso de bolsa de fomento à pesquisa custeada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela infraestrutura e serviços ofertados pela UFC.

Ressalta-se que a pesquisa se adequa aos princípios éticos de pesquisas com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde, garantindo as responsabilidades dos pesquisadores e direitos dos participantes, conforme as Resoluções de números 466 de 2012 e número 510 de 2016. Destaca-se ainda que o projeto da pesquisa foi apreciado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) da Prefeitura Municipal de Maracanaú – secretaria responsável pela pasta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) do município – e obteve parecer favorável à sua execução (Anexo A). O projeto da pesquisa também foi

avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFC, também obtendo parecer favorável à sua execução (Anexo B).

Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), que versou sobre a proposta da pesquisa, sobre possíveis riscos e benefícios decorrentes desta, bem como sobre os direitos como participantes.

O anonimato dos participantes foi mantido durante todo o processo de pesquisa. Os TCLEs são os únicos documentos em que há identificação e estão armazenados separadamente dos instrumentos de construção de dados. Ademais, nenhum respondente será identificado durante a caracterização da amostra ou durante a apresentação dos resultados (os dados sociodemográficos serão apresentados apenas em estatística descritiva).

Acrescento ainda que todos os instrumentos de construção de dados e TCLEs estão armazenados em local seguro e de acesso privativo aos pesquisadores responsáveis pela pesquisa.

5.6 Procedimentos de análise dos dados construídos

Para processar as informações coletadas dos participantes da pesquisa, os Instrumentos de Medição Geográfica Afetiva (IGMAs) serão convertidos em arquivos digitais. Os desenhos serão digitalizados, e as respostas escritas pelos participantes serão digitadas. Dado que as respostas abrangem naturezas distintas, serão aplicadas metodologias de análise de dados igualmente diversas.

A Escala de Estima de Lugar (EEL) é constituída por 41 itens distribuídos entre dois fatores:

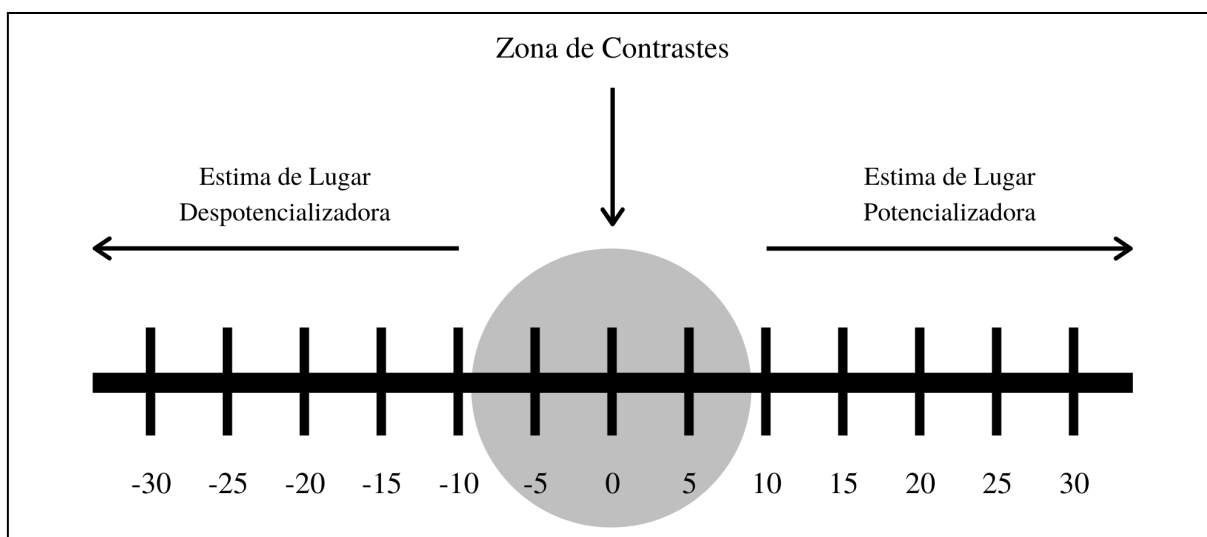
- a) O Fator I, que inclui os itens que avaliam a Estima de Lugar promovida pelas imagens afetivas de Agradabilidade e Pertencimento;
- b) O Fator II, que engloba os itens que mensuram a Estima de Lugar prejudicada pelas imagens afetivas de Insegurança e Destruição.

A partir das respostas na EEL, é calculado o Índice de Estima de Lugar (IEL), que avalia a percepção que o sujeito tem do ambiente e sua influência no lugar. Esse índice complementa os Mapas Afetivos e a própria Estima de Lugar. Para calcular o IEL, realiza-se a subtração do somatório dos escores das respostas aos itens do Fator II do somatório dos escores das respostas aos itens do Fator I. A operação pode ser resumida na seguinte fórmula:

$$IEL = \Sigma Fator I - \Sigma Fator II$$

Considerando que a Escala de Estima de Lugar (EEL) é composta por dois fatores, o Índice de Estima de Lugar (IEL) é categorizado em duas classificações distintas: potencializadora e despotencializadora. Quando o IEL é superior a zero, observa-se uma prevalência de Estima potencializadora. Se o IEL for inferior a zero, indica uma Estima despotencializadora. Existe também a possibilidade de o IEL, ao se aproximar de zero, indicar contrastes nos quais a classificação entre Estima potencializadora e Estima despotencializadora se torna imprecisa devido à convergência de aspectos potencializadores e despotencializadores (BOMFIM *et al.*, 2014).

Figura 1 – Classificação do IEL



Fonte: Lima (2019, p. 48).

A avaliação das respostas abertas, que abordam aspectos como desenho, significado, sentimentos, qualidades e metáforas, será conduzida utilizando a análise de conteúdo categorial (BARDIN, 1977; BOMFIM *et al.*, 2019). Essa abordagem representa uma metodologia qualitativa organizada em duas fases distintas:

- a) Codificação: É a fase onde se transformam os dados brutos em dados úteis por meio dos processos de fragmentação de texto e b) Categorização: Consiste em estabelecer uma diferenciação e condensação por meio de classificação de unidades. Isto é feito por intermédio de um quadro para a visualização dos dados obtidos (BOMFIM *et al.*, 2019).

Como mencionado anteriormente, a categorização é realizada mediante a elaboração de quadros categorizados. Esses quadros constituem a base para a apresentação dos Mapas Afetivos, os quais destacam as imagens afetivas que formam as Estimas de Lugar. Um exemplo de quadro categorizado está disponível no Quadro 4.

Quadro 4 – Modelo de quadro categórico

Identificação	Desenho	Significado	Qualidades
Descrição do sujeito; Escore da Escala de Estima de Lugar; Imagem Afetiva predominante; Estrutura do desenho.	Imagem digitalizada do desenho realizado pelo participante. É classificado de acordo com sua <i>estrutura</i> , que pode ser <i>cognitiva</i> (se aludir a aspectos apreensíveis pelos órgãos dos sentidos) ou <i>metafórica</i> (caso se refira a elementos representacionais e simbólicos).	<i>Significado do desenho</i> declarado pelo sujeito.	<i>Avaliação e valoração do ambiente</i> pelo sujeito a partir de <i>atributos</i> .
Sentimentos	Metáfora	Sentido	
<i>Síntese dos sentimentos e das emoções</i> listadas e descritas pelo sujeito.	<i>Comparação</i> estabelecida pelo sujeito entre o lugar em questão e algo.	<i>Articulação de sentidos</i> realizada pelo investigador que caracteriza a relação sujeito-lugar a partir dos elementos anteriores.	

Fonte: adaptado de Bomfim (2010, p. 164) e de Lima (2019, p. 48).

Para a análise geral das informações do *corpus*, utilizarei a Análise de Conteúdo categorial. Essa abordagem é compreendida como um conjunto sistematizado de técnicas e/ou procedimentos de análise da comunicação, com base em conteúdos presentes, explícita e implicitamente, com a qual é possível obter indicadores para construir inferências na construção de conhecimentos sobre o fenômeno estudado (BARDIN, 1977). De forma complementar, emprego análise estatística (estatística descritiva) para sumarizar os dados obtidos pela Escala de Estima de Lugar.

Além disso, a estatística descritiva é empregada para apresentar resultados referentes aos sentimentos, emoções e lugares (engajamento em grupos) citados como parte da entrevista concedida pelas respondentes. A análise será apresentada em conformidade com as teorias em Representações Sociais – parte central para a construção da teoria dos Mapas Afetivos de Bomfim (2003; 2010) –, que podem ser definidas como

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo

material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 1978, p. 21).

O foco concentra-se na perspectiva estruturalista das Representações Sociais (ABRIC, 1994; FLAMENT, 2001) a partir da Teoria do Núcleo Central, que sustenta a investigação do processo de estruturação das representações sociais a partir de sua objetificação (IRINEU, 2019). Para tanto, adaptou-se a técnica da associação de palavras (ABRIC, 1994; FLAMENT, 2001) para construir o arcabouço dos sentimentos, emoções e lugares (engajamento em grupos) declarados pelas respondentes.

Com relação aos sentimentos e emoções, após responder sobre o que seus desenhos as despertam, as respondentes foram convidadas a listar seis sentimentos/emoções que resumissem seu discurso (Quadro 2). Um processo similar ocorreu após a pergunta sobre os caminhos percorridos no bairro (Quadro 2): após os descrever, as respondentes foram convidadas a elencar oito lugares/instituições/grupos presentes no território.

Para considerar a importância atribuída aos elementos elencados pelas respondentes, atribui um *score* para cada elemento a partir da ordem em que foram citados: sentimentos/emoções (entre seis pontos para o citado em primeiro lugar e um ponto para o citado em último lugar) e lugares/instituições/grupos (entre oito pontos para o citado em primeiro lugar e um ponto para citado em último lugar). A pontuação final é dada a partir da soma dos *scores* de cada elemento e expressa sua frequência de citação e o grau de importância dado a partir da ordem da listagem de cada respondente.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa alcançou 24 respondentes que, para a apresentação dos resultados obtidos, foram caracterizadas³¹ sociodemograficamente por idade, nível de escolaridade, cor/etnia, naturalidade, tempo de moradia no bairro pesquisado, identidade de gênero, orientação sexual³² e acesso ao trabalho, à renda e aos serviços e benefícios socioassistenciais. Por mais que o estudo não tenha validade estatística – e tem caráter descritivo –, a descrição da amostra por tais marcadores sociais da diferença (FACCHINI, 2008; VEGA, 2009) são importantes para a construção do lugar de fala dos respondentes (RIBEIRO, 2017; MOMBAÇA, 2021).

Dessa forma, os resultados têm sua apresentação iniciada pela caracterização da amostra, descrevendo como os IELs organizam-se de acordo com os marcadores sociais da diferença. Após descrever os dados quantitativos, foco na apresentação dos dados qualitativos ilustrando as imagens afetivas das relações moradoras-território presentes nos Mapas Afetivos. Por fim, apresento dados quantitativos referentes aos sentimentos, e emoções dos respondentes com relação ao seu território e dados da mesma natureza concernentes ao engajamento em grupos e instituições.

6.1 Caracterizando a amostra a partir dos marcadores sociais da diferença

Antes de apresentar os dados caracterizados a partir dos marcadores sociais da diferença, é necessário destacar que a média geral do IEL entre as respondentes da amostra é de -31,4, o que marca uma Estima de Lugar bastante despotencializadora. O maior IEL alcançou um baixo escore (20), enquanto o mais baixo distanciou-se bastante de 0 e alcançou -87. É importante salientar que, independente do marcador, os IEL médios entre os segmentos da amostra apontam a prevalência de uma Estima despotencializadora (IEL < 0).

No que diz respeito à idade (Tabela 1), a distribuição de respondentes concentra-se entre pessoas de 41 a 50 anos (n=8). Quanto à Estima de Lugar, o menor IEL médio – o que corresponde a Estima de Lugar média mais despotencializadora – esteve

³¹ Antecipo que a maior parte da amostra declarou-se como *mulher*. Escolho romper com a norma culta da língua portuguesa – que estabelece a flexão de gênero masculina como genérica – para dar visibilidade a este dado. Ademais, como citado anteriormente, as mulheres representam o maior número de responsáveis familiares assistidas pela Assistência Social (AZEVEDO; LIMA; VASCONCELOS, 2019), o que também demonstra a importância de dar visibilidade a tal lugar de fala.

³² Todas as respondentes (n=24) declararam orientação sexual heteroafetiva.

presente entre as pessoas com 31 a 40 anos de idade (IEL=-64). A Estima de Lugar mais potencializadora – maior média IEL – foi apresentada pelas mais jovens – pessoas com 21 a 30 anos de idade (IEL=-9,1). Destaco ainda que entre as respondentes idosas (maiores de 60 anos) encontra-se a segunda menor média IEL (IEL=-44,5).

Tabela 1 – Distribuição das respondentes por idade

Idade (em anos)	N.º de respondentes	Média IEL
De 21 a 30	7	-9,1
De 31 a 40	3	-54
De 41 a 50	8	-42,5
De 51 a 60	4	-24,8
Mais de 60	2	-44,5

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação à identidade de gênero (Tabela 2), as respondentes concentram-se como mulheres cis (n=18), e é entre esse setor da amostra o menor IEL médio (IEL=-34,3)– e com menor desvio padrão da média geral –, demonstrando uma Estima mais despotencializadora. É importante destacar que o IEL médio baixo entre as mulheres está relacionado à imagem afetiva de insegurança, maioria entre as respondentes.

Tabela 2 – Distribuição das respondentes por identidade de gênero

Gênero	N.º de respondentes	Média IEL
Homem cis	6	-22,7
Mulher cis	18	-34,3

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à cor/etnia (Tabela 3), a maioria das respondentes identifica-se como parda (n=14). Entre as pardas encontra-se a o mais baixo IEL médio da amostra (IEL=-45,6) – mais baixo do que a média geral (IEL=-34,3). Entre pessoas pretas (n=4) há o único IEL médio positivo da amostra, demonstrando a possibilidade de uma Estima potencializadora entre esse segmento.

Tabela 3 – Distribuição das respondentes por cor/etnia

Cor/Etnia	N.º de respondentes	Média IEL
Branca	6	-21
Preta	4	2,5
Parda	14	-45,6

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto ao grau de escolaridade das respondentes (Tabela 4), a maior parte (n=10) declarou possuir ensino médio completo. Apenas uma respondente declarou ensino superior completo e seu segmento corresponde ao IEL médio mais baixo deste marcador (IEL=-44).

Tabela 4 – Distribuição de respondentes por grau de escolaridade

Escolaridade	N.º de respondentes	Média IEL
Ensino fundamental incompleto	7	-34,7
Ensino fundamental completo	2	-22
Ensino médio incompleto	4	-32,25
Ensino médio completo	10	-29,04
Ensino superior completo	1	-44

Fonte: Elaborada pela autora.

No tocante à ocupação laboral (Tabela 5), a maior parte da amostra declarou estar desempregada e não procurar emprego (n=11). É entre esse setor o menor IEL médio deste marcador (IEL=-39,3), ainda menor que a média geral (IEL-34,3). O IEL médio mais alto está entre aquelas que estão desempregadas e à procura de emprego (IEL=-15,8).

Tabela 5 – Distribuição de respondentes por empregabilidade

Empregabilidade	N.º de respondentes	Média IEL
Desempregadas e não procuram emprego	11	-39,3
Desempregadas e procuram emprego	5	-15,8
Trabalham informalmente	6	-32,5
Trabalham formalmente	2	-24

Fonte: Elaborada pela autora.

A naturalidade das respondentes (Tabela 6) mostrou ser um fator importante a correlacionar com os seus IELs. Os naturais de outras cidades que foram morar no território são a maioria da amostra (n=19) e é entre eles que está o menor IEL médio (IEL=-39,6). Entre as naturais de Maracanaú (n=5), o IEL médio é próximo a zero (IEL=-0,4), marcando significativamente a zona de contrastes (BOMFIM *et al.*, 2014; LIMA, 2019).

Tabela 6 – Distribuição das respondentes por naturalidade

Naturalidade	N.º de respondentes	Média IEL
Naturais de outras cidades	19	-39,6
Naturais de Maracanaú	5	-0,4

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação ao tempo de moradia das respondentes no território (Tabela 7), a maioria declarou morar no bairro por entre um e nove anos (n=8). É dentre essa maioria o valor médio mais alto do IEL (IEL=-15,9). O valor médio mais baixo encontra-se entre aquelas que moram no território há entre dez e dezenove anos (IEL=-59,6), o que pode estar relacionado a condições em tempos específicos. Com exceção do setor da amostra que mora de vinte a 29 anos no bairro, é possível observar que o IEL médio diminui à medida em que o tempo de moradia avança.

Tabela 7 – Distribuição de respondentes por tempo de moradia no território

Tempo de moradia (em anos)	N.º de respondentes	Média IEL
Menos de 1	2	-26,5
De 1 a 9	8	-15,9
De 10 a 19	5	-59,6
De 20 a 29	6	-29
Mais de 30	4	-32,8

Fonte: Elaborada pela autora.

Por tratar-se de uma construção de dados que se deu em um CRAS – que é parte da política de Assistência Social, direito social não contributivo previsto para quem dela precisar (BRASIL, 2016) – a média do acesso a renda das respondentes é baixa (Tabela 8), marcando R\$231,30 *per capita*. A maioria das respondentes (n=8) encontra-se na linha da

extrema pobreza (com renda de até R\$105 *per capita*). É entre elas que está a menor média dos IEL (IEL=-41,4). Tal fator demonstra a relação entre a vulnerabilidade socioeconômica e as representações, sentimentos e emoções referentes ao território.

Entre as respondentes na linha da pobreza (com renda *per capita* entre R\$105,01 a R\$210), o IEL médio sobre. É válido ressaltar que, na maioria dos casos, a situação de extrema pobreza é superada a partir das iniciativas em Proteção Social Básica promovidas pelo CRAS, o que pode apontar a relação entre os serviços e benefícios e a mudança da Estima de Lugar.

Tabela 8 – Distribuição de respondentes por acesso à renda³³

Renda <i>per capita</i> (em R\$)	N.º de respondentes	Média IEL
Até 105 (extrema pobreza)	8	-41,4
De 105,01 a 210 (pobreza)	4	-5
Mais de 210	13	-33,6

Fonte: Elaborada pela autora.

Apesar de a construção de dados ter ocorrido no próprio equipamento do CRAS Antônio Justa, nem todas as respondentes são assistidas ou procuram ser assistidas pela política de Assistência Social (n=2), relacionando sua presença no CRAS ao acompanhamento de alguém ou a busca por uma informação. É entre essas que está a menor média dos IEL da amostra (Tabela 9) ao considerarmos este marcador (IEL=-61).

É válido salientar que o baixo acesso a renda e os vínculos comunitários e familiares fragilizados manifestados pelas respondentes são condições para a busca dos serviços em Assistência Social, o que não ocorre. Tal fato pode estar relacionado à estima despotencializadora e à condição de sofrimento ético-político experimentado pelas respondentes, que acabam por assumir uma postura passiva frente à política de Assistência, sendo necessária a realização de busca ativa para a promoção dos serviços.

Tabela 9 – Distribuição de respondentes por acesso a serviços e benefícios socioassistenciais

Acesso a serviços e benefícios	N.º de respondentes	Média IEL
---------------------------------------	----------------------------	------------------

³³ A métrica para estabelecer a categoria de pobreza e extrema pobreza estão de acordo com a legislação vigente para a concessão do benefício do programa de transferência de renda Auxílio Brasil (BRASIL, 2021), em vigência atualmente.

socioassistenciais		
Não possuem e não procuram	2	-61
Não possuem, mas procuram	4	-37,3
Possuem assistência	18	-26,8

Fonte: Elaborada pela autora.

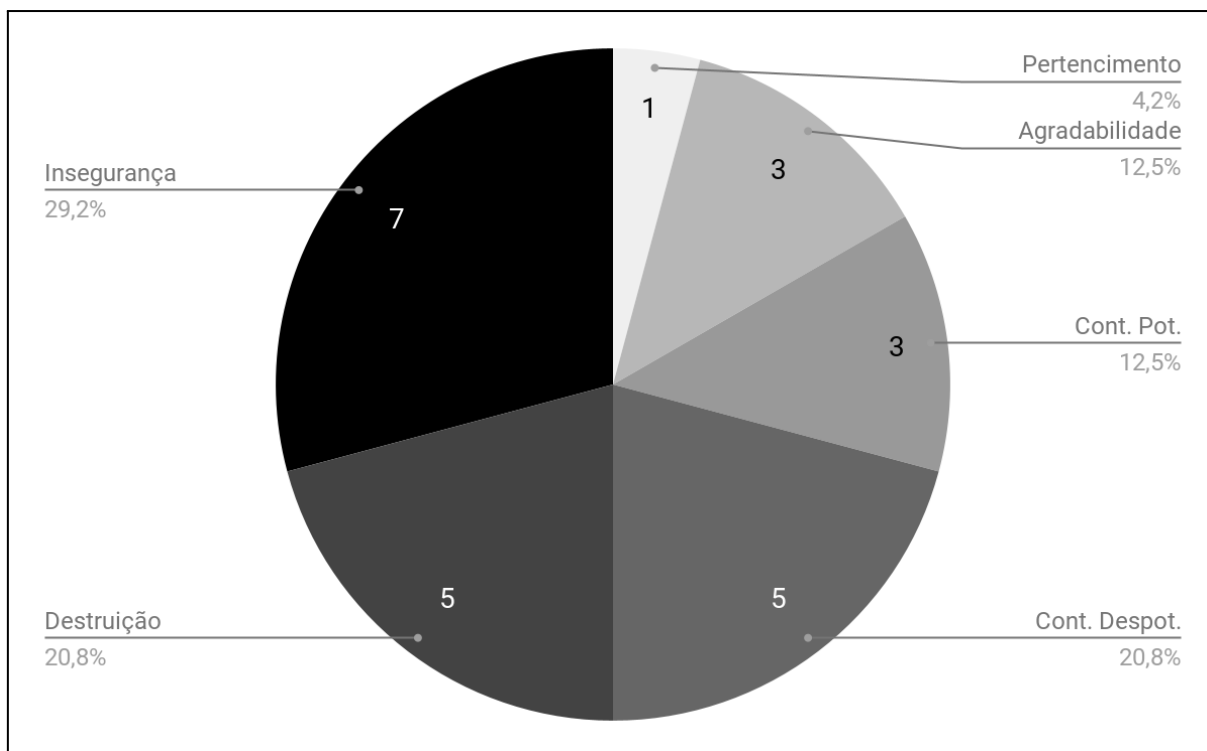
6.2 Imagens afetivas e suas leituras

A partir do tratamento qualitativo dos dados construídos com as respondentes a partir da Análise de Conteúdo, o conteúdo demonstrou agrupar-se conforme as categorias presentes em estudos seminais com dados construídos por meio do IGMA (ALENCAR, 2010; BERTINI, 2006; FEITOSA, 2018; FERREIRA, 2006), a saber: *Pertencimento*, *Agradabilidade*, *Contraste Potencializador*, *Contraste Despotencializador*, *Destruição* e *Insegurança*. O resultado de tal análise é a construção dos mapas afetivos.

O Gráfico 1 mostra a distribuição das respondentes pela imagem afetiva predominante em seus mapas afetivos. A forma como tais imagens se manifestam é descrita a partir da abordagem dos mapas afetivos nos parágrafos seguintes.

A imagem predominante na maioria dos mapas afetivos da amostra é a insegurança (n=7, 29,2%), seguida pela destruição (n=5, 20,8%) e pelo contraste despotencializador (n=5, 20,8%), o que demonstra, em geral, a prevalência de uma estíma despotencializadora – que limita a potência de ação e reforça a condição de padecimento do sujeito (BOMFIM, 2010).

Gráfico 1 – Distribuição de respondentes por imagem afetiva

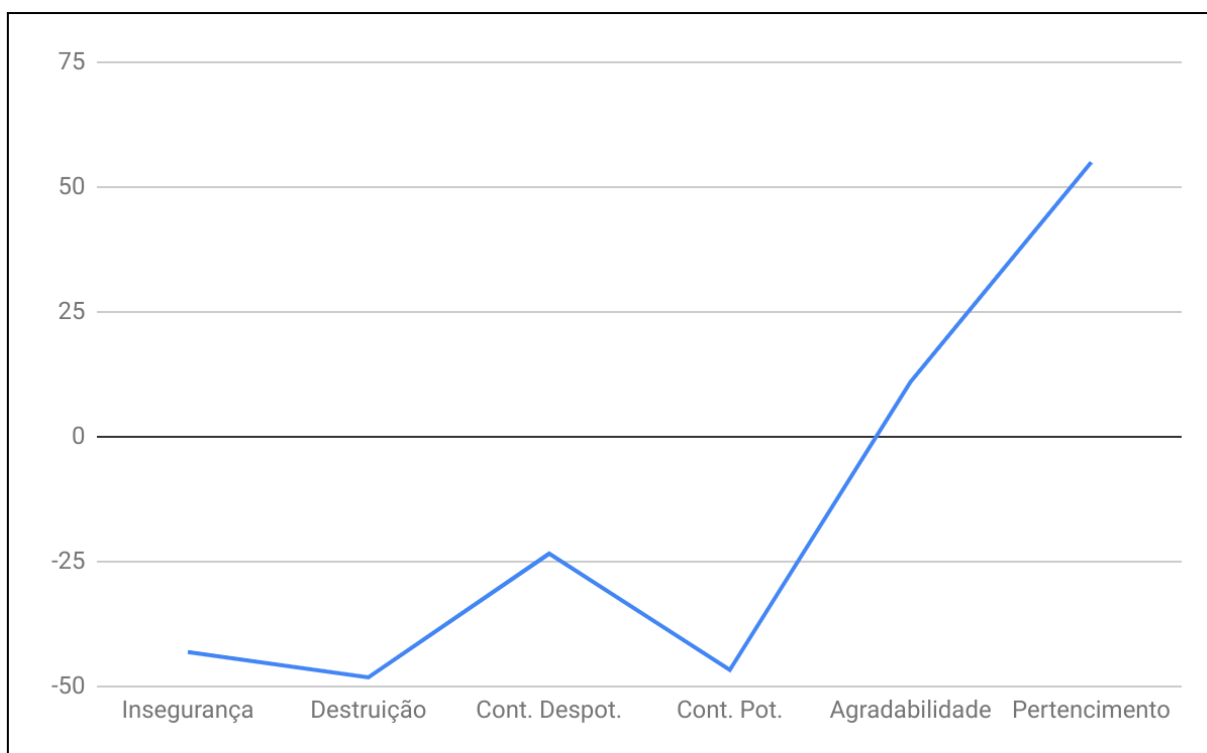


Fonte: Elaborada pela autora.

Quando cruzados com os dados relativos à Escala de Estima de Lugar (Gráfico 2), as imagens afetivas potencializadoras estão, em sua maioria, relacionadas a uma média positiva de IEL ($IEL > 0$), enquanto as imagens afetivas despotencializadoras estão relacionadas a um IEL médio negativo ($IEL < 0$), reforçando a validade do instrumento.

Como exceção estão os contrastes (potencializador e despotencializador). O contraste potencializador está associado a um IEL médio negativo ($IEL < 0$), enquanto o contraste despotencializador está relacionado a um IEL médio positivo ($IEL > 0$). Isso ocorre porque, em alguns casos, o reconhecimento e reafirmação das condições do território por meio da reação ao estímulo apresentado (os itens da Escala de Estima de Lugar) está associado ao reconhecimento das possibilidades de mudança e ao engajamento para que essas mudanças aconteçam, o que é característico da imagem de contraste potencializador.

Gráfico 2 – IEL médio por imagem afetiva



Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, abordo como cada imagem afetiva é construída pelas respondentes. Para tanto, cito alguns quadros categóricos contendo os mapas afetivos³⁴ das respondentes como exemplos da síntese de imagens afetivas elaborada. Quanto à imagem de pertencimento, esta é definida por Lima (2019, p. 28) como algo

Manifesto por meio de sentimentos de pertença, de orgulho e de forte relação de identidade. O indivíduo tem dificuldade em se perceber distante e diferenciado do lugar. É comum a descrição do ambiente como o próprio lar e o desejo de permanência, bem como demonstrações de forte implicação com o lugar.

A imagem de pertencimento foi sustentada por apenas uma respondente. Sua relação de identificação com o território se dá por meio do pertencimento a grupos (como grupos religiosos) e o sentimento de acolhida promovido pela vizinhança associado aos sentimentos de amor, respeito e gratidão (Quadro 3).

Já a imagem de agradabilidade é descrita por Lima (2019, p. 28) como

Imagem de lugar agradável, valorado positivamente, ainda que sem forte relação de identidade ou desejo de permanência. Comumente relacionada a ambientes que promovem bem-estar (áreas verdes, espaços confortáveis, pontos de encontro) e/ou oportunidades (de desenvolvimento pessoal, material, profissional ou intelectual).

³⁴ Todos os mapas afetivos podem ser consultados no Apêndice C.

A agradabilidade entre as respondentes surge associada ao sentimento de bem-estar promovido pelas áreas verdes (BOMFIM, 2010) e a sensação de estar em uma área natural/rural, o que mostra os possíveis sentidos a serem atribuídos ao fato de o território sofrer expressiva segregação socioespacial e estar apartado da cidade pela falta de infraestrutura urbana, ainda que esteja localizado próximo ao seu centro. Tais representações são expressas nos desenhos das respondentes, que geralmente elencam árvores e pássaros, e nos sentimentos de calma, tranquilidade e paz, como exemplificado no Quadro 4.

As imagens de pertencimento e de agradabilidade são valiosas para a compreensão de quais são os processos psicossociais que atravessam o apego a determinados lugares, bem como entender quais são esses lugares para, a partir deles, conseguir acessar às famílias em situação de vulnerabilidade (já que muitas vezes a vulnerabilidade significa um fator limitante para o acesso ao CRAS).

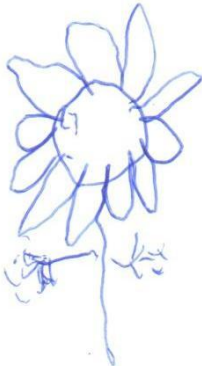
Um ambiente calmo, seguro, tranquilo, que seja acolhedor como a casa, que tenha áreas verdes e possibilite aquisições seria a configuração que tornaria o CRAS, conhecido como porta de entrada da política de Assistência Social, mais acessado pelos moradores do território que referencia.

Além disso, entender quais os ícones que atravessam essas imagens afetivas é fundamental para o planejamento e a execução de buscas ativas, que são uma das formas de acesso ao Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF):

FORMAS DE ACESSO:


- Por procura espontânea;
- **Por busca ativa;**
- Por encaminhamento da rede socioassistencial;
- Por encaminhamento das demais políticas públicas (BRASIL, 2012, p. 16, grifo da autora).

Quadro 3 – Mapa afetivo de pertencimento como imagem afetiva predominante

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C009</p> <p>IEL: 13</p> <p>Imagem: Pertencimento</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa] gratidão pelo bairro e às pessoas que são minhas vizinhas. [À] minha tranquilidade da casa”.</p>	<p>“Acho bom, maravilhoso, por estar sendo acompanhada no posto e ter o grupo da Igreja para me acolher”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>“[Há] pessoas boas”.</p> <p>Amor, carinho, respeito, gratidão, acolhimento.</p>	<p>“[Comparo com uma] flor por causa do carinho que sinto”.</p>	<p>O bairro flor é um território acolhedor, destacando-se como maravilhoso e promovendo sentimentos de amor, respeito, carinho e gratidão. É manifesta a imagem de pertencimento.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 4 – Mapa afetivo de agradabilidade como imagem afetiva predominante

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C018</p> <p>IEL: 5</p> <p>Imagem: Agradabilidade</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“Aqui é um lugar bem arborizado”.</p>	<p>“É um bom bairro de morar”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>“Felicidade, porque é um lugar verde e eu gosto”. Tranquilidade, conforto.</p>	<p>“[Comparo com uma] flor. Porque aqui é um lugar bonito”.</p>	<p>O bairro flor é um território bom e bonito por ser bem arborizado que promove sentimentos de felicidade, tranquilidade e conforto manifestos na imagem de agradabilidade.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora.

No que concerne às imagens de contrastes, estes

possuem uma face potencializadora e outra despotencializadora. Eles podem ser despotencializadores quando inibem a ação do sujeito em seu território, desimplicando-o com a realidade. Por outra via, pode ser potencializador quando promove o engajamento do indivíduo em lugares e sua implicação nas causas afetas à realidade do território (LIMA, 2019, pp. 66-77).

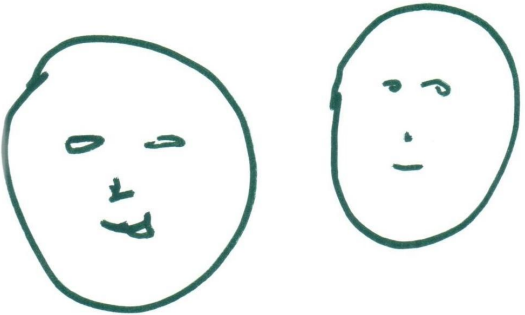
O Contraste Potencializador – “confluência de fatores potencializadores e despotencializadores na relação com o ambiente marcada pela prevalência do aumento da potência de ação do sujeito” (LIMA, 2019, p. 28) – surge como aquele “no qual o sujeito reconhece as falhas presentes no bairro, aponta possíveis soluções partindo de uma indignação que não promove apenas resignação” (LIMA, 2019, p. 67), o que foi expresso pelas respondentes pelos sentimentos reconhecimento das faltas das quais o território sofre – sentimentos predominantes em uma quantidade expressiva de mapas afetivos – e a decorrente vontade de mudança, marcando uma postura de engajamento (Quadro 5).

Já o Contraste Despotencializador – “confluência de fatores potencializadores e despotencializadores na relação com o ambiente marcada pela predominância do decréscimo da potência de ação do sujeito” (LIMA, 2019, p. 28) – é construído pelas respondentes em seus mapas afetivos como expressão do reconhecimento dos aspectos positivos do bairro que, todavia, são confrontados com aspectos negativos que geram a valoração final do território por meio da construção de orações adversativas (marcadas pelo uso de *mas*), como explícito no Quadro 6, em que a respondente, apesar de construir a imagem de agradabilidade pelo bem-estar promovido pelo território, demonstra sua inibição de potência de ação por conta da insegurança.

É necessário destacar que os contrastes, sejam potencializadores ou despotencializadores, fornecem pistas valiosas para entender processos que impedem o acesso às seguranças previstas pela PNAS, como a *segurança de convívio* familiar e comunitário.


É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (BRASIL, 2004, p. 32).

Quadro 5 – Mapa afetivo de contraste potencializador como imagem afetiva predominante

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C003</p> <p>IEL: -62</p> <p>Imagem: Contraste Potencializador</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“É o que eu vejo: a dificuldade de tudo. A dificuldade <i>pras</i> crianças, a violência... Não tem perspectiva de futuro para as crianças. [...] Faltam coisas para as mães também. O bairro é carente em tudo”.</p>	<p>“Não tem transporte, porque o transporte não quer entrar. Faltam muitas oportunidades, projetos, trabalho, cursos [...]”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>“Vontade de ver o bairro crescer, vontade de ver a diferença, insegurança”.</p>	<p>“[Comparo] com uma coisa atrasada, velha. Porque não tem mudança”.</p>	<p>O bairro coisa atrasada é um território em que se experimenta a dificuldade e a falta. Apesar do sentimento de insegurança, há a vontade de mudança, expressando a imagem de contraste potencializador.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 6 – Mapa afetivo de contraste despoticizador como imagem afetiva predominante

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C004</p> <p>IEL: 10</p> <p>Imagem: Contraste Despoticizador</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[...] O bairro é por um lado agradável, bonito, é o nosso lar. Mas também há defeitos como a falta de segurança. Há muita briga de facção e assaltos e isso é muito ruim. Todo mundo fica em risco”.</p>	<p>“É um bairro muito bonito, bem cuidado, mas falta segurança”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>“Sentimentos bons e aprovação. Me sinto bem. Mas tem essa questão negativa da insegurança”.</p> <p>Aconchego, amizade.</p>	<p>“[Comparo com] com um sítio do interior. Porque tem muita vegetação, canto de pássaros, belezas naturais e eu acho bonito”.</p>	<p>O bairro sítio do interior é um território bonito e agradável, mas também é violento e inseguro, promovendo a sensação de risco e insegurança, o que demonstra a imagem de contraste despoticizador.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora.

Visto que o CRAS tem por função a “prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS” (BRASIL, 2016, p. 35), conhecer o que está contido antes e após os *mas* nos discursos de suas usuárias pode ser um instrumento para a mediação da superação das vulnerabilidades com foco no que é destacado como potencialidade.

Por fim, as imagens predominantemente despotencializadoras – destruição e insegurança – foram construídas pela maioria das respondentes. A imagem de destruição é sustentada pela representação do território como algo abandonado, esquecido, o que se relaciona com os sentimentos de falta, de injustiça e de descaso, o que corrobora com o que afirmou Lima (2019, p. 28) sobre a imagem:

Imagem afetiva surgida da percepção do ambiente como abandonado (ausência de infraestrutura adequada, descuido e baixa ocupação/circulação). Comumente relacionada à percepção de sujeira e poluição (de qualquer ordem). A imagem é manifesta por sentimentos de vergonha e desprezo.

Em seu mapa afetivo, uma das respondentes estabeleceu como metáfora um *terreno vazio* para descrever o bairro, sintetizando por meio da metáfora o sentimento de falta e de descaso com relação ao território (Quadro 7).

A insegurança, imagem mais presente nos mapas afetivos da amostra, está, para as respondentes, relacionada principalmente à criminalidade – o que gerou insegurança para inclusive relatar suas experiências com o território. O medo de que algo imprevisto possa acontecer a qualquer momento está relacionado com o estado de ansiedade.

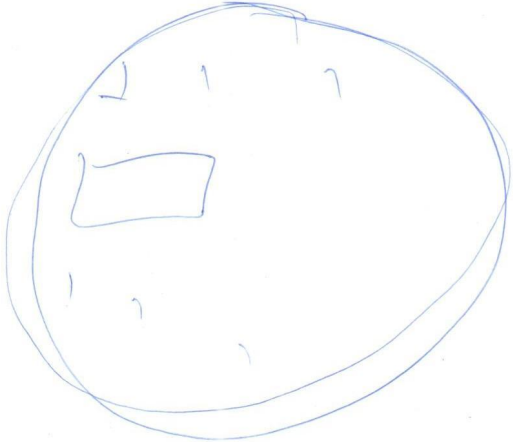
Tal descrição coaduna com o que descreve Lima (2019, p. 28) sobre a imagem:

Emerge do sentimento de insegurança do indivíduo, que se sente ameaçado. Imagem marcada por riscos, sendo comum o relato de que tudo pode acontecer no lugar. Pode haver dificuldade de interação social e ausência de confiança entre os sujeitos.

Como expresso no mapa afetivo apresentado a seguir (Quadro 8), os embates entre grupos criminosos são lidos como *barreiras* e sua intensidade e constância permitem a expressão da imagem de *faroeste* como metáfora para descrever o território.

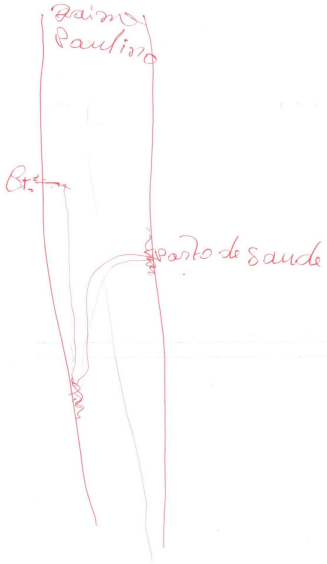
Para entender melhor a multiplicidade dos sentimentos, bem como as representações do território a partir dos seus lugares, os tópicos seguintes contém análise de quais – e como – foram elencados durante a construção dos dados a partir do IGMA.

Quadro – Mapa Afetivo de destruição como imagem afetiva predominante

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C011</p> <p>IEL: -63</p> <p>Imagem: Destruição</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa o] esquecimento do bairro e [a] falta de recursos para ele, lugares que precisam ser preenchidos”.</p>	<p>“Acho o bairro esquecido”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Abandono, esquecimento, medo, injustiça, descaso, perigo.</p>	<p>“[Comparo com um] terreno vazio que precisa ser preenchido”.</p>	<p>O bairro terreno vazio é um território marcado pela falta, promovendo os sentimentos de abandono, de esquecimento, de injustiça e de perigo. A ausência é o elemento central da imagem de destruição do bairro.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro – Mapa afetivo de insegurança como imagem afetiva predominante

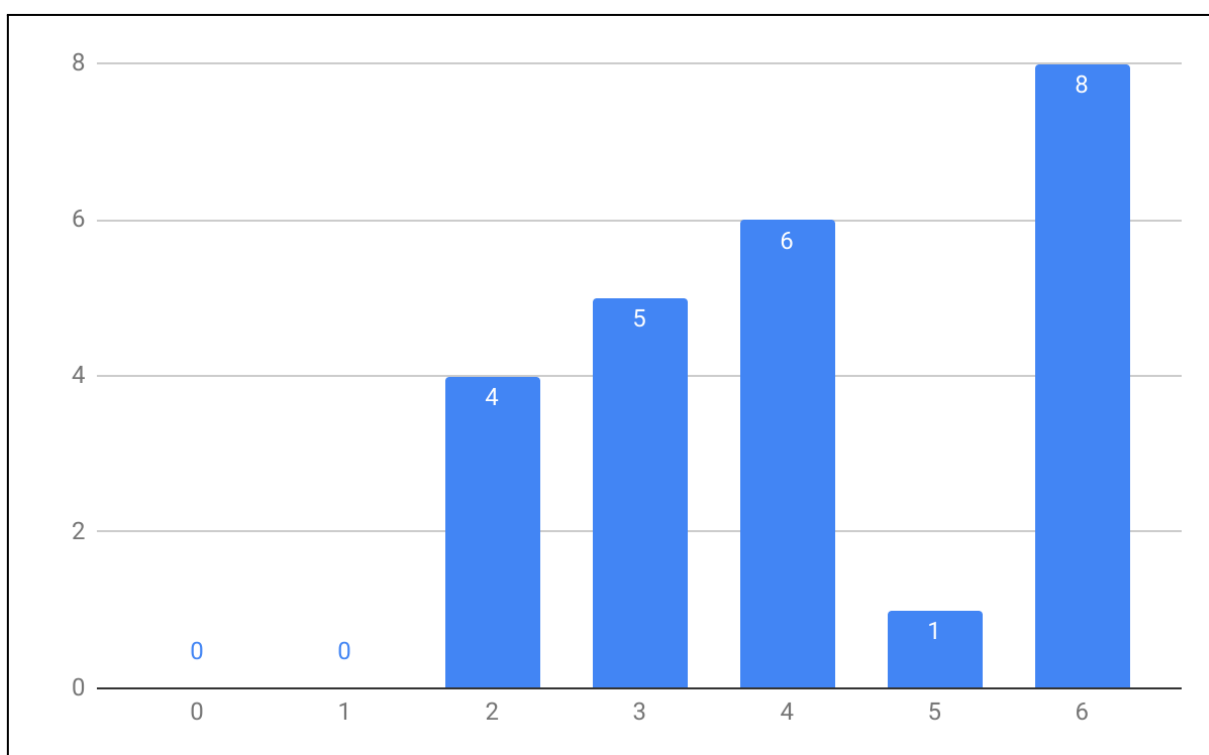
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C007</p> <p>IEL: -55</p> <p>Imagem: Insegurança</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“Dificuldade de não sair de casa. Muitas vezes tenho muita. Às vezes a gente deixa de fazer as coisas necessárias por causa do medo”.</p>	<p>“Ele é bom, tranquilo, se não fosse as barreiras (violência)... O asfalto é cheio de lama”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>Medo, insegurança, ansiedade.</p>	<p>“[Comparo com o] faroeste. Por causa da luta de gangues”.</p>	<p>O bairro faroeste é um território em que há violência e incertezas, apesar da aparência tranquila, causando medo e ansiedade, configurando a imagem de insegurança.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora.

6.3 Representações dos lugares do território e seus atravessamentos

Para uma leitura mais apropriada da forma como alguém vivencia um lugar, é necessário que conheçamos o que o representa. Para tanto, as respondentes foram convidadas a citar “lugares, instituições, grupos e atividades do seu bairro” (ver Apêndice A). Com a possibilidade de listar até oito, um terço (n=8) das respondentes elencou o número máximo de elementos solicitados. A maioria das respondentes não evadiu a questão. Ao todo, foram citados dezesseis lugares distintos entre as 24 participantes.

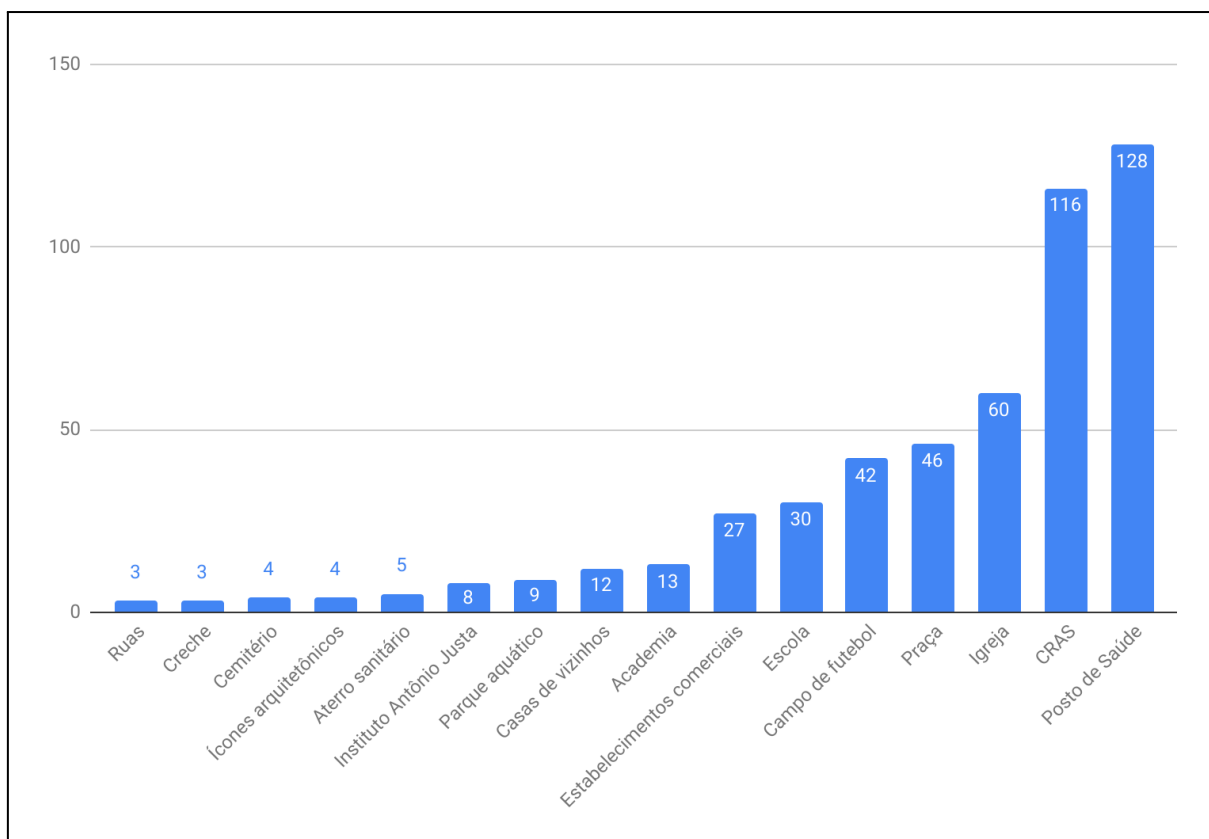
Gráfico 3 – Distribuição de respondentes pela quantidade de lugares citados



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o método de análise apresentado no percurso metodológico, cada lugar citado recebeu determinada pontuação (variando entre 1 ponto para os citados em 8º lugar e 8 pontos para os citados em 1º lugar). O lugar com maior pontuação foi a Unidade Básica de Saúde (UBS) do território, popularmente conhecida como Posto de Saúde, seguida do CRAS Antônio Justa e da Igreja – um dos lugares mais significativos de convivência do bairro.

Gráfico 4 – Pontuação dos lugares citados pelas respondentes

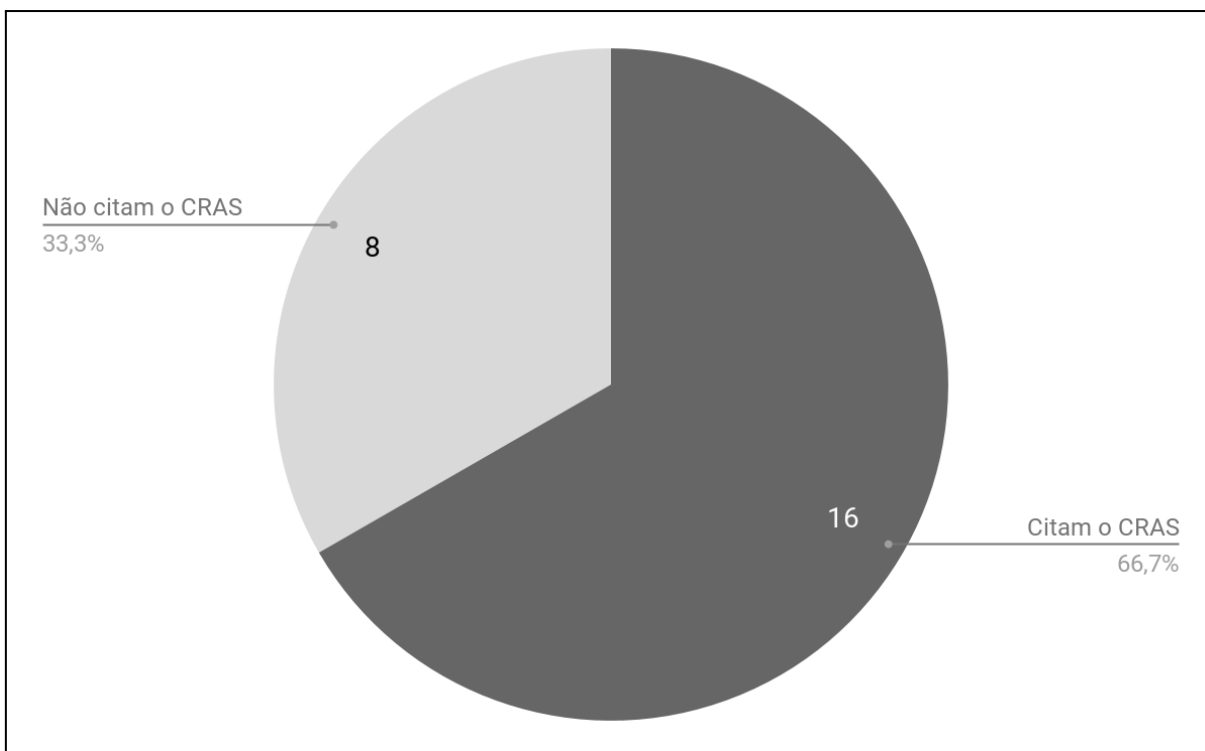


Fonte: Elaborado pela autora.

As políticas públicas ocupam lugar central entre os elementos citados (a creche, a escola, a praça, o CRAS e o Posto de Saúde). Contudo, é importante ressaltar que, ainda que tenha sido o lugar de construção dos dados – o que poderia facilitar sua enunciação –, o CRAS Antônio Justa ocupa a posição de segundo lugar mais citado. O Posto de Saúde – seja pelas suas faltas ou pelas suas aquisições, visto que ambas as dimensões foram abordadas nos mapas afetivos – destaca-se como principal referência do território (o mais citado em geral e o mais citado em primeiro lugar).

Além de ocupar a segunda posição entre os lugares, o CRAS Antônio Justa não foi citado por uma quantidade expressiva de respondentes ($n=8$). Em outras palavras, um terço das pessoas que participaram da pesquisa, ainda que estivessem utilizando o equipamento, não o elencaram (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Distribuição de respondentes por citação do CRAS



Fonte: Elaborado pela autora.

Em síntese, a Figura 2 apresenta uma nuvem de palavras contendo os lugares listados pelas respondentes organizados de acordo com a quantidade e a posição de citações.

Figura 2 – Nuvem de palavras dos lugares citados pelas respondentes



Fonte: Elaborada pela autora.

O destaque do Posto de Saúde leva a refletir sobre a importância do princípio da *intersetorialidade* da política de Assistência Social, que, de acordo com o Art. 3º da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS – faz parte dos

[...] princípios organizativos do SUAS:

I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;

V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social (BRASIL, 2012, p. 16, grifo da autora).

Assim, o Posto de Saúde ser evocado como lugar de referência demonstra que a articulação entre o CRAS e o referido equipamento poderia potencializar o acesso a serviços e benefícios, promovendo mais aquisições para as famílias em situação de vulnerabilidade que, por alguma razão, não acessam o CRAS.

Além de lugar de intervenção, o Posto de Saúde poderia ser espaço de diálogo e de pesquisa, visto que é papel do SUAS “estabelecer articulações intersetoriais de forma a ampliar o conhecimento sobre os riscos e as vulnerabilidades que afetam as famílias e os indivíduos em um dado território, colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas” (BRASIL, 2012, p. 42).

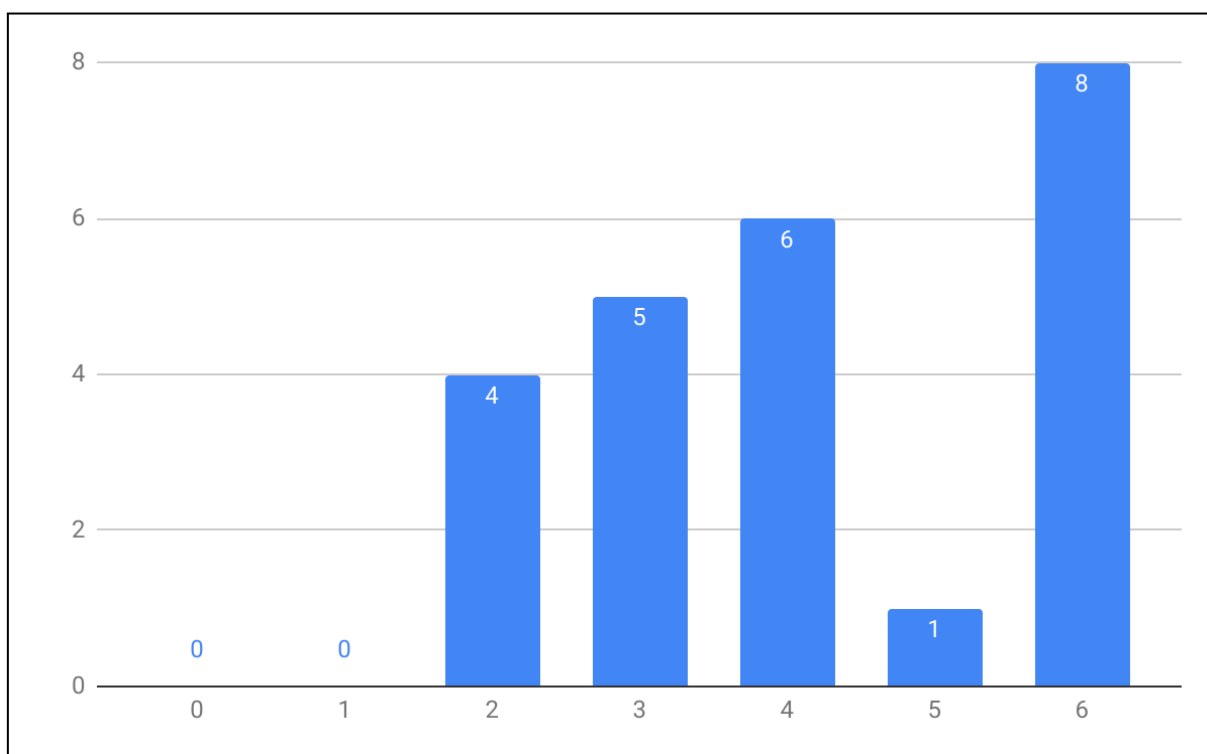
Por fim, se o Posto de Saúde é o equipamento de referência da população no que diz respeito à oferta de serviços que garantem direitos sociais – como educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2012) – o alinhamento com a unidade para a realização de busca ativa no equipamento também poderia representar uma potencialidade, visto que

O atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros) pode ser realizado por meio do estabelecimento de equipes volantes ou mediante a implantação de unidades de CRAS itinerantes (BRASIL, 2014, p. 12).

6.4 Representações dos afetos das relações moradoras-território e suas implicações

Quando convidadas a elencar o que seus desenhos promovem (ver Apêndice A), as respondentes deveriam, por fim, sintetizar seus sentimentos em até seis elementos (palavras). As participantes da pesquisa demonstraram adesão e, em sua maioria (n=8), listaram o número máximo de elementos (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição de respondentes pela quantidade de sentimentos citados

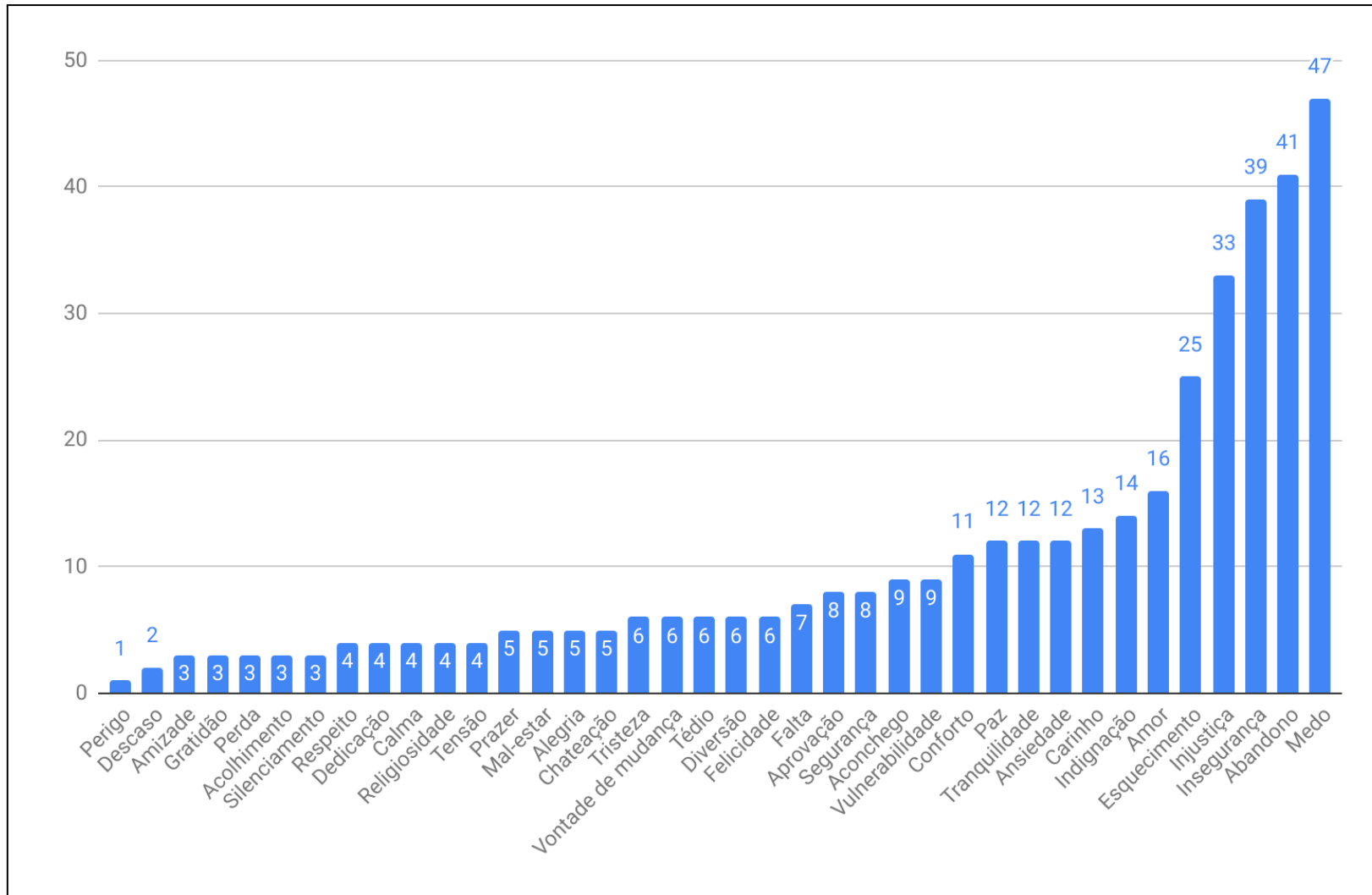


Fonte: Elaborado pela autora.

Os sentimentos e emoções listados foram múltiplos – ao todo, foram elencados 38 sentimentos. O mais citado em primeiro lugar foi o sentimento de *abandono*, mas o mais citado em geral foi o sentimento de *medo*, que obteve a maior pontuação (Gráfico 7).

É importante destacar que a insegurança foi a imagem afetiva mais presente nos mapas afetivos em geral, o que corrobora com os dados obtidos a partir da análise das representações sociais dos sentimentos atravessados pelas relações das respondentes com seu território de moradia.

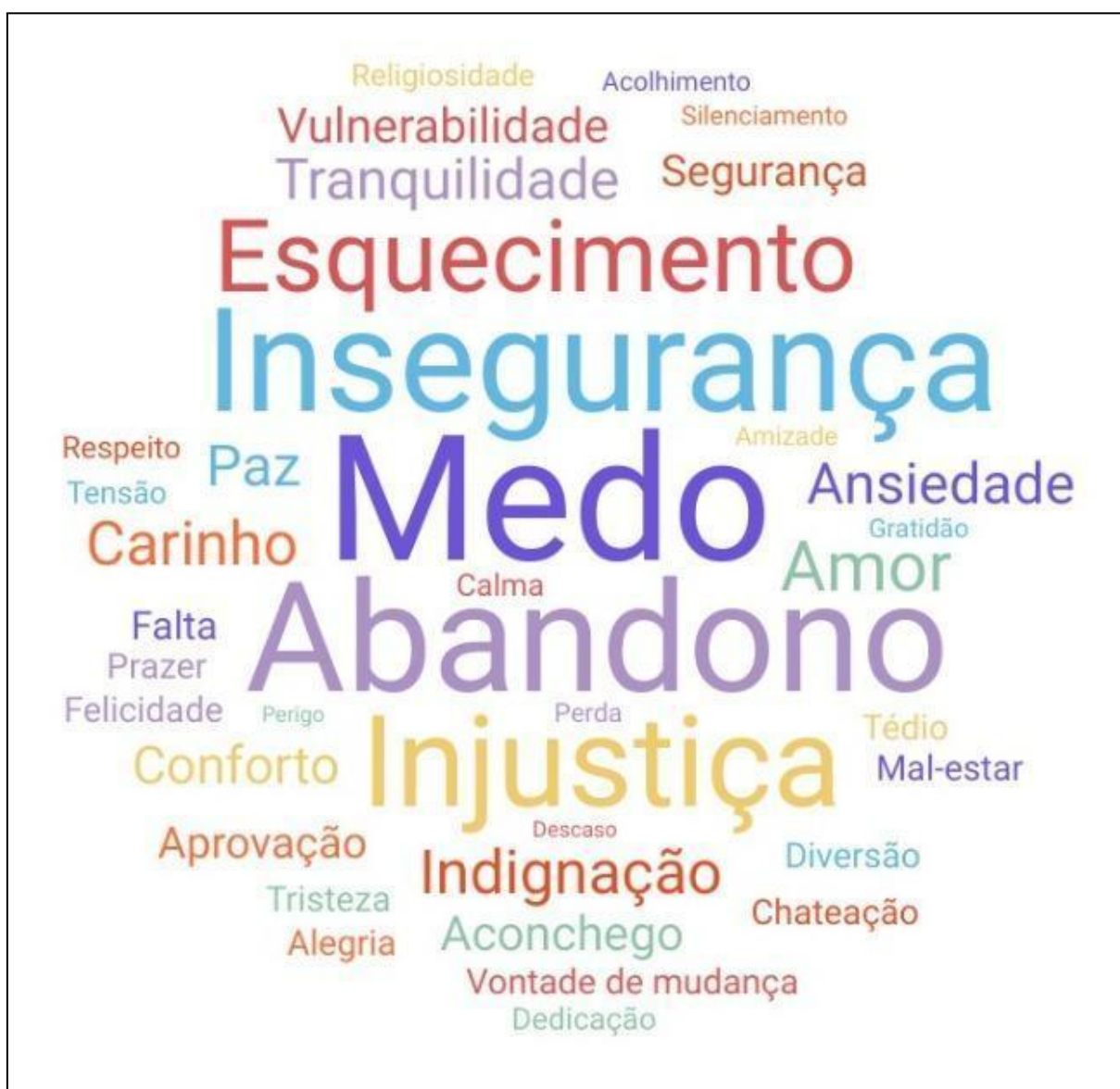
Gráfico 7 – Pontuação dos sentimentos e emoções citados pelas respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, a Figura 3 apresenta uma representação dos sentimentos e emoções listados pelas respondentes expostos com sua posição e tamanho definidos pela sua pontuação geral. Os sentimentos e emoções despotencializadores estão escritos em maior fonte e em posição central, enquanto os potencializadores contam com tamanho menor e posição periférica.

Figura 3 – Nuvem de palavras dos sentimentos e emoções listados pelas respondentes



Fonte: Elaborada pela autora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em caráter de conclusão, destaco os resultados finais do presente trabalho. Em primeiro lugar, a partir da construção dos dados referentes aos mapas afetivos e à estima de lugar das respondentes foi possível analisar suas vivências e afetos em seu território de moradia – o território referenciado pelo CRAS Antônio Justa, em Maracanaú (CE).

Tendo como base a compreensão da dimensão afetiva dessas relações humano-ambientais, tornou-se tangente uma leitura das situações de vulnerabilidade e risco no território – o que é algo bastante significativo para a política de Assistência Social e para a Seguridade Social como um todo.

Ressalto que, tendo em vista que o foco da pesquisa não foram apenas os riscos e as vulnerabilidades, essa leitura abre, ainda, a possibilidade de pensar nas potencialidades presentes no território. Com base nos dados construídos junto às participantes da pesquisa, podem ser desenhadas estratégias para o enfrentamento das vulnerabilidades e para a prevenção dos riscos, promovendo autonomia, manutenção dos vínculos e convívio familiar e comunitário.

Algo significativo e válido destacar é que toda pesquisa, como processo de construção de conhecimento, é também um processo de intervenção pois, a partir do conhecimento construído, são agregados novos símbolos à cultura, alterando a forma de percebermos e agirmos no mundo, como afirma Anthony Giddens a partir da sua categoria de *reflexividade*:

A tese da “modernidade reflexiva” – da qual Anthony Giddens é um dos seus mais notáveis autores – sustenta a ideia de que o exponencial aumento de conhecimentos propiciado pelos sistemas periciais, entre os quais se destaca a produção na área das ciências sociais, o crescente contacto dos indivíduos com especialistas de diversas áreas (medicina, psicologia, ambiente...) e a divulgação intensiva de informações especializadas pelos *media*, tem possibilitado aos indivíduos aceder a uma diversidade de experiências socializadoras que extravasam o seu mundo quotidiano mais restrito e enriquecem os seus recursos cognitivos. Por isso, os quadros de percepção, avaliação e orientação para a ação acionados pelos atores sociais são, atualmente, cada vez mais influenciados por um conjunto de saberes especializados (MELO, 2012, p. 1).

Tal processo ocorre principalmente entre as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. Estudamos a própria condição humana e intervimos em nosso campo de pesquisa enquanto estudamos. A Psicologia como ciência que investiga os processos de subjetivação é parte disso.

Dessa forma, pesquisar em Psicologia Social e Ambiental é, ao mesmo tempo, construir conhecimento sobre grupos, coletivos e tecidos sociais e alterar suas formas de atribuir significado e sentido às suas interações e às suas relações humano-ambientais. Assim, a escolha por adotar uma perspectiva decolonial e promover espaço para os mais plurais lugares de fala não pode ser algo ocasional, mas sim mandatário, como um compromisso ético e político.

Tradicionalmente, os processos de territorialização e de gestão de território na política de Assistência Social são constituídos a partir da quantificação de notificações de vulnerabilidades e riscos a partir de instrumentos técnicos. As vulnerabilidades, os riscos, as possíveis aquisições e potencialidades são tratadas como indicadores estabelecidos por especialistas, métricas pré-estabelecidas que não contemplam o que a população em situação de vulnerabilidade – historicamente silenciada – tem para dizer sobre suas condições de vida.

Assim são construídos os Diagnósticos Socioterritoriais, o mais importante documento de mapeamento de vulnerabilidades e riscos da Assistência Social desenvolvido bianualmente nas esferas federais, estaduais e municipais. Porém, aos Diagnósticos Socioterritoriais escapam o que está para além do que é declarado nas entrevistas para o CadÚnico, dos preconceitos e estereótipos estabelecidos com relação ao público-alvo da política de Assistência Social e do que ocorre no território fora do horário de funcionamento dos CRAS – já que a maioria das trabalhadoras (em especial as técnicas de referência – nível superior) muitas vezes sequer moram no mesmo território em que trabalham.

A referente pesquisa – que, por seu caráter descritivo e não probabilístico, não teve a intenção de inferir sentenças terminais – teve como principal resultado possibilitar um espaço de escuta e construção de conhecimento por aquelas e sobre aquelas que, historicamente, sofrem, sob o jugo da subalternidade, da condição de ter seu *status* de *gente* negado – como exemplificado por Sawaia (1999) em seu estudo com pessoas em situação de rua, origem da categoria de *sofrimento ético-político*.

Tal condição tomou forma durante os momentos de construção de dados em campo. “Eu, falar sobre aqui? O que eu teria para falar?” e “Desenhar? Eu não sei desenhar... Mal seguro a caneta” foram falas recorrentes, o que tornou necessária a desmistificação do processo de pesquisa em campo.

Em sua natureza qualitativa e descritiva, o estudo está longe de possuir capacidade estatística generalista e preditiva. Contudo, tal como Wundt advogou pela introspecção – segundo a qual só o sujeito que experimenta algo é capaz de fornecer pistas

para desvelar seus processos psíquicos (por meio da autodeclaração) –, é possível, fora da perspectiva exaustiva e controladora do autor, dar voz a marcadores sociais das diferenças e colaborar com os esforços de transferir o que esses têm a dizer sobre sua própria condição de estar no mundo da boataria e do estigma para posições que rompam com a condição de subalternidade, visto que o discurso como ferramenta de interação humana, segundo Irineu (2019, p. 9),

pode ser compreendido, de modo amplo, como evento comunicativo (VAN DIJK, 1999) e, de modo específico, como uma dimensão da prática social (FAIRCLOUGH, 2008), mas, sobretudo, como o lócus em que os sujeitos (re)produzem [representações sociais] ao longo de suas histórias de vida, compartilhando, através dos textos que produzem, valores e atitudes frente aos objetos do mundo (IRINEU, 2011).

Em suma, as representações sociais são o motor de nossos juízos de valor e de nossas atribuições de qualidades, o que está por trás dos nossos processos cotidianos de tomada de decisões. Conhecê-las implica ir além de saber sobre a existência ou não de condições de vulnerabilidade, mas compreender como essas condições são reproduzidas ao longo da História, visualizando também o utópico a ser alcançado. Mais importante do que a mera coleção de dados quantitativos/estatísticos e a busca por sua correlação é a compreensão do processo de desenvolvimento do comportamento – tal como descreveu Vygotsky a partir do seu método genético-experimental (KRAVTSOV; KRAVTSOVA, 2019).

O IEL médio e as imagens afetivas das participantes da pesquisa são pistas para a compreensão desses processos e levantam novos questionamentos: como o CRAS como equipamento de Proteção Social Básica, porta de entrada para a garantia de direitos sociais, tem abarcado tais realidades? O que está envolvido no discurso que cita o Posto de Saúde com mais frequência e intensidade que o CRAS, ainda que as respondentes estejam utilizando o equipamento durante a construção dos dados? O que as respondentes teriam a dizer sobre as suas relações humano-ambientais com o próprio CRAS? As relações humano-ambientais limitadas pela insegurança e potencializadas pelos encontros entre vizinhas e pela ida à igreja, que geralmente não são registradas na entrevista do CadÚnico, podem sair do *status* de informalidade e boataria?

As questões listadas exemplificam as inquietações que o estudo pode gerar e atesta a possibilidade do uso da abordagem das vivências e afetos dos moradores de um território coberto por um CRAS por meio da construção de mapas afetivos e aferição da estima de lugar como instrumento para sua territorialização e sua gestão do território.

Essa possibilidade reafirma também a importância da Psicologia na Assistência Social, visto que, ainda que a Assistência Social seja correspondente a atividade laboral de cerca de 8% das psicólogas no país (CORDEIRO; SVARTMAN; SOUSA, 2018), muitas profissionais se veem despotencializadas por descobrirem que seus trabalhos “não devem possuir caráter terapêutico” (BRASIL, 2014, p. 12) e as publicações na área tendem a tratar dos

desafios, conflitos e contradições que a entrada maciça da Psicologia na política de Assistência Social vem enfrentando. Dizem, por exemplo, que psicólogas(os) afirmam ainda não ter clareza sobre seu papel nessa política pública (Zanella, Bousfield, & Moreira, 2015), que sua formação acadêmica não as(os) prepara para atuar nesse campo (Macedo & Dimenstein, 2009) e que se sentem impotentes diante dos limites de sua atuação (Dantas & Oliveira, 2015). Denunciam a precariedade do trabalho na área (Cordeiro & Sato, 2017), as dificuldades inerentes ao trabalho intersetorial e interdisciplinar (Afonso, Vieira-Silva, Abade, Abrantes & Fadul, 2012), a permanência de práticas assistencialistas (Andrade & Romagnoli, 2010), o viés clientelista e o abuso de poder dos gestores (Ribeiro & Guzzo, 2014) (CORDEIRO; SVARTMAN; SOUSA, 2018, p. 6).

Assim, esta dissertação encerra-se na direção de promover, a partir de diferentes disciplinas e campos do saber da Psicologia, novos aportes para o trabalho da profissional de Psicologia em Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994

ALENCAR, H. F. **Participação social e estima de lugar**: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da Cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos. 2010. 239 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza-CE, 2010.

ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. **Psicología Ambiental: Aspectos conceptuales y metodológicos**. In: _____. (org.). **Psicología Ambiental**. Madrid: Pirámide, 2000. p. 23-29.

AUGUSTO, D. M.; FEITOSA, M. Z. S.; BOMFIM, Z. A. C. A utilização dos mapas afetivos como possibilidade de leitura do território no CRAS. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 145-158, jun. 2016.

AZEVEDO, L. A.; LIMA, A. C.; VASCONCELOS, K. M. C. Pobreza, Gênero e o Programa Bolsa Família em Maracanaú. In: III Mostra de Experiências e Pesquisas no Âmbito do SUAS, 2019, Maracanaú. **Anais da III Mostra de Relatos de Experiências e Pesquisas no Âmbito do SUAS e da I Mostra Cultural do SUAS**. Maracanaú: Prefeitura Municipal de Maracanaú, 2019. v. 1. p. 99-109.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNARDES, J. S. História. In: STREY, M. N. *et al.* **Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 19-35.

BERTINI, F. M A. **Centro da cidade de Fortaleza, lugar das transformações**: o idoso e os afetos implicados. 2006. 183f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza-CE, 2006.

BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BOMFIM, Z. A. C. Afetividade como potência de ação para enfrentamento das vulnerabilidades. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (org.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015.

BOMFIM, Z. A. C.. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC Edições, 2010.

BOMFIM, Z. A. C. *et al.* Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In GARCIA-MIRA, Ricardo; DUMITRU, A. (Eds.), **Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities**. A Coruña, ESP: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoan Vicente Viqueira. 2014. p.131-148.

BOMFIM, Z. A. C.. **Representações Sociais do local de moradia, de si próprio e do outro em um grupo de moradores do Pedregal e do Novo Gama: um estudo introdutório.** 1990. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências - Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Reimpressão (2014). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança.** Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. **Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União. 2021.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. *In:* CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2011.

CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L. V. Apresentação. *In:* **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

CORRALIZA, J. A. Emoción y ambiente. *In:* ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. **Psicología ambiental.** Madrid: Ediciones Pirámide S.A., 1998.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. Apego ao lugar (Vínculo com o lugar – *Place attachment*). *In:* CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2011.

ESPINOSA, B. **Ética demonstrada segun el ordem geométrico.** México: Fundo de Cultura Económica, 1996.

FEITOSA, M. Z. S. *et al.* Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 30, n. 2 p. 196-203, 2018.

FERREIRA, K. P. M. **Ficar ou partir?**: afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense. 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza-CE, 2006.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

FREIRE, J. C.; VIEIRA, E. M.. Uma escuta ética de psicologia ambiental. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 32-37, Ago. 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

HELLER, A. **Teoría de los sentimientos**. 3. ed. Madrid: Fontamara, 1979.

HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A.; BOMFIM, Z. A. C. Cognição ambiental. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

IRINEU, L. M. Abordagem discursiva das representações sociais: sistematização de um construto teórico-metodológico. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 3, n. 1, p. 8-18, jan./jun. 2019.

JODELET, D. Représentation du corps, ses enjeux privés et sociaux. In: HAINARD, J.; KAEHR, R. (org.). **Le corps en jeu**. Neuchâtel: Musée D'Ethnografie, 1983.

_____. Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (org.). **Psychologie Sociale**. Paris: Puf, 1984.

KRAVTSOV, G. G.; KRAVTSOVA, E. E. O objeto e o método da Psicologia Histórico-Cultural. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 22, n.1, p. 25-31, jan./abr. 2019.

LANE, S. T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (org.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____; SAWAIA, B. B. (org.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense/Educ, 1994.

LIMA, A. C. **Estima de Lugar e Território**: construção de mapas afetivos de moradores do Timbó em Maracanaú-CE. 2019. 96 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

_____ *et al.* **Diagnóstico-ação pelos mapas afetivos**: levantamento das dinâmicas afetivas dos trabalhadores da secretaria de assistência social e cidadania. Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2017. 56 p.

LYNCH, K. **La imagen de la ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 1998.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. **Diagnóstico Socioterritorial 2017**. Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2018.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. **Diagnóstico Socioterritorial 2021**. Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2021.

MARTINS, C. M. S. S. **Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do cinturão das águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE**. Orientadora: Zulmira Áurea Cruz Bomfim. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

MELO, M. B. P. Contributos para uma análise da tese da “modernidade reflexiva” de Anthony Giddens, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu. **Fórum Sociológico**, Lisboa, v. 22, 26 fev. 2012.

MENEZES, I. G; GOMES, A. C. P. Clima organizacional: uma revisão histórica do construto. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 158-179, 13 set. 2010.

MILGRAN, S; JODELET, D. Psychological maps of Paris. In: PROSHANSKY, H. M.; ITTELSON, W. H. (org.). **Environmental psychology**: people and their physical settings. Nova York: Holt, 1976.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 3, n. 1, p. 121-130, jun. 1998.

MOSER, G. Environmental psychology and people-environment studies: what kind of multidisciplinary collaboration?. **Psicol. USP**, São Paulo, v.16, n.1-2, p.131- 140, 2005.

MOURA JR, J. F. *et al.* Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 341-352, dez. 2014.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S.; BOMFIM, Z. A. C. Identidade social urbana. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, D.; ALMEIDA, L.; OLIVEIRA, R. Pesquisa Participativa Decolonial: Movimentos de Pensamento entre Terra e Marte. **Rev. Polis e Psique**, 20 anos do PPGPSI/UFRGS, p. 107-127, 2019.

PACHECO, Fábio Pinheiro. **Afetividade e implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação**. 2018. 231f. Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018.

PINO, A. O Social e o Cultural na Obra de Vigotski. **Revista Educação & Realidade**. Edição Especial. Campinas, 2000.

PINTO, A. G. G. Os Princípios mais Relevantes do Direito Administrativo. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 11, p. 130-141, jun. 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é o lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RHEIN, J. S. Impactos da contrarreforma universitária na formação profissional do assistente social: a compreensão dos alunos sobre a centralidade da pesquisa. **Anais do IV Seminário Cetros**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.281-291, maio 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-12939-08072013-172610.pdf>. Acesso em 12 jul. 2022.

SADER, E. Conferência de abertura: Estado, políticas sociais e conjunturas. *In*: **V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Subjetividade, cidadania e políticas públicas**. Brasília, CFP, 2011. P. 11-30.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAWAIA, B. B. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa?. *In*: SAWAIA, B. B. (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como análise da dialética Exclusão/Inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAWAIA, B. B. **Por que investigo afetividade**. Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, 2000.

SILVA, J. A. **O bairro Antônio Justa em Maracanaú-CE e sua resignificação social: a produção do espaço urbano a partir da demanda do mercado.** 2016. 127 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Faculdades Cearenses, Fortaleza, 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p.20-44, dez. 2006.

TONELI, M. J. F.; PERUCCHI, J. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 39-47, dez. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 nov. 2019.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL, 1980.

VYGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas.** Tomo I. Buenos Aires: Visor, 1997.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas.** Tomo II. Buenos Aires: Visor, 1993.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas.** Tomo III. Buenos Aires: Visor, 1995.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas.** Tomo VI. Madrid: Machado Grupo de Distribución, S. L., 2017.

VYGOTSKI, L. S. Quarta Aula: a questão do meio na Pedologia. **Psicologia USP.** São Paulo, n. 21, v. 4, p. 681-701, 2010.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS

INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS

Faça um desenho que demonstre sua forma de ver, sua forma de representar ou sua forma de sentir o bairro onde você mora.

1. Agora vamos falar sobre o desenho que você fez! Não existem respostas certas ou erradas, boas ou ruins, mas sim suas opiniões e impressões.

1.1 Explique o que você quis mostrar com esse desenho:

1.2 Descreva os sentimentos que o desenho lhe desperta:

1.3 Resuma em seis palavras seus sentimentos em relação ao desenho:

a. _____ d. _____

b. _____ e. _____

c. _____ f. _____

2. Abaixo você encontrará algumas perguntas sobre o bairro onde mora. Lembre-se de que não existem respostas certas ou erradas, mas sim a sua opinião.

2.1 Caso alguém lhe perguntasse o que acha do bairro onde você mora, o que você diria?

2.2 Se você tivesse que fazer uma comparação entre o bairro onde você mora e alguma coisa, com o que você compararia? Por quê?

3. As frases abaixo referem-se a avaliações, impressões e sentimentos que você pode ter sobre vários lugares. Pensando no seu bairro, leia atentamente cada uma e indique seu nível de concordância. Para isso, considere os números ao lado de cada afirmação. Por favor, procure não deixar itens em branco e, sabendo que não há respostas certas ou erradas, tente responder da forma mais sincera possível.

O meu BAIRRO é um lugar QUE/ONDE:	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. Considero como algo meu.	1	2	3	4	5
2. Está poluído.	1	2	3	4	5
3. Tenho a sensação de que estou desamparado.	1	2	3	4	5
4. Me sinto sossegado.	1	2	3	4	5
5. Não trocaria por nada.	1	2	3	4	5
6. Considero parte da minha história.	1	2	3	4	5
7. Parece abandonado.	1	2	3	4	5
8. Desconfio das pessoas.	1	2	3	4	5
9. Me envergonha.	1	2	3	4	5
10. Há riscos.	1	2	3	4	5
11. Sinto medo.	1	2	3	4	5
12. É ruim.	1	2	3	4	5
13. O perigo é constante.	1	2	3	4	5
14. Acho feio.	1	2	3	4	5
15. Me indigna.	1	2	3	4	5
16. Tenho oportunidades.	1	2	3	4	5
17. Me sinto tranquilo.	1	2	3	4	5
18. Com estruturas precárias.	1	2	3	4	5
19. Se não estou nele, quero voltar.	1	2	3	4	5
20. Me sinto identificado com ele.	1	2	3	4	5
21. Admiro por sua beleza.	1	2	3	4	5
22. Me deixa com raiva.	1	2	3	4	5
23. Sinto que faço parte.	1	2	3	4	5
24. Me sinto sufocado.	1	2	3	4	5
25. As coisas que acontecem nele são importantes para	1	2	3	4	5

mim.					
26. Tenho prazer.	1	2	3	4	5
27. É atraente para mim.	1	2	3	4	5
O meu BAIRRO é um lugar QUE/ONDE:	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
28. Sinto que estou desprotegido.	1	2	3	4	5
29. Me deixa orgulhoso.	1	2	3	4	5
30. Me sinto inseguro.	1	2	3	4	5
31. É desprezível.	1	2	3	4	5
32. Amo.	1	2	3	4	5
33. Devo estar alerta.	1	2	3	4	5
34. Me divirto.	1	2	3	4	5
35. Tem tudo a ver comigo.	1	2	3	4	5
36. Está destruído.	1	2	3	4	5
37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer.	1	2	3	4	5
38. Há sujeira.	1	2	3	4	5
39. Defenderia se necessário.	1	2	3	4	5
40. Tudo pode acontecer.	1	2	3	4	5
41. Me sinto apegado.	1	2	3	4	5

4. Quais os caminhos que você costuma fazer no seu bairro? Descreva o lugar de partida, o itinerário e o lugar de chegada.

Caminho 1:

Caminho 2:

5. Pense em lugares, instituições, grupos e atividades do seu bairro. Escreva seus nomes abaixo:

- a. _____
- b. _____
- c. _____
- d. _____

- e. _____
- f. _____
- g. _____
- h. _____

6. Por último, precisamos saber um pouco mais sobre você.

Qual sua idade? _____

Qual o seu gênero?

- Homem cis
- Homem trans
- Mulher cis
- Mulher trans
- Travesti
- Não binário/Outro

Qual a sua orientação sexual?

- Heteroafetiva
- Homoafetiva
- Biafetiva
- Outra

**Com qual cor/etnia ou comunidade tradicional
você se identifica?**

- Branca
- Parda
- Negra
- Indígena
- Quilombola
- Cigana
- Outra

Qual o seu nível de escolaridade?

- Sem estudos
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto

- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

Você trabalha?

- Sim, formalmente (com carteira assinada)
- Sim, informalmente (sem carteira assinada)
- Não, mas estou procurando trabalho
- Não e não estou procurando trabalho

Em qual cidade/estado você nasceu?

Há quanto tempo mora no bairro?

Quantas pessoas moram com você? _____

Qual a renda mensal da sua casa? R\$ _____

**Sua família é assistida pelo CRAS Antônio
Justa?**

- Sim
- Não, mas precisa ser assistida
- Não e não precisa/quer ser assistida

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidada por Andersson de Castro Lima para participar da pesquisa intitulada “**MAPAS AFETIVOS E ESTIMA DE LUGAR: RECURSOS PARA A TERRITORIALIZAÇÃO E A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar os sentimentos e emoções atravessados pela relação dos sujeitos com seu lugar de moradia, a fim de promover reflexões sobre as potencialidades e vulnerabilidades presentes no território.

Para tanto, será necessário realizar a aplicação do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA) e de um questionário sociodemográfico para que, posteriormente, as devidas análises sejam realizadas.

Durante a execução desta pesquisa acredita-se que podem ocorrer riscos mínimos. Como riscos mínimos, é possível que a aplicação do instrumento possa mobilizar conteúdos conflitivos, tais como desconforto psicológico ao responder as perguntas solicitadas, incômodo ou a preocupação gerada pela reflexão a respeito da problemática.

Por fim, os benefícios da pesquisa envolvem uma melhor compreensão sobre a afetividade – sentimentos e emoções – de moradores do território com relação ao seu lugar de moradia (Colônia Antônio Justa, município de Maracanaú-CE), possibilitando, assim, qualificar a gestão do território por parte dos trabalhadores da Política de Assistência Social.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem o direito de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isso lhe traga qualquer prejuízo;
3. Não ser identificada e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade;
4. Os dados e/ou materiais levantados somente serão utilizados para esta pesquisa;
5. A divulgação das informações da pesquisa só será feita entre as profissionais estudiosas do assunto;
6. Diante do caráter voluntário na pesquisa, você não receberá nenhum pagamento por participar do estudo.

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: Andersson de Castro Lima

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Av. da Universidade, 2762, Benfica - CEP: 60020-180 - Fortaleza/CE – Área 2 do Centro de Humanidades - Bloco Didático Prof. Ícaro de Sousa Moreira

Telefone para contato: (85) 3366-7651 / (85) 3366-7661

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: (85) 3366-8344/46 (horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, _anos, CPF: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Maracanaú (CE), ____/____/_____

Nome da participante da pesquisa:

Data:

Assinatura:

Nome do pesquisador:

Data:

Assinatura:

Nome da testemunha:

Data:


Assinatura:

Nome da profissional:

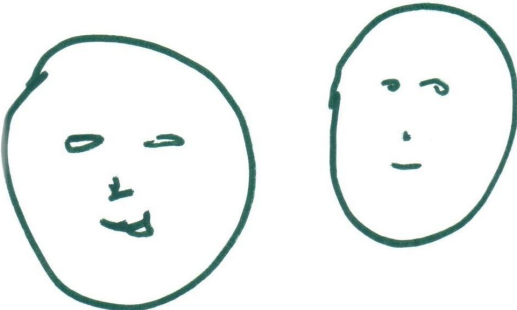
Data:


Assinatura:

APÊNDICE C – MAPAS AFETIVOS DA AMOSTRA DO ESTUDO

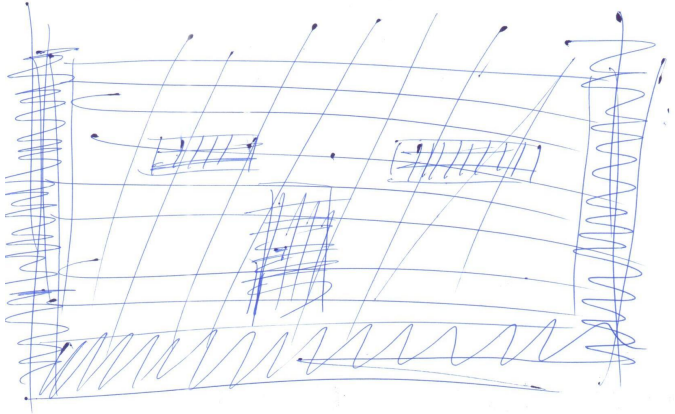
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C001</p> <p>IEL: 20</p> <p>Imagem: Agradabilidade</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“A minha rua. Representa tranquilidade. A gente não fica nas suas casas. É a rua mais tranquila da Colônia”.</p>	<p>“Agora o bairro é bem tranquilo. Já foi violento, a gente não podia vir no CRAS e o atendimento era em outro lugar. A gente pode andar nas ruas, mas antes a gente era assaltado na calçada de casa”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Paz, tranquilidade.</p>	<p>“[Comparo] com o bairro Jereissati. Porque eu também gosto desse bairro, era atendida pelo CRAS e gostava do atendimento”.</p>	<p>O bairro Jereissati é um território que já foi perigoso e agitado, mas se tornou tranquilo e pacífico e conta com bons serviços de Proteção Social Básica ofertados pelo CRAS, promovendo uma estima de agradabilidade.</p>	

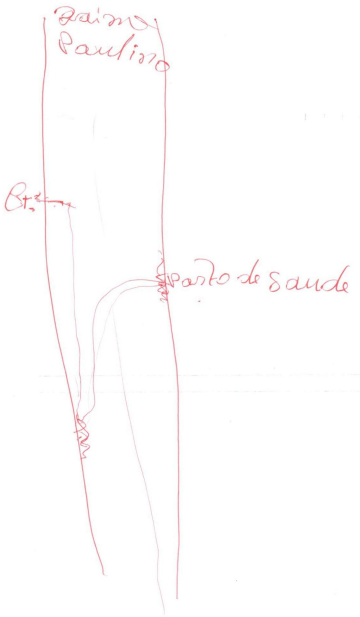
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C002</p> <p>IEL: -86</p> <p>Imagem: Destruição</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“Quis mostrar o que falta: espaços de esporte, lazer, educação e saúde. Não há quadras no bairro, o campo que tem é particular, falta praça, não há muitas escolas, o bairro é perigoso, falta urbanização, o posto de saúde é precário e falta médico. A sensação é de abandono”.</p>	<p>“Eu acho calmo. De vez em quando surge assalto, porque tem muito vagabundo. [...] Mais perto do centro é tranquilo, mais <i>pra dentro</i> é mais inseguro”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>“Me sinto triste, porque quem tem criança precisa ver a felicidade delas e minhas crianças não têm onde brincar [...]”.</p> <p>Tristeza, abandono, falta de oportunidades, insegurança.</p>	<p>“[Comparo com] um deserto. Porque é como se o bairro não tivesse nada. Você não se engraça com nada”.</p>	<p>O bairro deserto é um território em que se experimenta a falta e promove sensação de tristeza, abandono e insegurança, apesar da calmaria, caracterizando uma imagem de destruição.</p>	

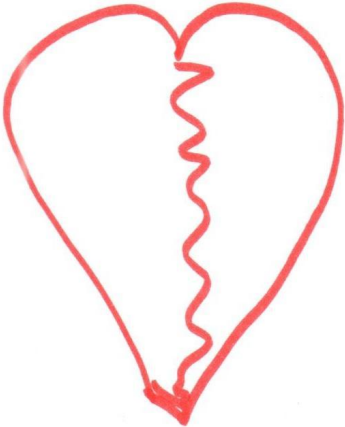
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C003</p> <p>IEL: -62</p> <p>Imagem: Contraste Potencializador</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“É o que eu vejo: a dificuldade de tudo. A dificuldade <i>pras</i> crianças, a violência... Não tem perspectiva de futuro para as crianças. [...] Faltam coisas para as mães também. O bairro é carente em tudo”.</p>	<p>“Não tem transporte, porque o transporte não quer entrar. Faltam muitas oportunidades, projetos, trabalho, cursos [...]”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>“Vontade de ver o bairro crescer, vontade de ver a diferença, insegurança”.</p>	<p>“[Comparo] com uma coisa atrasada, velha. Porque não tem mudança”.</p>	<p>O bairro coisa atrasada é um território em que se experimenta a dificuldade e a falta. Apesar do sentimento de insegurança, há a vontade de mudança, expressando a imagem de contraste potencializador.</p>	


IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C004</p> <p>IEL: 10</p> <p>Imagem: Contraste Despotencializador</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[...] O bairro é por um lado agradável, bonito, é o nosso lar. Mas também há defeitos como a falta de segurança. Há muita briga de facção e assaltos e isso é muito ruim. Todo mundo fica em risco”.</p>	<p>“É um bairro muito bonito, bem cuidado, mas falta segurança”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>“Sentimentos bons e aprovação. Me sinto bem. Mas tem essa questão negativa da insegurança”.</p> <p>Aconchego, amizade.</p>	<p>“[Comparo com] com um sítio do interior. Porque tem muita vegetação, canto de pássaros, belezas naturais e eu acho bonito”.</p>	<p>O bairro sítio do interior é um território bonito e agradável, mas também é violento e inseguro, promovendo a sensação de risco e insegurança, o que demonstra a imagem de contraste despotencializador.</p>	

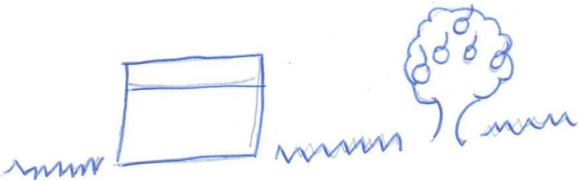
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C005</p> <p>IEL: -49</p> <p>Imagem: Contraste Despotencializador</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>Significa “que [eu] gosto”.</p>	<p>“[Eu] gosto, dou boa informação”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Abandono, insegurança, medo, falta, aprovação, injustiça.</p>	<p>“[Comparo com um] monstro. [Sinto] medo”.</p>	<p>O bairro mostro é um território que agrada e há gosto em morar nele, porém gera sensação de abandono, medo e falta pela sua insegurança, caracterizando contraste despotencializador.</p>	

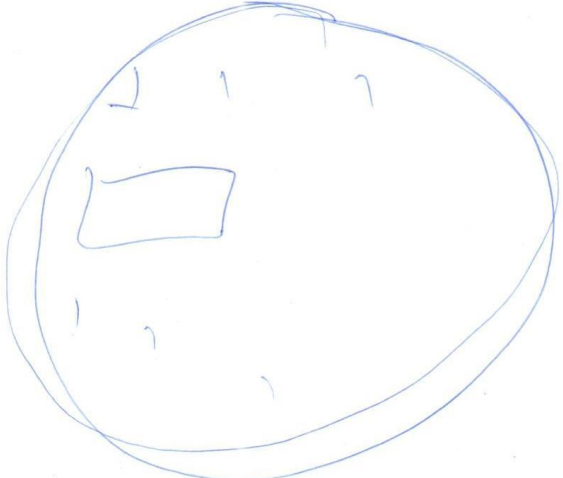
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C006</p> <p>IEL: -87</p> <p>Imagem: Insegurança</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“Uma prisão para os atuais moradores”.</p>	<p>“Já prestou, mas [hoje] é uma prisão”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>“[Sinto-me] ameaçada, refém do lugar”.</p> <p>Insegurança, vulnerabilidade, sensação de que o bairro está esquecido, abandono, indignação.</p>	<p>“[Comparo com uma] prisão. [Sinto-me] refém da insegurança”.</p>	<p>O bairro prisão é um território que já foi bom, mas hoje é bastante inseguro, gerando sentimentos de insegurança, vulnerabilidade, abandono e indignação, caracterizando a imagem de insegurança.</p>	

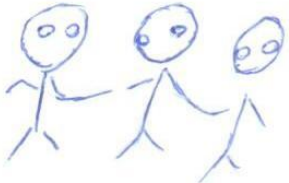
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C007</p> <p>IEL: -55</p> <p>Imagem: Insegurança</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“Dificuldade de não sair de casa. Muitas vezes tenho muita. Às vezes a gente deixa de fazer as coisas necessárias por causa do medo”.</p>	<p>“Ele é bom, tranquilo, se não fosse as barreiras (violência)... O asfalto é cheio de lama”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>Medo, insegurança, ansiedade.</p>	<p>“[Comparo com o] faroeste. Por causa da luta de gangues”.</p>	<p>O bairro faroeste é um território em que há violência e incertezas, apesar da aparência tranquila, causando medo e ansiedade, configurando a imagem de insegurança.</p>	


IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C008</p> <p>IEL: -28</p> <p>Imagem: Insegurança</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa] indignação perante ao desgoverno”.</p>	<p>“Acho bom, porque nasci e vivi [aqui]. Gosto das relações, mas é indignante pelo esquecimento”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Sensação de que o bairro está esquecido, injustiça, indignação, abandono, medo, insegurança.</p>	<p>“[Comparo com uma] zona de guerra por causa das brigas das facções”.</p>	<p>O bairro zona de guerra é um território que já foi bom, mas hoje é bastante inseguro, gerando sentimentos de insegurança, vulnerabilidade, abandono e indignação, caracterizando a imagem de insegurança.</p>	

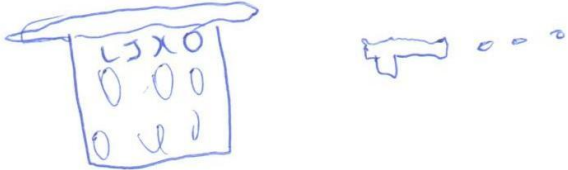
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C009</p> <p>IEL: 13</p> <p>Imagem: Pertencimento</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa] gratidão pelo bairro e às pessoas que são minhas vizinhas. [À] minha tranquilidade da casa”.</p>	<p>“Acho bom, maravilhoso, por estar sendo acompanhada no posto e ter o grupo da Igreja para me acolher”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>“[Há] pessoas boas”.</p> <p>Amor, carinho, respeito, gratidão, acolhimento.</p>	<p>“[Comparo com uma] flor por causa carinho que sinto”.</p>	<p>O bairro flor é um território acolhedor, destacando-se como maravilhoso e promovendo sentimentos de amor, respeito, carinho e gratidão. É manifesta a imagem de pertencimento.</p>	

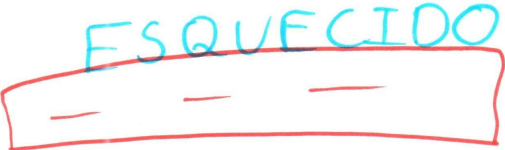
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C010</p> <p>IEL: -52</p> <p>Imagem: Destruição</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“[A] praça, porque ela melhora o bairro. Onde eu moro é um pouco simples, não tem nada”.</p>	<p>“Eu acho bom, mas é longe de tudo. Já melhorou mais, era mais esquisito”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Tédio, medo, ansiedade.</p>	<p>“[Comparo com uma] casa. Porque lá só tem casa”.</p>	<p>O bairro casa é um território assim representado por só haver casas. É descrito como simples e é expressa a falta de lugares de convivência em grupo, de equipamentos e de serviços, o que gera tédio, medo e ansiedade. A imagem predominante é de destruição.</p>	


IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C011</p> <p>IEL: -63</p> <p>Imagem: Destruição</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa o] esquecimento do bairro e [a] falta de recursos para ele, lugares que precisam ser preenchidos”.</p>	<p>“Acho o bairro esquecido”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>Abandono, esquecimento, medo, injustiça, descaso, perigo.</p>	<p>“[Comparo com um] terreno vazio que precisa ser preenchido”.</p>	<p>O bairro terreno vazio é um território marcado pela falta, promovendo os sentimentos de abandono, de esquecimento, de injustiça e de perigo. A ausência é o elemento central da imagem de destruição do bairro.</p>	

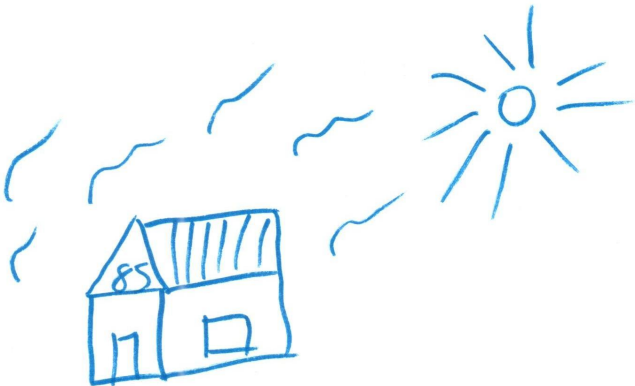
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C012</p> <p>IEL: -44</p> <p>Imagem: Contraste Potencializador</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa as] peessoas, [que] são muito prestativas”.</p>	<p>“Nosso bairro precisa de muita coisa: saúde, mais escolas, saneamento e mais coisas para as crianças”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Amor, carinho, dedicação, abandono, esquecimento.</p>	<p>“[Comparo com] abandono. Porque a gente não tem uma pessoa para representar o bairro”.</p>	<p>O bairro abandono é um território que promove identificação e pertencimento, porém é marcado pela falta. Apesar de tudo, o bairro promove a projeção de melhorias, marcando a imagem de contraste potencializador.</p>	


IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C013</p> <p>IEL: -35</p> <p>Imagem: Contraste Despotencializador</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“[...] Foi a única coisa que veio na cabeça mesmo, não tem delegacia”.</p>	<p>“É um bairro calmo, só falta algo de lazer, não tem nada”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>“Não me desperta muita coisa não”. Segurança, prazer, calma.</p>	<p>“[Comparo com o] mercantil. Porque ele emprega muitas pessoas”.</p>	<p>O bairro mercantil é um território assim representado por metonímia: pela sua importância, a parte assume lugar do todo. Sentimentos como a calma e o prazer são sustentados pela carência de atividades, constituindo a imagem de contraste despotencializador.</p>	


IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C014</p> <p>IEL: -60</p> <p>Imagem: Insegurança</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa a] sujeira que há no bairro e a falta de segurança”.</p>	<p>“[É um] bairro bom de morar, mas está muito sujo e inseguro”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Medo, mal-estar, insegurança, sentimento de adolescência perdida.</p>	<p>“[Comparo com] lixo e arma, por causa da insegurança e [do] lixo nas ruas”.</p>	<p>O bairro lixo e arma é um território que, apesar de ser bom de morar, é representado como destruído e inseguro, o que se relaciona com sentimentos de medo, de insegurança e com a sensação de mal-estar. A imagem de insegurança é predominante.</p>	


IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C015</p> <p>IEL: -34</p> <p>Imagem: Contraste Potencializador</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa o] esquecimento que o bairro tem e a falta de recursos: asfalto, carreiras, agentes de saúde”.</p>	<p>“Gosto [do bairro] porque é calmo, mas sinto falta dos recursos”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Esquecimento, indignação, injustiça.</p>	<p>“[Comparo com] algo incompleto, pois faltam recursos”.</p>	<p>O bairro incompleto é um território representado pela falta e pelo que ele poderia ser, o que promove em seus moradores a sensação de estar esquecido, de indignação e de injustiça. A imagem de contraste potencializador é predominante.</p>	


IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C016</p> <p>IEL: -27</p> <p>Imagem: Insegurança</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“Nada vem [à] minha cabeça”.</p>	<p>“Eu gosto de lá, eu gosto de morar lá”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>Diversão, insegurança, medo.</p>	<p>“[Comparo com] nada. Porque não consegui pensar em nada”.</p>	<p>O bairro nada é um território que carece de representações, o que gera a ausência de identificação e de pertencimento. Apesar de ser valorado como bom e divertido, é marcado como inseguro e amedrontador. Sua principal imagem é de insegurança.</p>	

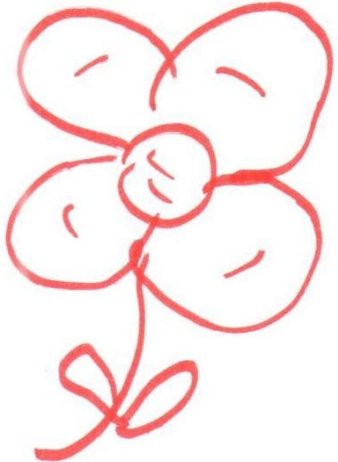
IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C017</p> <p>IEL: 8</p> <p>Imagem: Agradabilidade</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“[O desenho está] do jeito que vejo o lugar. Gosto daqui”.</p>	<p>“Gosto do bairro e acho ele tranquilo comparado com antes”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Felicidade, alegria, amor, carinho, segurança, conforto.</p>	<p>“[Comparo com] um coração, pois gosto do bairro”.</p>	<p>O bairro coração é um território bem-quisto e tranquilo que promove felicidade, alegria e sensação de segurança e conforto, demarcando a imagem de agradabilidade.</p>	

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C018</p> <p>IEL: 5</p> <p>Imagem: Agradabilidade</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“Aqui é um lugar bem arborizado”.</p>	<p>“É um bom bairro de morar”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>“Felicidade, porque é um lugar verde e eu gosto”. Tranquilidade, conforto.</p>	<p>“[Comparo com uma] flor. Porque aqui é um lugar bonito”.</p>	<p>O bairro flor é um território bom e bonito por ser bem arborizado que promove sentimentos de felicidade, tranquilidade e conforto manifestos na imagem de agradabilidade.</p>	


IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C019</p> <p>IEL: -13</p> <p>Imagem: Contraste Despotencializador</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“[Quis] mostrar que é um lugar rural que transmite paz e aconchego, mas que é o oposto, pois as pessoas têm medo. Era <i>pra</i> ser um lugar pacífico”.</p>	<p>“Antes era calmo, mas com muitas guerras sinto medo de frequentar”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Paz, aconchego, religiosidade, sensação de ar puro, de natureza, tranquilidade.</p>	<p>“[Comparo com a cidade de] Caucaia por causa das violências que existem e com o interior por causa da tranquilidade”.</p>	<p>O bairro Caucaia/interior é um território que, por um lado, tem características rurais e representa paz, tranquilidade e aconchego e, por outro lado, causa medo por conta da violência. Imagens de pertencimento e insegurança relacionam-se resultando em contraste despotencializador.</p>	

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C020</p> <p>IEL: -21</p> <p>Imagem: Destruição</p> <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>“[Quis mostrar que] o bairro está com muito lixo”.</p>	<p>“Não é bom por causa das violências. Queria que as autoridades resolvessem esse problema do lixo”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>Abandono, chateação, injustiça, medo.</p>	<p>“Não sei responder”.</p>	<p>O bairro é representado como um território violento e sujo, promovendo sentimentos de abandono, injustiça, chateação e medo. A imagem predominante é de destruição.</p>	

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C021</p> <p>IEL: -38</p> <p>Imagem: Insegurança</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa] o CRAS que falta pra não ter que transitar entre os bairros”.</p>	<p>“Acho um bairro tranquilo, mas faltam muitas políticas”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>“Abandono pela falta de políticas no bairro”.</p> <p>Medo, injustiça, silenciamento, insegurança, ansiedade.</p>	<p>“[Comparo] com o medo e [com] a insegurança”.</p>	<p>O bairro medo e insegurança é um território marcado pela sensação de falta que promove sentimentos de abandono, medo, injustiça e silenciamento. A imagem predominante é de insegurança.</p>	

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C022</p> <p>IEL: -30</p> <p>Imagem: Contraste Despotencializador</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa que] o bairro é bom, é pacífico”.</p>	<p>“Meu bairro eu acho bom, eu me sinto bem, o único problema é a insegurança”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>“<i>Me sinto bem</i>”. Medo, insegurança, tensão, ansiedade.</p>	<p>“[Comparo com um] coração. Porque faz anos que moro lá. Estou lá desde o início [do mutirão no Alto da Mangueira]”.</p>	<p>O bairro coração é um território que, apesar de ser bom e fazer seus moradores sentirem-se bem, causa medo, tensão e ansiedade pela sua insegurança. Suas representações adversativas demonstram a imagem de contraste despotencializador.</p>	

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C023</p> <p>IEL: -19</p> <p>Imagem: Destruição</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Significa o] campo de futebol que falta no lugar, além de outras coisas que faltam, como uma praça”.</p>	<p>“Para mim é bom, mas faltam muitas coisas”.</p>
<p>SENTIMENTOS</p>	<p>METÁFORA</p>	<p>SENTIDO</p>	
<p>Abandono, injustiça, indignação, sentimento de que o bairro é esquecido.</p>	<p>“[Comparo com] algo esquecido, pois é abandonado”.</p>	<p>O bairro esquecido é um território descrito a partir do que falta nele, o que promove sentimentos de abandono, injustiça e indignação. A imagem predominante é de destruição.</p>	

IDENTIFICAÇÃO	DESENHO	SIGNIFICADO	QUALIDADES
<p>Nº: C024</p> <p>IEL: -7</p> <p>Imagem: Insegurança</p> <p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>“[Eu fiz o desenho] porque o bairro precisa de paz, o bairro está violento e prejudica o trabalhador”.</p>	<p>“É um bairro bom, muito ativo, moradia boa”.</p>
SENTIMENTOS	METÁFORA	SENTIDO	
<p>Medo, insegurança, injustiça.</p>	<p>“[Comparo com a cidade do] Rio de Janeiro por causa da violência. Muito assalto, muito crítico, tá precisando de mais”.</p>	<p>O bairro Rio de Janeiro é um território violento que precisa de paz. Os eventos violentos promovem sentimentos de medo e o sentimento de falta provoca o sentimento de injustiça. Prevalece a imagem de insegurança.</p>	

**ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DO ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MARACANAÚ PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO**

CI Nº 18/2022-GESUAS/SASC

Maracanaú, 04 de março de 2022.


CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Prezado (a) Coordenador (a),

A Gestão do Sistema Único de Assistência Social – GESUAS / Gestão do Trabalho vem, por meio desta, comunicar oficialmente que o projeto de **Andie de Castro Lima**, CPF: 603.676.393-00, RG: 2009097045068, com o título, Mapas Afetivos e Estima de Lugar: recursos para a territorialização e a gestão do território na Política de Assistência Social, foi aprovado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) de Maracanaú.

Para o desenvolvimento do estudo, a supracitada pesquisador(a) precisará coletar dados em campo, para tal, solicitamos seu ingresso no equipamento sob sua coordenação e o devido apoio segundo determina Portaria nº 41, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre as normas para pesquisa e publicação de trabalhos envolvendo os equipamentos vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania do município de Maracanaú e dá outras providências.

Certos de contarmos com sua colaboração, agradecemos a atenção.


Kelma Maria Vasconcelos Cardoso
Coordenadora do GESUAS

Kelma Maria Vasconcelos Cardoso
Administradora - CRA: 6866 - Mat. 15407
Coordenadora de Gestão do Sistema Único
de Assistência Social / SASC/PMU-CE.


Julyana Scheridan Vicente da Cruz Porto
Gerente da Gestão do Trabalho

**ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PARA A REALIZAÇÃO
DA PESQUISA**

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MAPAS AFETIVOS E ESTIMA DE LUGAR: RECURSOS PARA A TERRITORIALIZAÇÃO E A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA POLÍTICA DE

Pesquisador: ANDERSSON DE CASTRO LIMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65444922.3.0000.5054

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.851.521

Apresentação do Projeto:

A Política Nacional de Assistência Social objetiva garantir o acesso a direitos sociais e atuar na prevenção de riscos e vulnerabilidades, promovendo aquisições e potencialidades por meio de serviços e benefícios e tem como um de seus princípios é a territorialidade, devendo suas ações ocorrerem em consonância com as especificidades locais. A produção de dados acerca dos territórios torna-se então bastante importante. Apesar disso, os diagnósticos realizados não dão conta de aspectos psicossociais, o que promove um entrave no enfrentamento aos riscos e vulnerabilidades. De forma a sanar tal problemática, o referido projeto de pesquisa tem por objetivo analisar a dimensão vivencial-afetiva da relação dos moradores de um território referenciado por um Centro de Referência de Assistência Social de Maracanaú e seu lugar de moradia a partir da construção de Mapas Afetivos e da aferição da Estima de Lugar. Para tanto, serão utilizados os referenciais da Psicologia Social de base Sócio-Histórica (representada principalmente pelas categorias Afetividade, Vivência e Sofrimento Ético-Político), da Psicologia Ambiental de vertente transacionalista e da perspectiva dos Estudos Decoloniais em ciências humanas e sociais. Ancorado numa perspectiva qualitativa, serão utilizados como métodos de levantamento de informações I) Revisão narrativa da literatura e II) o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos. A pesquisa pretende suscitar reflexões sobre a construção e avaliação de práticas de territorialização que deem conta da complexidade territorial, contemplando

os fatores vivenciais e afetivos na leitura das vulnerabilidades e potencialidades psicossociais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a dimensão afetiva das vivências de usuáries/as/os da Política de Assistência Social residentes no território referenciado pelo CRAS Antônio Justa, em Maracanaú, em seu lugar de moradia.

Objetivo Secundário:

Compreender a afetividade das pessoas em situação de vulnerabilidade social usuáries da Política de Assistência Social nas vivências no ambiente em que vivem a partir dos mapas afetivos e da estima de lugar; Analisar a relação entre as dinâmicas afetivas e vivenciais e os processos psicossociais relacionados às vulnerabilidades e à desigualdade social;

Apontar possíveis estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades a partir de potencialidades expressas no território; Discutir novos aportes ao processo de territorialização e de gestão de território da Política de Assistência Social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto indica:

Riscos:

Como riscos mínimos, é possível que a aplicação do instrumento possa mobilizar conteúdos conflitivos, tais como desconforto psicológico ao responder as perguntas solicitadas, incômodo ou a preocupação gerada pela reflexão a respeito da problemática.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa envolvem uma melhor compreensão sobre a afetividade – sentimentos e emoções – de moradores do território com relação ao seu lugar de moradia (Colônia Antônio Justa, município de Maracanaú-CE), possibilitando, assim, qualificar a gestão do território por parte dos trabalhadores da Política de Assistência Social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia e os objetivos demonstram observância dos princípios éticos a serem observados na realização de pesquisas na área.

Seguem especificações do encaminhamento metodológico:

Esta pesquisa ancora-se, predominantemente, na perspectiva qualitativa, a partir da qual é possível responder a questões particulares em um nível de profundidade que, muitas vezes, as pesquisas

quantitativas não alcançam (MINAYO, 1994). Dado seu objetivo de analisar fenômenos

já descritos anteriormente na literatura em um novo contexto, bem como “levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42) e “descobrir a existência de associações entre variáveis” (Ibidem), a pesquisa situa-se no campo das pesquisas descritivas, que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (Ibidem).

Para atender aos objetivos propostos, intento empregar como ferramenta o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos. Pretendo realizar a pesquisa de campo no município de Maracanaú, mais especificamente no território referenciado pelo CRAS Antônio Justa. As comunidades referenciadas por esta unidade de proteção social básica enfrentam situações de violação de direitos, constituindo-se como um dos territórios mais vulneráveis do

município. Para o levantamento dos dados em campo, tendo em vista a intenção de conhecer as dinâmicas afetivas dos sujeitos, pretendo utilizar o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), que consiste em um método qualitativo com análise quantitativa complementar. O IGMA é composto por quatro componentes e etapas: o desenho do ambiente pesquisado; o inquérito sobre o desenho; a aplicação da Escala de Estima de Lugar e o questionário de perfil socioeconômico (BOMFIM et al., 2014). Na parte qualitativa, o participante é estimulado a desenhar o ambiente a ser estudado, sendo realizado, posteriormente, um inquérito a fim de colher informações sobre o significado do desenho, os sentimentos referentes a ele e as qualidades relacionadas ao ambiente desenhado. Com

relação aos dados quantitativos, é aplicada uma bateria de escalas Likert de cinco pontos, com a qual é possível calcular o Índice de Estima de Lugar e, assim, desvelar nuances da implicação psicossocial do indivíduo em relação ao lugar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem às exigências deste Comitê.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Colegiado emite parecer favorável à execução da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2018569.pdf	15/11/2022 09:59:25		Aceito
Orçamento	declaracao_de_orcamento.pdf	15/11/2022 09:58:58	ANDERSSON DE CASTRO LIMA	Aceito
Cronograma	cronograma_atualizado.pdf	21/10/2022 16:30:18	ANDERSSON DE CASTRO LIMA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_atualizada.pdf	21/10/2022 16:30:10	ANDERSSON DE CASTRO LIMA	Aceito
Outros	termo_de_compromisso.pdf	16/09/2022 17:11:00	ANDERSSON DE CASTRO LIMA	Aceito
Declaração de concordância	declaracao_de_concordancia.pdf	16/09/2022 17:09:59	ANDERSSON DE CASTRO LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	16/09/2022 17:05:57	ANDERSSON DE CASTRO LIMA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	carta_de_solicitacao.pdf	16/09/2022 17:05:38	ANDERSSON DE CASTRO LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	16/09/2022 17:05:06	ANDERSSON DE CASTRO LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 13 de Janeiro de 2023

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))